



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CONCENTRAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA REGIONAL



MARIA THAIZE DOS RAMOS LIRA

REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS CULTURAIS NO ROMANCE *FOGO MORTO* DE JOSÉ LINS DO REGO

RECIFE/PE
2018

MARIA THAIZE DOS RAMOS LIRA

REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS CULTURAIS NO ROMANCE *FOGO MORTO* DE JOSÉ LINS DO REGO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Concentração em História Social da Cultura Regional, da Universidade Federal Rural de Pernambuco como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Vicentina Ramires

RECIFE/PE

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

L768r Lira, Maria Thaize dos Ramos.
Representações e práticas culturais no romance Fogo Morto de
José Lins do Rego / Maria Thaize dos Ramos Lira. – Recife, 2018.
123 f. : il.

Orientador(a): Vicentina Maria Ramires Borba.
Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional)
– Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de
História, Recife, 2018.

Referencias.

1. Ciclo da cana-de-acúcar 2. História cultural I. Rego, José
Lins do II. Borba, Vicentina Maria Ramires, orient. III. Título

CDD 981.3



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CONCENTRAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA REGIONAL**

REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS CULTURAIS NO ROMANCE *FOGO MORTO* DE JOSÉ LINS DO REGO

MARIA THAIZE DOS RAMOS LIRA

APROVADA EM ___/___ 2018

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Vicentina Maria Ramires Borba
Programa Pós-Graduação em História – UFRPE
(Orientadora)

Prof. Dr. Natanel Duarte de Azevedo
Programa Pós-Graduação em História – UFRPE
(Examinador interno)

Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto
Centro de Formação de Professores – UFCG
(Examinador externo)

Profa. Dra. Ana Lúcia do Nascimento Oliveira
Programa de Pós-Graduação em História – UFRPE
(Examinadora interna - Suplente)

Prof. Dr. João Batista Pereira
Departamento de Letras – UFRPE
(Examinador externo - Suplente)

*Aos meus pais, às minhas irmãs, e ao meu filho.
Este texto tem um pouco de cada um de vocês!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus que na sua infinita bondade, permitiu que esse momento fosse possível! Obrigada, meu Pai, por me guardar como a menina dos Teus olhos!

À Virgem Maria, “tu és modelo, tu és força, que me leva ao caminho da cruz”!

Toda a gratidão do mundo ao meu filho, Tomás, presente de Deus, meu pequeno/grande homem por dar sentido, cor, cheiro, movimento e amor aos meus dias e a este texto! Mesmo sem entender, você me ensinou o real significado das palavras amor e paciência!

Aos meus pais, Francisco e Maria do Carmo, meus exemplos de vida, que não medem amor e esforços para a realização dos sonhos das suas filhas!

Às minhas irmãs, Tamires e Taline, por tamanho amor e dedicação à Tomás e a mim! Amo vocês!

Ao meu cunhado/compadre, Isac Tavares e a dona Socorro por todo o incentivo e carinho!

À minha orientadora, a Profa. Dra. Vicentina Ramires, agradeço pela respeitosa relação de afeto e orientação tão sinceros em meio a uma fase tão delicada e importante de minha vida!

À banca do exame de qualificação, pelas sugestões e incentivo para o prosseguimento da pesquisa! De modo especial, reitero aqui, o privilégio de poder contar com as contribuições da Profa. Dra. Ângela Grillo.

Ao professor Dr. João Batista Pereira, pelo acolhimento e orientações durante o Estágio à Docência. Obrigada pela disponibilidade e sugestões no exame de qualificação e na defesa da dissertação!

Aos professores, Dr. Natanael Duarte de Azevedo e ao Dr. Francisco Firmino Sales Neto pela presença, leitura e contribuições que impulsionarão esta pesquisa!

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História, com os quais tive mais contato no decorrer das disciplinas, a Profa. Dra. Giselda Brito, a Profa. Dra. Ana Lúcia Nascimento, a Profa. Dra. Emanuela Ribeiro, a Profa. Ângela Grilo e ao Prof. Dr. Ricardo Pacheco, sou grata pelas aulas não só de teoria e metodologia, mas de vida.

Ao secretário do PGH, Rafael Cipriano que, para além da burocracia, sempre foi de uma competência e estima valorosas!

Alguns laços afetivos tornaram a vida na “capital da saudade” mais encantadora, são as minhas companheiras do “304”: Maria Eduarda, Jadde Xavier, Denise Menezes, Bárbara Alcântara, Andréa Vidal e Rutanny Souza. Destaco a pessoa de Thaís Oliveira, por todas as vezes que sonhamos e acreditamos que este momento chegaria, eu te agradeço por cada dia que vivemos em Recife, desde a seleção até hoje, você está sempre presente!

Aos colegas/amigos do PGH, Kérika, Luciana, Renata, Luiz, Bruno, Carmem, Alisson, Vanessa, Marcos e Pedro, vocês são parte da minha história. Palavras são insuficientes para demonstrar o quanto cresci ao lado dos meus queridos “mestrinhos”!

Aos amigos e compadres Dinara, Neto e Maria Isabela (Belinha) que desde a graduação, são as pessoas a quem recorro e encontro meu ponto de equilíbrio em todas as situações. Agradeço pelos sentimentos que nos une, a amizade, o carinho e a torcida de todos os dias!

Aos meus amigos, Gliverton, Guernhansberguer, Francisca Soares, Emanuela, Danilo Cezário, Priscila Alves, Flávio, Cristina, Neto Sobral, e Kédma, por estarem ao meu lado, suportando a ausência, sendo âncora e paciência!

A Diego José Fernandes Freire, por ter ajudado a pensar mais atentamente a produção literária de José Lins!

Aos professores da graduação em História (UFCG), pela iniciação ao universo da pesquisa!

A minha família, pelo apoio e carinho!

A CAPES pelo auxílio financeiro!

A todos que, a sua maneira, contribuíram para a realização desta pesquisa, sintam-se abraçados!

*És um senhor tão bonito
Quanto a cara do meu filho
Tempo tempo tempo tempo
Vou te fazer um pedido [...]
(Maria Bethânia, Oração ao tempo).*

RESUMO

A literatura regionalista contou com participação de vários romancistas, dentre eles, o paraibano José Lins do Rego (1901-1957), cuja produção literária, particularmente as obras do “Ciclo da cana-de-açúcar”, é marcada pelo tom da decadência da sociedade patriarcal nordestina e a substituição dos engenhos pela usina. Sendo assim, esta pesquisa tem por objetivo analisar como a literatura regionalista se apropriou de um conjunto de práticas culturais, expressando-as enquanto representações sociais próprias a uma identidade regional em formação, durante as primeiras décadas do século XX, a partir dos romances de José Lins do Rego. Promoveremos diálogo com algumas pesquisas que versam sobre o autor, dentre as quais se destacam Albuquerque Júnior (2011), Castello (1961), Chaguri (2007), Oliveira (1997) e Diego Freire (2014). Situamos esta pesquisa no campo da História Cultural, em especial, nas articulações entre práticas e representações propostas por Roger Chartier (1990). Adotamos como corpo documental principal o romance de José Lins do Rego *Fogo Morto* (1943). Como procedimentos metodológicos serão analisados trechos que indicam a presença dessa sociedade patriarcal nordestina, com seus elementos caracterizadores do cotidiano no engenho e das pessoas que ali viviam, de forma a se identificar como as representações sociais produzidas por José Lins contribuíram para formulação de uma identidade regional centrada no que conhecemos como “culturas do açúcar”. Espera-se com esta pesquisa compreender a forma como José Lins do Rego se apropria de práticas culturais específicas da sociedade açucareira (cultura do açúcar) para construir a sua narrativa.

Palavras-chave: Ciclo da cana-de-açúcar; História cultural; José Lins do Rego.

ABSTRACT:

Brazilian regionalist literature was performed by several novelists, including José Lins do Rego (1901-1957), whose literary production, particularly the works of the "Sugar Cane Cycle", is marked by patriarchal society's decadence and the replacement of sugar mills. This research aims to analyze how regionalist literature has assimilated a set of cultural practices, expressing them as social representations of a regional identity in formation during the first decades of the twentieth century, based on the novels of José Lins do Rego. Albuquerque Júnior (2011), Castello (1961), Chaguri (2007), Oliveira (1997) and Diego Freire (2014) are names that served as sources for this research. This study is situated in the field of Cultural History, especially in the articulations between practices and representations proposed by Roger Chartier (1990). We adopted as main documentary body the novel by José Lins do Rego, "Fogo Morto" (1943). As methodological procedures, sections that indicate the presence of this patriarchal Northeastern society will be analyzed, considering daily life characteristics in the plantation and people that lived there, in order to identify how the social representations produced by José Lins do Rego contributed to the formulation of a regional identity centered on what we know as "sugar crops". It is hoped that this research will elucidate how José Lins do Rego appropriates specific cultural practices of the "sugar society" (sugar culture) to build his narrative.

Keywords: Sugarcane cycle; Cultural history; José Lins do Rego.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – José Lins do Rego, foto de Phil Shaefer, 1918. P. 35

Sumário

| | |
|---|-----|
| Introdução | 13 |
| Capítulo I: História e Literatura: aspectos do processo de formação intelectual de José Lins do Rego | 23 |
| 1.1 História, literatura e representação | 23 |
| 1.2 A escrita de si e o processo de formação do intelectual | 29 |
| 1.3 “Meus verdes anos” | 34 |
| 1.4: Os anos 1920 no Recife: Modernismo, Regionalismo e José Lins do Rego | 45 |
| 1.5 Por um minuto de silêncio: a atuação de José Lins do Rego em Maceió | 57 |
| Capítulo II: Conjuntura histórica e social dos anos 1920-1930 | 66 |
| 2.1 O cenário brasileiro: manifestações políticas | 67 |
| 2.2 A institucionalização da ideia de decadência | 77 |
| 2.3 O Romance de 1930 | 82 |
| Capítulo III: Um novo romance ao som dos engenhos | 91 |
| 3.1 Fortuna crítica | 91 |
| 3.2. Representações de coronelismo..... | 97 |
| 3.3 Práticas culturais, religião e poder | 106 |
| Considerações Finais | 113 |
| Referencial Bibliográfico | 115 |

Introdução

Dentre os escritores regionalistas que contribuíram para dar forma à sociedade patriarcal e que, ao mesmo tempo, buscaram lhe assegurar um lugar de destaque na sociedade brasileira em modernização, está José Lins do Rego (1901-1957).

Ele se tornou nosso objeto de estudo desde a graduação, quando propusemos um diálogo entre a História e a Literatura para problematizarmos as representações de um Nordeste¹ açucareiro. Na ocasião, partindo de uma perspectiva da História Cultural, percebemos que as obras de José Lins do Rego forneciam uma gama de elementos que ainda não haviam sido levados adiante por seus estudiosos. Aspectos como sua atuação enquanto cronista em jornais cariocas ou como suas representações urbanas situadas em oposição à ordem agrária e patriarcal sugeriam perspectivas inexploradas de pesquisa em torno da obra de "Zé Lins"².

Uma dessas possibilidades, em especial, chama a atenção para a necessidade de se atribuir importância à dimensão cultural em trabalhos que lidam com essa relação dialógica e heurística entre História e Literatura. Assim, dando continuidade à nossa trajetória de pesquisas, estabelecemos nosso objeto de pesquisa com ênfase nos aspectos culturais da sociedade patriarcal presentes nos romances do chamado ciclo da cana-de-açúcar³ escritos por José Lins do Rego.

Por meio de pesquisas bibliográficas, destacamos alguns trabalhos que permitem visualizar a constituição do nosso problema de pesquisa, quando

¹ Tomamos por base a ideia de Nordeste abordada na obra "A invenção do Nordeste e outras artes" de Albuquerque Júnior (2011, p. 78), na qual aponta que "a região Nordeste, que surge na 'paisagem imaginária' do país, no final da primeira década deste século, substituindo a antiga divisão regional do país entre Norte e Sul, foi fundada na saudade e na tradição". Sendo assim, o Nordeste seria uma espacialidade imagética e discursiva que surgiu no final da década de 1910.

² No presente trabalho faremos referência ao autor como "Zé Lins" ou "José Lins do Rego". A utilização do primeiro nome tem como objetivo criar um cenário de maior "proximidade" com o autor, no sentido de interiorizar a escrita desta dissertação, já que estamos nos referindo a uma "escrita de si", de conteúdo com alta carga de afetividade.

³ O termo "ciclo da cana-de-açúcar" foi utilizado por José Lins do Rego na introdução da primeira edição de *Usina*, para designar o conjunto de obras formado por *Menino de engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Banguê* (1934), *O moleque Ricardo* (1935), *Usina* (1936), e *Fogo Morto* (1943). A nomenclatura foi abolida pelo próprio autor a partir das reedições de 1943 em diante. Contudo, continuou a ser usada pela crítica.

apontam um percurso historiográfico do tema que parte do estudo do regionalismo literário de José Lins do Rego, tendo como aspecto central a análise dos elementos políticos presentes na decadência e na superação do modelo de sociedade patriarcal em favor de uma sociedade urbana, moderna e industrial.

Evitando fazer uma descrição minuciosa acerca de todos os trabalhos que, direta ou indiretamente, lidam com o nosso objeto de pesquisa, optamos por apresentar as principais ideias de alguns estudos que podem contribuir para o estabelecimento de um consistente e importante diálogo durante o processo de construção da pesquisa. Um dos principais, e que é considerado uma referência importante nos estudos acerca de José Lins do Rego, trata-se do livro “José Lins do Rego: modernismo e regionalismo”, de José Aderaldo Castello (1961), que abordou aspectos referentes à formação de José Lins do Rego e seu envolvimento com o movimento Modernista e o movimento Regionalista. Em detrimento da crítica literária da época, Castello acompanhou a ideia de que as obras podiam ser acopladas em ciclos e, sendo assim, os romances do “Ciclo da cana-de-açúcar” retratam a lembrança de sua juventude nos engenhos nordestinos. São obras desse ciclo *Menino de Engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Banguê* (1934), *O Moleque Ricardo* (1935), *Usina* (1936) e *Fogo Morto* (1943). Em seguida, os romances do “Ciclo do cangaço, misticismo e seca” caracterizam-se por narrar aspectos de um outro Nordeste, aquele da caatinga, com seus heróis e santos fora da lei. As obras que compõem esse ciclo são: *Pedra Bonita* (1938) e *Cangaceiros* (1953). Por fim, há o conjunto das “Obras independentes”, que apresentam temas diferentes, com lutas prioritárias, lirismo erótico e memorialismo.

É recorrente encontrarmos trabalhos que versam sobre José Lins do Rego, e para isso são utilizadas as mais diversas abordagens teóricas e metodológicas. No cenário historiográfico, destacamos, em ordem cronológica, as produções de Iranilson Buriti de Oliveira (1997), Marilena Chaguri (2007), Maria Armanda do Nascimento Arruda (2011) e Diego José Fernandes Freire (2014).

Estabelecemos diálogos significativos com Iranilson Buriti de Oliveira (1997), que analisa a decadência como institucionalização na Primeira

República⁴ a partir dos sujeitos políticos, documentos oficiais e da literatura regionalista, especificamente o Romance de 1930. Oliveira aponta que, ainda em meados do século XIX, a elite açucareira praticamente não comentava a respeito de uma possível decadência econômica, em termos substanciais, ou, sequer, no seu aparecimento dentro do cenário político e econômico nacional. Neste sentido, vejamos:

Não falavam porque não estavam ainda ameaçados por outras classes produtoras do país nem seus valores estavam sofrendo alterações; porque seu produto conseguia sempre uma boa colocação no quadro geral das exportações. Não falavam contra o poder público, contra os privilégios desta ou daquela classe, contra o protecionismo da agricultura porque eram eles mesmos que controlavam socialmente a vida do país e, sendo assim, constituíam o centro dos investimentos da União e os “pés e as mãos” da vida econômica do país (OLIVEIRA, 1997, p. 50).

É interessante notarmos que, segundo Oliveira, até então, não era dada relevância às crises pelas quais a elite açucareira passava, pois elas não possuíam qualquer tom de ameaça e não se manifestavam, porque os seus produtos permaneciam em um bom espaço de mercado. Como a situação foi alterada, com ela mudou também a dos grupos que até então controlavam política e economicamente o Brasil, e mudaram os estilos de escrever da Literatura, surgindo um regionalismo tradicionalista a partir da década de 1920.

O culto à tradição, amor ao passado, desprezo ao presente e à história. Em cada autor regionalista-tradicionalista, é perceptível sua intenção em preservar um espaço tradicional, partido de lembranças, fatos e experiências da infância ou de traços característicos da região [...] A formação discursiva regionalista-tradicionalista faz uma leitura dos valores regionais tornando-os um bloco coeso, uno e sobretudo harmônico capaz de resistir à supremacia do centro-sul a às suas influências sobre os valores culturais do Nordeste (OLIVEIRA, 1997, p. 86).

As ideias do regionalismo-tradicionalista implicam a valorização e a releitura dos antigos valores do presente da sociedade patriarcal nordestina e a

⁴ A Primeira República, também conhecida como República Velha, constitui a primeira fase da organização republicana nacional e vai desde a República em 1889 até a chamada Revolução de 1930. Pela liderança do poder de Estado, alteraram-se confrontos e alianças entre a oligarquia rural e os militares das Forças Armadas. Para maiores detalhes, conferir Arias Neto (2011).

construção de uma região, de um Nordeste. Ao mesmo tempo, cada autor vai propor a sua visão de região e, nela, de tradição⁵. Algo que merece ser refletido é o quanto a noção de “decadência” foi compreendida pelos diferentes agentes que emitiam os discursos. Em cada discurso, temos várias circunstâncias significadas como decadência. Em alguns, a “decadência” é considerada como uma queda de preços no mercado exportador; em outros, como a falta de desenvolvimento econômico; ou, ainda, a ruptura com os costumes em vigor no espaço tradicional.

Portanto, de acordo com Oliveira (1997) a ideia de decadência está vinculada a um entrelaçamento de fios de diferentes interesses por parte de banguzeiros⁶ e usineiros. A interrupção nos meios que movimentavam o engenho, seus costumes, as ações de seus senhores, tudo isso era vinculado à noção de decadência regional, espacial ou familiar.

Até pelo menos a década de 1920, as representações da decadência estavam reservadas, além da própria elite, a jornalistas, alguns poucos intelectuais e políticos da região. Não havia se destacado ainda nenhum romancista ou poeta que saísse em defesa da representação da decadência. Porém, pouco a pouco, entusiasmados com a temática do regionalismo, alguns autores descobriram a sociedade do engenho como matéria prima para suas obras de ficção, como Mário Sette, com o romance *Senhora de Engenho* (1921), seguido por outros romances com o mesmo teor social, como *A Bagaceira* (1928), de José Américo de Almeida, e as obras do romance do “Ciclo da cana-de-açúcar”, de José Lins do Rego.

O foco narrativo dos “romances de açúcar” se articula em torno de alguns temas peculiares ao mundo rural, destacando-se a ‘decomposição’ da vida do banguê e do seu senhor e o repúdio às inovações técnicas na agroindústria do açúcar. Preocupa-se em manifestar o ‘espetáculo’ complexo do engenho, em reproduzir a memória de menino de bagaceira (OLIVEIRA, 1997, p. 126).

⁵ Pensamos a ideia de tradição na perspectiva de Hobsbawm (1997), quando estuda o modo como as tradições surgiram e se estabeleceram na Inglaterra. Nas suas discussões acerca do termo “tradição inventada”, esse autor afirma que: “Entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado” (HOBSBAWM, 1997, p. 9).

⁶ Dono de banguê, de engenho primitivo de açúcar.

Expressão bastante utilizada, “romances de açúcar” será um termo emprestado à nossa pesquisa, em referência às obras que rememoram aspectos nos engenhos de seu avô, uma narrativa que é construída por meio da história da cana-de-açúcar e da sua decadência. Embora a decadência seja um elemento muito forte nas produções de José Lins, ela não se constitui no nosso principal objeto de pesquisa.

Os argumentos de Mariana Miggiolaro Chaguri (2007) buscam recuperar, por meio da análise dos romances do “Ciclo da cana-de-açúcar” e das crônicas de José Lins do Rego, as ambiências intelectuais e os processos sociais entrelaçados na dinâmica da decadência dos engenhos e de ascensão das usinas na zona canavieira do Nordeste.

Os romances de José Lins são tomados como uma tentativa de compreender, a partir do estranhamento existente entre o narrador e a realidade, as mediações – sociais, políticas e artísticas – postas em um momento no qual uma “forma real, isto é, posta pela vida prática, é transformada em forma literária, isto é, em princípio de construção de um mundo imaginário”, sendo possível apreender, desse ponto de partida, o vínculo entre a dinâmica estética (as sugestões do Regionalismo) e a dinâmica social (a decadência vivida pelo Nordeste) (CHAGURI, 2007, p. 13).

A autora lança mão de uma reconstrução dos espaços intelectuais frequentados por Zé Lins nos anos 1920, no Recife (de forma a enfatizar o Regionalismo e a maneira como este aspecto está presente nas obras), e no Rio de Janeiro, durante os anos 1930-40, momento de consagração literária do romancista paraibano.

Partirmos das premissas de Gomes e Hansen (2016), quando se referem à noção de intelectuais, como sendo:

Homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social. Sendo assim, tais autores podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente, ocupem posição de reconhecimento variável na vida social (GOMES, HANSEN, p. 10, 2016).

Arruda (2011) apresenta um trabalho que versa sobre a Literatura, em especial do modernismo como uma manifestação literária. O pressuposto que

mais nos interessa é a discussão sobre a inserção dos escritores nordestinos José Américo de Almeida (1887-1980), Graciliano Ramos (1892-1953), José Lins do Rego, Raquel de Queiroz (1910-2003), Jorge Amado (1912-2001), entre outros, no mundo da Literatura. Além de originários da mesma região, de pertencerem à mesma geração literária, eram herdeiros de experiências sociais comuns, por serem descendentes de famílias da elite agrária em franco processo de declínio. A autora apresenta a insatisfação de Oswald de Andrade com o destaque que foi sendo dado aos escritores regionalistas e que, segundo ele, escapava do projeto idealizado pelos organizadores da Semana de 1922 e do movimento Modernista.

Os romances de José Lins do Rego reproduzem a oralidade da cultura do Nordeste, numa obra de forte carga afetiva, permeada por uma expressividade de raiz emotiva, nutrida no solo da memória. Por essa razão, combinam as características do romance social aos traços de uma literatura dos sentimentos, gerados na opressão do mundo, em sincronia com um contexto de crise e uma experiência de decadência social (ARRUDA, 2011, p. 204-205).

A Literatura do paraibano José Lins do Rego carrega algumas características da geração reunida em torno do Movimento Regionalista e Tradicionalista, organizado por Gilberto Freyre. Quando o sociólogo de Apipucos retornou dos Estados Unidos, acabou por organizar e promover o Congresso Regionalista do Recife, em fevereiro de 1926. A troca intelectual entre Gilberto Freyre e José Lins do Rego é bastante ressaltada no trecho que segue: “Sabe-se que Freyre costumava reescrever seus textos em função das circunstâncias, o mais significativo é apontar o quanto essa iniciativa permeou a obra dos participantes, como a do próprio José Lins do Rego” (ARRUDA, 2011, p. 206).

Por fim, não menos importante, temos as pesquisas realizadas por Diego Freire (2014), que partem do pressuposto teórico de que os diversos espaços são construções sociais, resultados de investimentos materiais e simbólicos, em momentos específicos. Sendo assim, a ideia é verificar a fabricação simbólica do engenho açucareiro através de algumas obras literárias do romancista José Lins do Rego.

José Lins foi um dos principais nomes da literatura de engenho. Seus cinco primeiros romances ficcionaram em perspectiva

realista, memorialista e saudosista, o apogeu e a decadência dos engenhos ditos nordestinos. Na história da literatura brasileira, nenhum outro autor teve seu nome tão ligado ao banguê quanto o romancista paraibano. O “romancista do engenho”: eis um dos epítetos que a crítica literária lhe reservou (DIEGO FREIRE, 2014, p. 20).

De modo particular, trata da dimensão simbólica – significados, valores e imagens – mobilizada por Zé Lins para constituir a propriedade canavieira. A atenção é voltada para as obras do “ciclo da cana-de-açúcar”: *Menino de engenho*, *Banguê* e *Fogo Morto*, escolha feita em detrimento do seu recorte espacial, que é o engenho. Dessa forma, o autor questiona os estilos e significados utilizados por “Zé Lins” para ficcionar o engenho, que, segundo o autor, configura-se como uma espacialidade forjada.

Dessa forma, a nossa pesquisa decorre do contato prévio com trabalhos sobre José Lins do Rego e seus romances regionalistas. Ao nos debruçarmos sobre tal bibliografia, percebemos que é recorrente a ênfase dada ao mundo do engenho na perspectiva das relações patriarcais, notadamente naquelas que apontam para interpretações centradas na decadência da sociedade açucareira, nas questões de gênero e de conflitos étnico-raciais que comumente a explicam.

A cultura regional era uma das grandes preocupações do Centro Regionalista do Nordeste e do Movimento, que ao redor dessa agremiação se estabeleceu, percebendo-a como elemento definidor de uma identidade regional (AZEVEDO, 1984). Percebemos que, quando muito, os autores/pesquisadores apenas utilizam as manifestações culturais a título de exemplificação para dar corpo aos trabalhos que desenvolvem, ou seja, as práticas culturais não são problematizadas em sua historicidade própria.

A possibilidade de compreender as práticas culturais de uma época aos olhos da Literatura é uma das novas ferramentas das quais dispõe o historiador, e é nesse processo – que está sendo possível após o contato com as obras citadas – que mergulharemos, embora ressaltamos que esta pesquisa não visa repetir o já dito pelos historiadores, literatos e sociólogos aqui mencionados, pois buscamos analisar os escritos literários sob o prisma da História Cultural, das práticas e representações, ou seja, outra possibilidade para lidar com a História e a Literatura.

Situamos esta pesquisa no campo da História Cultural, em especial, nas articulações entre práticas e representações. A representação assume um dos papéis essenciais da História Cultural, que “tem como objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Isso significa dizer que nosso aporte teórico baseia-se nas discussões de Roger Chartier (1990 e 2002) acerca das reflexões sobre a ideia de representação. Essa discussão será apresentada no capítulo seguinte. Importante destacar que Chartier confere à representação do mundo social um “diagnóstico fundado na razão, [e que] são sempre determinados pelos interesses dos grupos que os forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Neste trabalho, compreendermos a forma como José Lins do Rego, ao mesmo tempo em que se insere no meio de intelectuais regionalistas, apropriou-se de práticas culturais específicas da sociedade açucareira (cultura do açúcar) para construir a sua narrativa, uma História Cultural que aborda, também, representações sociais ligadas diretamente a uma identidade que estava sendo formada e inventada. A narrativa de José Lins do Rego é marcada pelo status de um descendente do patriarcado açucareiro que resolveu narrar acontecimentos importantes da sua juventude, mas que não deixa de demonstrar a sua saudade, a sua memória e o seu interesse para que aquele mundo não se perca, que as práticas culturais não sejam esquecidas.

Esta pesquisa pretende adotar como corpo documental principal o romance de *Fogo Morto* (1943), de José Lins do Rego. Essa escolha se explica em razão do recorte temático que fizemos, pois é um livro que trata, especificamente, da espacialidade do engenho e, assim, o que nos interessa são as práticas culturais que se apresentavam no engenho senhorial nordestino. A trama se constitui, em grande medida, a partir de elementos caracterizadores do cotidiano no engenho e das pessoas que ali viviam. Para tanto, levamos em consideração a ideia de que “todas as práticas, sejam econômicas ou culturais, dependem das representações utilizadas pelos indivíduos para darem sentido a seu mundo” (HUNT, 1992, p. 25).

Em termos metodológicos, optamos pela leitura da obra *Fogo Morto*, da qual selecionamos algumas abordagens: representações de coronelismo, práticas culturais, religião e poder. Para tratarmos essas narrativas literárias, adotaremos as sugestões de Linda Hutcheon (1991), estudiosa do campo literário, que apresenta diretrizes históricas importantes para quem almeja trabalhar com romances literários. Segundo Hutcheon, literatura e história são “sistemas de significação”, isto é, discursos que dotam as coisas de sentidos, que empreendem significados ao mundo. É justamente nessa capacidade de significar a realidade que reside o valor da literatura para a história: “tanto a literatura quanto a história fazem parte dos sistemas de significação de nossa cultura, e aí está seu sentido e valor” (HUTCHEON, 1991, p. 120).

Desta forma, os romances serão analisados como processos de “significação pelos quais damos sentido ao passado” (HUTCHEON, 1991, p. 122-123). Faremos uso de tal perspectiva, porque ela nos livra da ingenuidade de tomarmos a literatura como “espelho de uma época” ou “testemunha do Real” (PESAVENTO, 2006).

Após a demonstração das vastas perspectivas em que a produção literária de José Lins do Rego tem sido trabalhada, destacamos a relevância que tais estudos têm para esta pesquisa, as quais, embora lidem com abordagens diferentes, ajudam a fortalecer nosso objeto, pois nos estudos da obra de “Zé Lins” pouca atenção tem sido dada aos elementos culturais historicamente presentes no espaço regional representado em seus romances. Esses trabalhos elidem de suas análises todo um conjunto de expressões e práticas culturais, que, sob o signo da tradição, foram centrais no processo de formulação social, histórica e, neste caso, também literária daquilo que conhecemos por sociedade patriarcal açucareira e, por conseguinte, da própria região Nordeste enquanto recorte espacial e identidade regional, durante as primeiras décadas do século XX.

Optamos pela divisão do texto em capítulos. O primeiro capítulo busca discutir aspectos do conceito representação, tal qual trabalhado por Roger Chartier, e alguns apontamentos da relação História e Literatura. Ainda, aborda alguns aspectos biográficos e o processo de formação intelectual de José Lins do Rego. Apresentamos a importância da cidade do Recife para a sua formação, as redes, a sociabilidade intelectual, e a sua ida para a cidade

de Maceió, lugar de suma importância para a constituição de suas primeiras obras, e como esse momento foi silenciado pelos seus estudiosos.

O segundo capítulo consiste numa breve apresentação acerca das condições de possibilidade que permitiram o romance regionalista ganhar a conotação de denúncia social. Assim sendo, apresentaremos os principais acontecimentos que marcaram os anos de 1920 e o início dos anos de 1930, que contribuíram para as manifestações artísticas e para a tomada de consciência por parte dos intelectuais em relação à necessidade de apresentarem em seus escritos as condições sociais, políticas, econômicas e culturais de suas regiões.

O terceiro capítulo trata da análise do romance *Fogo Morto*, e para esse momento esboçamos uma breve apresentação da obra. Para fins de explicação, faremos uso da edição de 2010. O que se propõe, por conseguinte, é uma reflexão acerca das possibilidades de inter-relação entre História e Literatura.

Capítulo I: História e Literatura: aspectos do processo de formação intelectual de José Lins do Rego

1.1 História, literatura e representação

Nos últimos anos, a Historiografia tem passado por transformações, propondo novos olhares sobre os objetos de sua alçada, sobre aspectos antes considerados resolvidos. Diálogos são articulados com outras áreas do saber e, assim, com a Literatura. É pertinente pensarmos que a aproximação da História com a Literatura não se dá numa única direção: é uma via de mão dupla. Os estudos literários também repensaram seus modelos e deles surgiu uma busca por esse diálogo epistemológico com a História. Contudo, cabe advertir que as possibilidades aqui indicadas não ambicionam estabelecer verdades absolutas e definitivas, pois grande parte dos autores em questão apontam que essa relação ainda apresenta pontos inconclusos.

O que podemos observar nas últimas décadas é aumento das discussões em torno da questão de a narrativa histórica conter aspectos ficcionais. Alguns historiadores, ao se colocarem numa situação-limite entre arte e ciência, reconhecem que seus escritos podem prescindir de características ficcionais, sem abrir mão, entretanto, da metodologia histórica no trato com as suas fontes.

Entre história e ficção, a distinção parece clara e resolvida se se aceita que, em todas as suas formas (míticas, literárias, metafóricas), a ficção é “discurso que ‘informa o real, mas não pretende representá-lo nem abonar-se nele”, enquanto a história pretende dar uma representação adequada da realidade que foi e já não é (CHARTIER, 2015, p. 24).

Vemos que a representação não é um elemento neutro, sem intenções, mas que busca apresentar a percepção de mundo em um determinado grupo, que elabora as suas estratégias e que impõe sua autoridade. Assim, o ato de representar passa pela ideia de “descrever a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que ela fosse” (CHARTIER, 1990, p. 19). Para tanto,

trabalharemos com a noção de representação na compreensão de Roger Chartier:

As definições antigas do termo (por exemplo, a do dicionário Furetière) manifestam a tensão entre duas famílias de sentidos: por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém. No primeiro sentido, a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é (CHARTIER, 1990, p. 20).

A partir das colocações de Chartier (1990, p. 19), podemos perceber que a noção de representação passa pela ideia de que quem representa “descreve a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que ela fosse”. Um texto, por exemplo, pode apresentar as compreensões de quem o fez, e quem lê o texto pode, a partir da prática de leitura, elaborar a sua representação.

A noção de representação é comumente relacionada àquela de práticas e apropriação. As práticas são entendidas a partir do momento em que elas dão um significado ao mundo, ou seja, as práticas possibilitam que o leitor tenha a sua interpretação de mundo. Nas palavras de Chartier (idem, p. 28), “são as práticas que constroem o mundo como representação”. Dessa maneira, a escrita de um romance é uma prática cultural. O leitor poderá se apropriar daquilo que leu e, conseqüentemente, construir representações.

Ao discutir acerca dos estudos culturais, Chartier aponta que, apesar de ser uma área com o maior número de pesquisas atualmente, o campo da História Cultural não é tão simples de ser delimitado por conta das múltiplas concepções de cultura:

Conforme suas diferentes heranças e tradições, a história cultural privilegiou objetos, âmbitos e métodos diversos. Enumerá-los é uma tarefa impossível. Mais pertinente é, sem dúvida, a identificação de algumas questões comuns a esses enfoques tão distintos (CHARTIER, 2015, p.35).

A História Cultural abriu os olhos dos historiadores para outros caminhos possíveis de diálogo. Ao perceberem, portanto, outras possibilidades, os historiadores puderam repensar os conceitos e os próprios aspectos de

domínio da História, o que provocou uma intensa reflexão sobre a disciplina. Foi nessa conjuntura que se colocou a necessidade de, em termos metodológicos, recorrer-se às áreas afins, tais como a Demografia, a Economia, a Antropologia, a Sociologia e a Literatura, entre outras.

Como resultado dessa visão multidisciplinar e dos desafios teóricos enfrentados, fez-se necessário, ainda, apoiar a análise em documentos históricos que dessem sustentação a temas até então inexplorados ou que permitissem a retomada de outros, a partir de novos olhares (SAMARA; TUPY, 2007, p. 44).

De acordo com Ferreira (2009), desde a década de 1970, as novas gerações de historiadores franceses ampliaram o leque de problemas, objetos e abordagens da disciplina, e, como referência às novas possibilidades para a pesquisa histórica, Jacques Le Goff e Pierre Nora organizam o livro *Faire de l'histoire* – obra considerada o manifesto da Nova História, ao proporem a dilatação do território temático do historiador, o qual:

[...] passou a abranger objetos tais como o inconsciente, o cotidiano, a língua, a literatura, o mito, a infância, a juventude, a festa, os meios de comunicação, entre outros- os novos historiadores também estimularam a pesquisa de novos documentos (FERREIRA, 2009, p. 64).

A Literatura é um caminho possível para se compreender as sensibilidades de uma época. Nos dias de hoje, os historiadores se interessam cada vez mais pela relação entre História e Literatura. Esses dois campos, que antes foram separados pelas delimitações de uma ciência histórica, contemporaneamente, têm sido alvo de um profundo e frutífero debate, que busca estabelecer que convergências, mediações e distinções podem ser percebidas nessa relação.

Essas convergências, mediações e distinções têm se dado por diversas portas: os estudos que lidam com os movimentos literários e seus projetos sociais, as suas maneiras de inserção social, as produções e revistas literárias, o mercado editorial, tais como os estudos de Robert Danrton (1986), nos Estados Unidos, e Nicolau Sevckenko (1999), Sandra Jatahy Pesavento (1999) (2004) e Sidney Challoub (1990) no Brasil.

No Brasil, a relevância da Literatura na pesquisa das ciências sociais e humanas tem Antônio Candido como um dos expoentes, para quem, “diferentemente do que sucede em outros países, a literatura tem sido, aqui, mais do que a filosofia e as ciências humanas, o fenômeno central da vida e do espírito” (CÂNDIDO, 2002, p. 130).

A Literatura se refere a um novo na ficção, o que afere inteligibilidade à realidade. Sendo assim, a verossimilhança em Literatura não está baseada em estabelecer uma comparação com o mundo real, mas, sim, em analisar a composição de uma obra, ou seja, analisar como os elementos sociais (externos) atuam na organização interna da obra. Tais elementos importam “não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno” (CÂNDIDO, 2002, p. 4).

A Literatura permite acesso a um mundo desconhecido, que, por vezes, escapa aos olhos dos historiadores, um mundo rico em detalhes, em aspectos do cotidiano, repleta de elementos que nos aproxima e permite o contato com outras épocas. Burke (2013, p. 3) atenta para o fato de que foi o “desejo de uma história com uma face humana, em reação contra a macro-história, a história quantitativa e o determinismo, que atirou os historiadores nos braços dos romancistas”. É possível considerar a Literatura e a História como versões possíveis da recriação do “real”. Sendo assim, podemos pensar a Literatura como um “mundo reconstruído” pelas palavras e representações que o autor faz a partir da sua “operação literária” historicamente situada.

É frequente ouvir definições que abordam a Literatura de maneira simplista, que trata do imaginário e do não real, enquanto a História é uma narrativa que trata de estudar os fatos como verdadeiramente aconteceram em diferentes épocas. No entanto, para Pesavento (2006), História e Literatura podem se aproximar sem se confundir. Elas se referem a narrativas que explicam o real em diferentes épocas e espaços. Essa aproximação entre História e Literatura promove um campo de pesquisa que passou a se desenvolver no Brasil a partir dos anos 1990, manifestando-se hoje como uma das temáticas que se sobressai em termos de pesquisa e trabalhos acadêmicos.

A escrita da História, assim como a de um texto em moldes literários, passa pela tessitura de um fio que deve unir os acontecimentos, até mesmo aqueles que num primeiro momento parecem distantes, a fim de lhes conferir uma significação. No debate entre História e Literatura, as narrativas ditas ficcionais possuem a vida como referência. Por isso, ao construírem, tecerem e elaborarem novas versões sobre o real, apresentam possibilidades de leitura dos mais variados aspectos referentes a uma determinada época. Sobre isso, assim se expressou Pesavento:

O mundo da ficção literária – este mundo verdadeiro das coisas de mentira – dá acesso para nós historiadores, às sensibilidades e às formas de ver a realidade de um outro tempo, fornecendo pistas e traços daquilo que poderia ter sido ou acontecido no passado e que os historiadores buscam. Isto implicaria não mais em buscar o fato em si, o documento entendido na sua dimensão tradicional, na sua concretude de “real acontecido”, mas de resgatar possibilidades verossímeis que expressam como as pessoas agiam, pensavam, o que temiam, o que desejavam (PESAVENTO, 2006, p. 6).

Dessa maneira, as aproximações e distanciamentos entre História e Literatura não podem restringir-se apenas ao debate entre realidade *versus* ficção, ou, em outros termos, ciência *versus* arte. É conveniente também pensar as possíveis formas de apreensão da realidade que são constituídas, levando-se em conta as diferenças entre ambas e delimitando os saberes que produzem. A proximidade da História com a Literatura se justifica como uma cumplicidade importante, porque as apresenta como um diálogo de discursos sobre o mundo. Nesse espaço, é preciso assumir posicionamentos epistemológicos que dissolvam as fronteiras que foram construídas historicamente, tais como: verdade *versus* ficção, realidade *versus* imaginação, ciência *versus* arte.

Um dos trabalhos brasileiros que se debruçam pela perspectiva da relação História e Literatura é o de Nicolau Sevcenko (1999), que analisa a República do início do século XIX através de obras literárias da época, tomando como fonte os escritos literários de Euclides da Cunha e Lima Barreto, e tecendo algumas considerações acerca da relação entre História e Literatura:

[...] todo escritor possui uma espécie de liberdade condicional de criação, uma vez que os seus temas, motivos, valores, normas e revoltas são fornecidos ou sugeridos pela sua sociedade e seu tempo- e é destes que eles falam. Fora de qualquer dúvida: a literatura é antes de mais nada um produto artístico, destinado a agradar e a comover, mas como se pode imaginar uma árvore sem raízes, ou como pode a qualidade dos seus frutos não depender das características do solo, da natureza do clima e das condições ambientais? [...] a literatura portanto fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram (SEVCENKO, 1999, p. 20).

Portanto, Literatura e História são narrativas que têm o real como referente. De acordo com Ferreira (2009), cabe ao historiador as seguintes tarefas: refletir a respeito do que é literatura; estar atento às várias formas literárias no decorrer do tempo e às circunstâncias em que foram construídas e perpetuadas; não estabelecer valores de juízo estético, pois não lhe cabe eleger entre os clássicos, populares ou malditos; cabe questionar o público a que o texto literário se destina e o papel que desempenha nas condições culturais e sociais de sua época. Adverte, ainda, que não se deve ficar preso unicamente ao texto literário; deve-se buscar confrontá-lo com outras fontes, que permitam a contextualização da obra na intenção de que possa haver uma aproximação dos vários significados da realidade histórica. Por fim, independentemente da problemática:

O historiador deve ficar atento ao considerar os movimentos literários e as vanguardas artísticas que, ao legarem sua própria memória e versão dos embates culturais, promovem a autoconsagração e criam marcos periodizadores estanques na história da literatura, subordinando seus significados históricos a uma visão unilateral. É nossa tarefa colocá-los à prova (FERREIRA, 2009, p. 75).

Pesavento (2006) chama atenção para o fato de apreendermos a ideia de que a Literatura faz uso da imaginação para construir um enredo, cujas bases tomam o real como referente. A História não pode fazer uso desses meios para criar fatos ou romanceá-los de acordo com a livre vontade do autor, uma vez que o trabalho historiográfico é um trabalho que requer um trato científico e, assim sendo, deve estar moldado às bases da cultura empírica,

constituindo, dessa forma, um alerta para os pesquisadores historiadores que adotam a Literatura como fonte.

Desta maneira, as obras de caráter ficcional e/ou literário se mostram como uma possibilidade de fonte documental para a construção do conhecimento histórico, se refletirmos o quanto a Literatura é uma área de conhecimento que possibilita algumas apropriações e representações da sociedade de um determinado período, pois são em condições específicas e particulares que o literato cria seus mundos, seus sonhos, desejos e experimenta várias formas de linguagem. Sendo assim, entendemos que a História ou a sociedade não determinam uma obra literária na íntegra, como um mero reflexo do real. Trata-se de um vórtice, no qual as influências são recíprocas.

1.2 A escrita de si e o processo de formação do intelectual

Nada me arreda de ligar a arte à realidade e de arrancar das entranhas da terra a seiva dos meus romances e de minhas ideias. Gosto que me chamem de telúrico e muito me alegra que descubram em todas as minhas atividades literárias forças que dizem do puro instinto. Será destas fontes do instinto donde emanem as minhas únicas alegrias criadoras (REGO, 1945, p. 55).

Nossa principal inquietação neste ponto é perceber como se deu a formação de um intelectual nordestino a partir do seu lugar social⁷, mais efetivamente, um sujeito que observava seus alicerces serem substituídos pelo advento da modernidade. Um romancista que abre espaço para o menino que

⁷ Pensamos o lugar social a partir das reflexões de Michel de Certeau (2000), quando aponta que o lugar social é construído historicamente e funciona ao mesmo tempo como uma possibilidade e como uma limitação, posto que é através dele que uma narrativa é pensada, construída e torna-se conhecida. Desta maneira, “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar social de produção socioeconômico, político e cultural” (CERTEAU, 2000, p. 66). Assim, o lugar social de José Lins do Rego é o de neto de senhor de engenho, herdeiro da sociedade patriarcal, que corrobora em seus escritos para a ideia de decadência.

habitou o interior dos engenhos nordestinos e, a partir desse fato, atribuiu a si a tarefa de, juntamente com outros intelectuais, constituir tradições para a região.

Buscamos aqui compreender o período da vida de José Lins do Rego que circunda até a década de 1940. Para tanto, como tratamos com aspectos biográficos, não podemos esquecer que o seu lugar social está relacionado à produção de uma “escrita de si”, conceito trabalhado por Gomes (2002), ou seja, muitos dos escritos de José Lins do Rego se referem a suas lembranças da infância e juventude nos engenhos nordestinos.

A escrita de José Lins do Rego é marcada pelo tom memorialista e autobiográfico – seguindo as colocações de Gomes (2004), pela escrita de si ou escrita auto-referencial, que faz parte de um conjunto de modalidades do que se convencionou chamar de produção de si no mundo ocidental. A prática da escrita de si pode ser compreendida como parte de um variado conjunto de ações, que vão desde as autobiografias até os diários íntimos, passando pela constituição de uma memória de si. A escrita de si é comumente associada à ideia de “teatro da memória”, no sentido de que há uma evidência para o indivíduo como personagem de si mesmo e assim da história do grupo a que pertence.

Por meio da escrita de si, é possível dar novos sentidos às ações, manifestar aquilo que é importante e esconder o que é “necessário”. Escrever a própria vida é poder se libertar, se mover e reviver. É poder contar a própria história sob uma ótica particular, é revisitar espaços perdidos, espaços cheios de sentimento, que podem ser mapeados pela memória construída a partir do tempo presente.

O estudo das práticas de escrita de si é possível a partir da relação estabelecida entre o indivíduo moderno e seus documentos, que toma como ponto central a ideia de que:

Através desses tipos de práticas culturais, o indivíduo moderno está constituindo uma identidade para si através de seus documentos, cujo sentido passa a ser algo alargado. Embora o ato de escrever sobre a própria vida e a vida de outros, bem como de escrever cartas, seja praticado desde há muito, seu significado ganha contornos específicos com a constituição do individualismo moderno. A chave, portanto, para o entendimento dessas práticas culturais é a emergência

histórica desse indivíduo nas sociedades ocidentais (GOMES, 2004, p. 11).

O aparecimento do indivíduo nas sociedades ocidentais deu margem também à ideia de “ilusão biográfica”, expressão de Pierre Bordieu (2006), que coloca este conceito como vindo do senso comum, adentrando o meio científico, e, em suas palavras, representando “inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história” (BOURDIEU, 2006, p.183). Esse entendimento tem por base a negação da ideia de que a história de vida se daria no sentido linear, na qual o indivíduo nasce, cresce, se desenvolve e morre, de maneira que tudo aquilo que aconteceu durante o período de sua existência fluísse numa rede de eventos organizados em volta do próprio fim da história.

Esta forma teleológica de compreender a biografia associada a uma estrutura de relato e a um romance, no qual as ações estão colocadas de forma cronológica, em que o enredo se dirige para um fim, um desfecho, é definido por Bordieu como “ilusão biográfica”. Seria uma tentativa de se entender e narrar a vida de uma pessoa em um dado período, levando em conta a linearidade temporal da vida entre o nascer e o morrer – como se a vida fosse um desdobramento cronológico contínuo, explicado por uma existência cujo sentido estaria no nome próprio adquirido.

Segundo Miceli (2001), as memórias constituem um gênero de investimentos praticados por diversas categorias de escritores. Dentre os escritores consagrados, em sua maioria, romancistas ou poetas, “a elaboração de memórias constitui a oportunidade de reafirmar o domínio completo do ofício de escritor” (MICELI, 2001, p. 85). Nos casos de Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Augusto Meyer, Gilberto Freyre etc, a infância ou os primeiros anos da mocidade são os períodos que se dispõem a rememorar.

Decerto porque a impossibilidade de suprir as lacunas desses períodos favorece o tratamento eminentemente poético dos episódios e das figuras que pontuam a trama. E dado essa modalidade narrativa os dispensa de restituir as determinações prosaicas do ambiente familiar de quando eram crianças, esses escritores sentem-se à vontade ao reivindicar para suas memórias uma apreciação fundada apenas em critérios estéticos. Se, por um lado, os procedimentos de eufemização a que se sujeitam sua história de vida dificultam o rastreamento das mediações práticas que se colocam na raiz de sua

habilitação para o trabalho intelectual, por outro lado, tendem a privilegiar certos eventos que prenunciam a gênese social de uma “sensibilidade” de escritor (MICELI, 2001, p. 85).

Consideramos que foi a partir desse lugar de memória que ele se construiu enquanto um intelectual nordestino. Entendemos o intelectual a partir das proposições de Albuquerque Júnior (2005), quando nos informa que a palavra intelectual surgiu no final do século XIX em substituição ao termo erudito. Segundo ele:

O substantivo “intelectual” surge para nomear, portanto, o que seria uma nova “classe” de pensadores e escritores, quase sempre em oposição à ordem sócio-política estabelecida – ou ao menos à margem dela – tendo, pois, o sentido de alguém descontente, que mantém uma atitude crítica e independente frente ao governo e à sociedade de seu país (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2005 p. 4).

Nessa dinâmica do papel do intelectual, há redes e lugares que acabam por conferir posições aos sujeitos que dela participam, tais como a partilha de sentimentos, sensibilidades e competição. Na esfera do intelecto há um processo de formação e aprendizado, projetos e intenções que acabam entrelaçando interesses intelectuais e políticos. Nessa acepção, o conceito de intelectual é, como todos os conceitos políticos e sociais, fluído e polissêmico (GOMES, HANSEN, 2016, p. 12).

De acordo com Gomes e Hansen (2016) o intelectual pode ser acoplado em categorias, temos os autores/criadores/inovadores do saber e divulgadores/difusores/vulgarizadores e mediadores. Como atores sociais, que se envolvem na produção cultural de bens simbólicos, reconhecido por seus pares como inovadores, formando um “pequeno mundo intelectual”. Neste rol, o que mais nos chama atenção é a de intelectual mediador, “seriam aqueles voltados para a construção de representações que tem grande impacto numa sociedade” (GOMES, HANSEN, 2016, p. 26). Uma colocação que pode ser atribuída a José Lins do Rego, na qualidade de um intelectual envolvido numa sociabilidade intelectual,

A sociabilidade intelectual é entendida como uma prática constitutiva de grupos de intelectuais, que definem seus objetivos (culturais e políticos) e formas associativas- muito variáveis e podendo ser mais ou menos institucionalizadas-,

para atuar no interior de uma sociedade mais ampla (GOMES, HANSEN, 2016, p. 24).

Neste sentido, o estudo acerca dos intelectuais pode seguir as mais variadas perspectivas: análise de trajetórias biográficas, análise das gerações de grupos intelectuais existentes, exame crítico sobre os projetos culturais e políticos, abordagem das relações estabelecidas entre o campo intelectual e os demais campos – político, religioso-, dentre outras possibilidades. Para José Lins do Rego, estamos trilhando a perspectiva do intelectual como um sujeito mediador, que muitas vezes ocupa uma posição estratégica numa instituição cultural, pública ou privada, “ou atua desde um lugar privilegiado numa rede de sociabilidades, onde se protagoniza projetos de mediação cultural de enormes impactos políticos” (GOMES, HANSEN, 2016, p. 19).

A posição de herdeiro da economia açucareira em declínio faz de José Lins do Rego um intelectual amarrado às tradições do mundo do engenho e esse mundo é marcado por lugares de memória. As colocações de Sérgio Miceli (2001) podem ser aplicadas a José Lins do Rego, pois, segundo ele:

[...] as profissões intelectuais constituem um terreno de refúgio reservado aos herdeiros das famílias pertencentes à fração intelectual e, em particular, aos filhos das famílias em declínio. Estes últimos, tendo podido se livrar das ameaças de rebaixamento social que rondavam os seus, tiveram a oportunidade de se desgarrar de seu ambiente de origem e, ao mesmo tempo, de objetivar com seus escritos essa experiência peculiar de distanciamento em relação à sua classe. Em suma, não se podem dissociar as disposições favoráveis ao trabalho intelectual das experiências sociais que moldaram tais disposições (MICELI, 2001, p. 82).

A concepção de intelectual, desde isolado na sua “torre de marfim⁸”, criando ilusões para o bom andamento da sociedade, seja envolvida com as lutas nacionais ou regionais, o intelectual é marcado pelo estigma da diferença. “Fabricante de ilusões ou consciência da nacionalidade, ele foge ao padrão do homem comum. Assim, o intelectual é sempre designado para o exercício de alguma função e/ou missão especial” que varia de acordo com a conjuntura histórica” (VELLOSO, 1987, p. 10).

⁸ “Torre de marfim” foi o termo utilizado por Machado de Assis em referência à Academia Brasileira de Letras, como alusão para os intelectuais se refugiarem no mundo das ideias, como única finalidade da preocupação literária. Do alto de sua torre, eles apreciariam o mundo, refletindo sobre ele, porém, não teriam nenhum tipo de envolvimento com as causas sociais.

A maioria dos intelectuais da Primeira República pertencia a famílias tradicionais, especializadas no desempenho de cargos políticos e culturais de maior prestígio. Destarte, as disposições manifestadas pelos diferentes tipos de intelectuais, no que se refere em termos de carreira, parecem inseparáveis da história social de suas famílias.

1.3 “Meus verdes anos”⁹

José Lins do Rego nasceu em 03 de junho de 1901, na várzea paraibana, em um engenho familiar¹⁰, município de Pilar, estado da Paraíba. Filho de João do Rego Cavalcanti e Amélia Rego Cavalcanti, foi criado por seu avô materno, o coronel José Lins Cavalcante de Albuquerque, proprietário do referido engenho, e por uma tia, a “tia Maria”. A infância de José Lins do Rego, segundo ele próprio, foi marcada pela ausência dos pais (a mãe morrera muito cedo e o pai raramente o visitava), pelos tormentos da saúde, “destemperos de sexo”, e por um sentimento de rejeição do ambiente familiar. Vejamos como José Lins do Rego descreve os primeiros anos de sua vida:

Chamei de verdes anos o tempo da minha infância. E em livros de memórias procurei reter tudo o que me resta daquela “aurora” que para o poeta Casimiro fora o das saudades, dos campos floridos das borboletas azuis. Em meu caso as borboletas estiveram misturadas a tormentos da saúde, a ausência de mãe, a destemperos de sexo. E tantos espantos alarmaram os meus princípios que viriam eles me arrastar às tristezas que não deviam ser as de um menino. [...] O neto de um homem rico tinha inveja dos moleques da bagaceira. A ausência do pai que não era bem visto pelos parentes maternos fez de mim uma criatura sem verdadeiro lastro doméstico. Sempre fui menino criado pelo avô, assim como um rejeitado, apesar de todas as grandezas do avô. [...] A asma fez de mim um menino sem fôlego para as aventuras pelo sol e

⁹ Tomamos por empréstimo o título do livro “Meus Verdes Anos” (1956), obra considerada pela crítica literária, a exemplo de Castello (1961) como uma obra memorialista, sintetizando um olhar retrospectivo de José Lins do Rego neste momento já consagrado, sobre sua obra.

¹⁰ O local exato onde José Lins do Rego nasceu é ainda objeto de discussão. Uns apontam o engenho Corredor e outros apontam o engenho Itapúa. O fato é que ambos se localizavam na várzea paraibana. Ver: FIGUEIREDO JÚNIOR, Nestor Pinto. **Onde nasceu José Lins do Rego, afinal?** João Pessoa: Ideia, 2000.

pela chuva. Tinham cuidados demasiados com a criança franzina que não podia levar sereno e tomar banho de rio. O meu temperamento não era de um contemplativo. Tinha vontade de correr os campos com os de minha idade. E se saia dos limites impostos, acontecia o ataque de “puxado” e teria que sofrer as agonias de um afogado. E mais ainda as reclusões forçadas com as negrotas a me aguçarem desejos e concupiscências (REGO, 1956, p. 5).

A conjuntura inicial de José Lins do Rego pode ser caracterizada pelo grande poder do avô, praticado em sua propriedade e para com as pessoas que nela habitava, pelas questões políticas entre as tradicionais posturas políticas paraibanas e as suas respectivas coligações locais, pelo cangaço e pelo coronelismo que exercia um poder paralelo ao poder do Estado, pelos entraves entre os engenhos banguês e pelo crescimento fervoroso das usinas de açúcar.

Em relação à infância, vale destacar o período de três anos em que frequentou o Internato Nossa Senhora do Carmo, no município de Itabaiana/PB. Este momento foi utilizado como cenário para a construção do romance *Doidinho* (1933), livro que aborda a educação imposta aos “meninos da casa-grande”, mesmo ainda, contando com o engenho como um dos cenários trabalhados, seu enredo é baseado na experiência do menino de engenho no internato:

Sou um menino do colégio do professor Maciel, de Itabaiana, cidade da Paraíba. E chego ao mestre terrível para a primeira lição. Tremem-se as mãos, a voz gagueja, os olhos não vêem bem as letras grandes que o bom Felisberto pusera no livro. E como não conseguisse ler a história corrente, o professor arrasta da gaveta a sua palmatória de jucá e mete-me dois bolos nas mãos. Um formigueiro correu-me até os pulsos e as lágrimas correram. Volto para o meu lugar na sala (REGO. 1954, p. 166).

As últimas vivências de Zé Lins na Paraíba foram quando estudou no colégio Diocesano Pio X¹¹, na capital do estado. Durante esse período, teve

¹¹ Localiza-se no lado oeste da Praça da Independência, na cidade de João Pessoa/PB. Sendo desde o início dirigido pelos Irmãos Maristas, que vieram para a cidade em decorrência de um contrato firmado com a Arquidiocese da Paraíba, a 30 de Agosto de 1926, segundo o qual assumiram a direção do Colégio Pio X, fundado por D. Aauto, em 1834. Para maiores

contato com as obras de Machado de Assis e Raul Pompéia, livros que instigaram cada vez mais o interesse pelo mundo das letras. Naquele momento, como membro da sociedade literária *Arcádia Pio X*, tipo de academia estudantil, e colaborador da *Revista Mensal dos Alunos do Colégio Diocesano Pio X*, publicou entre os anos 1916 e 1917, fato que nos possibilita considerar como seus primeiros artigos literários, mesmo que tais escritos ainda não sejam tão conhecidos como os romances. Ainda, pronunciou uma palestra sobre Oliveira Lima e publicou um artigo a respeito de Joaquim Nabuco na *Revista Pio X*.



Figura 1: José Lins do Rego, foto de Phill Shaefer, Recife, 1918. Acervo Iconografia da Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=368. Acesso em 19 out. 2017).

Após concluir o curso secundário no Ginásio Pernambucano, onde estudava desde 1917, dois anos depois de sua chegada ao Recife.

Entrei para o Colégio Carneiro Leão e, desde logo, fui considerado excelente aluno de português. Meu novo professor era o poeta da moda no Recife: Faria Neves Sobrinho. Ele não queria que os seus alunos escrevessem difícil. Dava temas simples para as composições. Nesse período, a descrição de

uma venda aumentou o meu prestígio literário no Carneiro Leão (BARBOSA, 1990, p. 59)¹².

Nos primeiros meses de 1919 foi para a cidade do Recife, local onde se matriculou no curso de Ciências Jurídicas, na tradicional Faculdade de Direito do Recife¹³, seguindo o exemplo de vários jovens ligados à elite açucareira nordestina, ambiciosa por ter em seu meio um representante das letras jurídicas para auxiliar nos negócios.

A Faculdade de Direito era a instância suprema em termos de produção ideológica, concentrando inúmeras funções políticas e culturais. No interior do sistema de ensino destinado à reprodução da classe dominante, ocupava posição hegemônica por força de sua contribuição à integração intelectual, política e moral de uma classe dispersa de proprietários rurais aos quais conferia uma legitimidade escolar (MICELI, 2001, p. 115).

Ainda que a Faculdade de Direito do Recife nas décadas iniciais do século XX não fosse a mesma dos tempos de Silvio Romero e Tobias Barreto, a instituição de ensino ainda usufruía de um considerável prestígio social. Vários intelectuais importantes no meio pernambucano, a exemplo de Farias Neves Sobrinho, Neto Campello, Joaquim Pimenta e Odilon Nestor, circulavam pelos corredores daquele centro de ensino.

O indivíduo, seja na condição de estudante ou professor que circulava na Faculdade, gozava de certa estima na sociedade. Acadêmico era o título simbólico que revestia as pessoas que ingressavam em tal estabelecimento de ensino, dotando-as de um *capital simbólico* na sociedade recifense (FREIRE, 2014, p. 37).

¹² Entrevista de José Lins do Rego intitulada “Foi a Velha Totônia quem me ensinou a contar histórias”. Reportagem de Francisco de Assis Barbosa, presente em *De Diretrizes*, Rio de Janeiro, n. 78, p. 34-35, 18 dez, 1941. Encontra-se no livro **José Lins do Rego**. Coleção *Fortuna Crítica*. Vol. 7, organizado por Eduardo F. Coutinho.

¹³ Moema Selma D’Andrea aponta que a vida cultural do Recife possuía regras familiarmente localista cujo status era conferido por meio da obrigatória passagem pela Faculdade de Direito, “tradicionalmente conhecida como centro difusor dos vários estudos humanísticos, franqueava a rota batida e segura dos filhos d’algo do Nordeste açucareiro. A tradição que começava na ‘aristocracia de berço’ continuava na ‘aristocracia togada’”. D’ANDREA, Moema. **A Tradição Re(des)coberta**. Campinas – SP: Ed. da Unicamp, 1992. p.24.

A vida acadêmica de José Lins do Rego foi financiada pelas mesadas do avô, que queria ver o neto doutor, porém o desencanto pela vida acadêmica marcou a passagem de Zé Lins pela renomada instituição.

A princípio, levei a sério o curso jurídico. Frequentava a Biblioteca da Faculdade e já admirava Machado de Assis e João do Rio. No segundo ano, porém, conheci Raul Bopp. José Ferreira de Souza e eu fomos morar com ele nos fundos de uma venda, em Olinda. Bopp, foi uma bomba para mi. Ensinou-me a beber uísque. Ele foi minha primeira grande amizade literária. Outros grandes amigos, como José de Queiróz Lima e Mário Guimaraes, eu tive na Faculdade de Direito. E eu, metido a jornalista, escrevia de graça uma seção permanente no *Jornal do Recife*. Citei Nietzsche num artigo sobre Albino Forjaz de Sampaio (BARBOSA, 1941, p. 60).

A partir de 1921, José Lins do Rego publicou crônicas dominicais neste jornal, dedicando-se de maneira especial, ao jornalismo político-partidário, embora também, tenha começado a ensaiar crônicas literárias¹⁴. Vivendo em Recife desde 1915, José Lins passou a fazer parte do meio jornalístico da cidade. De acordo com Diego Freire (2014) a condição de acadêmico da Faculdade atribuía ao jovem certo capital simbólico¹⁵, ou seja, conferia ao jovem estudante um *status*, uma distinção que vários jovens na sociedade recifense não podiam ter, posto que aquela instituição de ensino era privilégio de família que podiam financiar os estudos dos filhos. Tamanho prestígio abriu as portas para a entrada em jornais, em um período em que a imprensa pernambucana crescia e se diversificava.

O estudante paraibano de Direito se entregou ao jornalismo¹⁶, pois Recife era também o centro jornalístico de uma vasta área, que ia de Alagoas até o Maranhão, como pôde constatar Gilberto Freyre, ao pesquisar os

¹⁴ Aqui, não concordamos com o posicionamento de Neroaldo Pontes, quando diz que no *Jornal do Recife* se dedicou “particularmente ao jornalismo político-partidário, defendendo o borbismo e criticando a situação política”. AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e Regionalismo: Os anos 20 em Pernambuco**. João Pessoa/Recife: UFPB/Editora Universitária, 1996. P. 36.

¹⁵ Entendido aqui no sentido de bens materiais. Está relacionado à capacidade dos indivíduos adquirirem determinadas propriedades distintivas, as quais lhe aferem prestígio e um bom renome social. BORDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2014.

¹⁶ No Brasil, a partir dos anos 1920, começava a se fortalecer um jornalismo em moldes empresariais, que já existia desde o final do século XIX, mas também começava a surgir um tipo de imprensa que circulava no espaço urbano: periódicos de caráter artesanal, feitas em baixas tiragens e de vida efêmera. Esse modelo persiste criticamente ao longo da década, em geral, como forma de atender as injunções originadas da luta política.

anúncios publicados no *Diario de Pernambuco*¹⁷, ao longo do século XIX e início do século XX. Ele usou a área de influência daquele jornal para afirmar os limites do que seria a região Nordeste. De acordo com Albuquerque Júnior (2011), José Lins do Rego chegou a afirmar que o “Diario” teria servido para iniciar muitos filhos de senhor de engenho nas primeiras letras.

José Lins escrevia para a imprensa, que, com seus jornais, periódicos e revistas apresentavam ganhos. Além de lucrativo economicamente, com o crescimento do número de assinaturas e dos anúncios publicitários, havia também o ganho simbólico: a crescente participação da imprensa no jogo político. “Se auto proclamando ‘espelho da sociedade’, tinha papel decisivo na formação de uma opinião pública, passando a ser, também, centro irradiador de valores, ideias e crenças” (ARAÚJO, 2013, p. 3).

José Lins do Rego passou a colaborar para o “Diario” a partir de 1922. Com o passar do tempo, esse jornal tornou-se o principal veículo de disseminação das reivindicações dos Estados do Norte, bem como se constituiu num divulgador das formulações em defesa de um novo recorte regional: o Nordeste. José Lins do Rego escrevia para o *Diário do Estado* (Paraíba), no qual mantinha uma coluna intitulada *Ligeiros Traços*, publicando semanalmente textos curtos, orientados em duas vias: uma ligada à crítica literária e outra relacionada a temas atuais.

Na época, o principal periódico regional era o *Diario de Pernambuco*. Fundado em 1825, no Recife, o *Diario de Pernambuco* demonstrou ser, no começo do século XX, um dos mais importantes meios de comunicação e informação dos estados do Norte do país. Abarcava assuntos ligados ao entorno da região e também assuntos do Rio de Janeiro e São Paulo, como nos apresenta Souza Barros (1972) em seus escritos sobre os aspectos culturais e políticos do Recife da década de 1920:

É necessário atentar que, à época, a imprensa, como divulgação, centralizava um poder muito maior que hoje. Não se podia admitir o intelectual se ele não aparecesse na imprensa numa atividade qualquer, nela trabalhando

¹⁷ O jornal mais antigo em circulação na América Latina, o *Diario de Pernambuco* foi fundado no dia 7 de novembro de 1825, pelo tipógrafo Antonino José de Miranda Falcão, no Recife. Para maiores detalhes ver: GASPAR, Lúcia. *Diario de Pernambuco*. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 02. Dez.2017.

diretamente ou levando como colaborador as suas produções (SOUZA BARROS, 1972, p. 176).

Era muito importante o pertencimento aos meios de imprensa, por ser esta uma das principais propagadoras de ideias e de formação de opinião. Como outros meios de comunicação mais modernos demoravam para circular com as notícias, a imprensa, por meio de jornais e periódicos, ganhou notoriedade. Era visível o prestígio que uma pessoa possuía por compor esse mundo. Logo, como principal divulgador das notícias, o jornal despertava o constante interesse de muitos intelectuais que não encontravam espaço em outros meios.

Começar a carreira das letras por meio da imprensa e do jornal era corriqueiro. Muitos intelectuais obtiveram sucesso a partir daquilo que escreviam nas colunas dos jornais. Fato importante é que o jornal concentrava um grande volume de pessoas e permitia a inserção em sociabilidades intelectuais, além de se apresentar como divulgador de todos os acontecimentos centrais da cidade, da região e do país. Sendo assim, era importante para um escritor ter seu nome vinculado à imprensa, na medida em que esta possuía um poder de apresentar e abrir várias vias para o intelectual alcançar renome. Como afirma Miceli:

Não havendo na República Velha, posições intelectuais relativamente autonomizadas em relação ao poder político, o recrutamento, as trajetórias possíveis, os mecanismos de consagração, bem como as demais condições necessárias à produção intelectual sob suas diferentes modalidades, vão depender quase que inteiramente das instituições e dos grupos que exercem o trabalho de dominação. Em termos concretos, toda a vida intelectual era dominada pela grande imprensa que constituía a principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais (MICELI, 1977, p. 15).

De acordo com Castello (1961, p. 91), nas férias do ano de 1920, passadas na capital paraibana, José Lins do Rego conheceu José Américo de Almeida, uma de suas primeiras amizades. Naquele momento, José Lins do Rego diminuiu a frequência de visitas ao engenho de seu avô no período de

férias e, assim, teria começado a se manifestar nele o confronto entre o patriarca e o bacharel. Ao definir esse tipo de relação, Souza Barros afirmou:

Não é de admirar, portanto, a influência exercida pelas Faculdades de Direito, sobretudo a do Recife, não só no âmbito do Nordeste como igualmente, fora dessa área, com os nomes que se tornaram famosos e que passaram pelos seus bancos escolares. Como o estudo era, ainda à época, um privilégio das classes dominantes e dos “filhos de algo” que provinham da agricultura da cana (Nordeste), o bacharel foi, sem dúvida, o homem necessário para tratar dos interesses da administração e da economia, sobretudo no que tocava aos seus aspectos legais e de estrutura (SOUZA BARROS, 1972, p. 187).

No decorrer do curso, José Lins do Rego não teria demonstrado muito interesse pelos estudos, de modo que seu rendimento nas disciplinas teria se dado, por várias vezes, como “simplesmente” aprovado. Para termos ideia desse desinteresse de José Lins, vejamos como ele descreve aquele momento de sua vida:

O estudante José Lins do Rego, aquele que mal sabia onde ficavam as vossas salas de aula, mas que era íntimo de todas as agitações da escola, o que gritava pelos vossos corredores, cantando em voz alta e desafinada árias de opereta da moda, o que botava apelidos, o que se fizera de terror e arruaças de rua e boemia, o rapaz perdido, o aluno péssimo de Dr. Amazonas, bacharel de 1923, que não entrou no quadro de formatura, por que consumiu em cerveja da rua do santo Amaro as verbas do avô. Fui criatura de triste figura em curso de generosas simplesmente, o estudante que brincou com vossas grandezas, sem levar em conta as responsabilidades de sua geração (REGO, 1951, p. 56-57).

Ponto de encontro, a Faculdade de Direito foi o local onde várias amizades foram surgindo. Nesse círculo que ia se formando, José Lins tornou-se amigo de Osório Borba, com quem fundou, em 1922, o periódico panfletário *Dom Casmurro*. Esse periódico não existiu por muito tempo, mas agitou a vida dos recifenses, tratando de discussões que abarcavam desde as manifestações literárias às disputas pelo poder. Nas palavras de um estudioso do assunto:

Naquele ano (1922), o romancista do Ciclo da cana-de-açúcar, se juntaria a Osório Borba para editar um panfleto literário e político. E *Dom Casmurro* empolgou o Recife, pelo seu tom de desafio. Borba liderava o ataque. Os artigos de José Lins não

possuíam a agressividade dos escritos pelo futuro autor de *A Comédia Literária*. Nenhum deles, entretanto, atacava problemas, mas indivíduos (SOUZA BARROS 1972, p. 180).

De acordo com Neroaldo Pontes de Azevedo (1984, p. 23), o semanário *Dom Casmurro* poderia ser descrito como um exemplo do envolvimento político da imprensa e de suas consequências: “é a crônica política que constitui o grosso das publicações do impiedoso panfleto, que era temido por suas críticas aos políticos locais, à ‘politicagem provinciana’ em geral ou à atuação do governo federal”. *Dom Casmurro* chegou a ter suas páginas roubadas. Acerca disso, vejamos:

A revista panfletária *Dom Casmurro*, de Osório Borba e José Lins do Rego, [...] estava sendo composta e impressa na modesta tipografia de Nelson Firmo, que tomara a peito o trabalho, recusado por várias outras oficinas gráficas, temerosas de represálias policiais. Pois, no assalto de 30 de abril, os vândalos carregaram todas as páginas de *Dom Casmurro* em ponto de impressão (NASCIMENTO, 1967, p. 217).

No aspecto cultural, *Dom Casmurro* se voltava ativamente para críticas ao Modernismo de São Paulo. No aspecto político, o jornalista José Lins passou a defender ativamente a campanha de Manuel Borba, indo em direção oposta ao intervencionismo do governo de Epitácio Pessoa, no Estado de Pernambuco. Foi neste momento que passou também a escrever crônicas dominicais, uma vez que veio substituir Barbosa Lima Sobrinho no *Jornal do Recife*.

O ano de 1923 foi importante para a formação do pensamento intelectual de José Lins do Rego, pois foi o ano em que sua turma do curso de Direito se formou e também o ano em que conheceu Gilberto Freyre, que acabara de chegar da Europa e trazia na bagagem valiosas contribuições para o futuro do romancista paraibano. É inegável a importância da troca intelectual de ambos. Entretanto, há de se fazer algumas ressalvas sob a relação de submissão com que José Lins do Rego é tratado em alguns escritos acerca da amizade entre os dois intelectuais. De acordo com o depoimento do romancista, no prefácio de um livro de Gilberto Freyre, *Região e Tradição* (1941).

Conheci Gilberto Freyre em 1923. Foi numa tarde de Recife, do nosso querido Recife, que nos encontramos, e de lá para cá, a minha vida foi outra, foram outras as minhas preocupações, outros os meus planos, as minhas leituras, os meus entusiasmos. Pode parecer um romance mas foi tudo da realidade. [...] Para mim tivera começo naquela tarde de nosso encontro a minha existência literária. O que eu havia lido até aquele dia? Quase nada. Talvez que nem um livro sério do princípio até o fim. [...] E a minha aprendizagem com o mestre da minha idade se iniciava sem que eu sentisse as lições. (REGO, 1941).

Interessante averiguarmos a forma como esse momento foi descrito de diferentes maneiras. Ao ser questionado por Francisco de Assis Barbosa acerca de como conheceu Gilberto Freyre, Zé Lins comenta:

Muito simples. Gilberto descia a Rua Nova. Eu já o conhecia de vista. Disse-lhe apenas: 'Chamo-me José Lins do Rego'. E apertei-lhe a mão. Desde então ficamos amigos. Até hoje. A Faculdade deixou de me interessar. Larguei os meus planos de política. Desisti de ser orador. Eu queria ser alguém. E comecei a ler, a ler furiosamente na biblioteca da Faculdade de Direito (BARBOSA, 1941, p. 63).

Pelas palavras de Gilberto Freyre, a participação de José Lins do Rego nos jornais de Recife não era vista com bons olhos por questões de preferências políticas. Apesar de o próprio José Lins ter feito a afirmativa de que, para ele “tivera começo naquela tarde de nosso encontro a minha existência literária”, há que se refletir sobre essa frase. Vejamos:

José Lins, ao mesmo tempo em que praticava a boemia e o jornalismo político, construía-se também como crítico literário, desde pelo menos seus primeiros artigos como colaborador da imprensa. Ainda no Diário do Estado, onde contava com uma sessão própria, alimentada semanalmente. Antes de conhecer Gilberto Freyre, nos idos de março de 1923, José Lins não era um rele estudante, alguém sem existência literária, esperando um mestre para lhe revelar o caminho a seguir, como os textos de Freyre querem nos fazer crer. Embora adotasse a boemia e o panfletarismo político, ele não se reduzia a isso (FREIRE, DIEGO, 2014, p. 83).

De acordo com Diego Freire (2014), a imagem que Gilberto Freyre deixava transparecer de José Lins do Rego, quanto ao seu caráter ativista, deve ser refletida por dois aspectos: inicialmente, porque essa imagem está dentro de uma estratégia discursiva de consagração do escritor Pernambuco,

e, ainda, uma intenção maior, que seria a de consagrar Gilberto Freyre e o seu impacto na formação de José Lins do Rego, que pode ser explicitada na seguinte frase: “conversão de Lins do Rego panfletário demagógico para José Lins do Rego escritor” (GILBERTO FREYRE, 1978, p. 49).

Notadamente, podemos perceber que há um pouco de vaidade intelectual por parte de Gilberto Freyre. A esse respeito, comentou o historiador Francisco Iglésias,

Se é muito admirado e reverenciado, o certo é ser ele seu mais ardoroso admirador – coisa, aliás, não rara entre artistas e intelectuais, velhos e jovens, só que nele com mais desenvoltura. Por tudo, pela obra e pela personalidade interessante, o ‘mestre de Apipucos’ é figura única na cena brasileira (IGLESIAS, 2000, p. 193).

É tanto que, se observarmos os textos acerca de José Lins do Rego, é visível a consagração que faz Gilberto Freyre perante o autor de Fogo Morto. Conforme apontamos, o pernambucano tendeu a se colocar como um ponto determinante para o paraibano se tornar romancista. Era como se Gilberto Freyre colocasse sua imagem como elemento imprescindível para a formação literária de José Lins do Rego.

Creio ter conseguido sentir-me nele tanto quanto ele buscava não só sentir-se em mim como apropriar-se do que considerava um mais-que-saber para ele de todo diferente dos saberes dos brasileiros seus conhecidos. Saber precedido ou animado de intuir. Saber não só, segundo ele, obtido por mim de livros e de mestres, mas feito através de olhos, de ouvidos, de paladar, de olfato, de tato, de sexo, que ele, por muito contato comigo, esperava também obter, observando em mim como eu vinha redescobindo a meu modo o Brasil. Como já, para ele, redescobrira o essencial do próprio, e por ele até então desprezado, Nordeste dos seus dias de menino: esses dias de menino na vida de um homem a quem eu dava tão grande, tão lírica, tão dramática importância. E de cuja evocação resultaria sua obra-prima, realizada por ele como somente ele poderia ter realizado. Sem dever a mim senão a revelação daquele por ele despercebido pequeno mundo encoberto (FREYRE, 1978, 33-34).

De toda forma, há de se reconhecer que a amizade de ambos foi importante, o que não implica colocarmos a postura de Gilberto Freyre como a de alguém que precisasse ser consagrado, posto que já fosse um intelectual

reconhecido no âmbito nacional e internacional. A percepção de consagração, que pensamos existir nos textos freyreanos a respeito de José Lins, está ligada à intenção de se atribuir a Freyre o papel de mentor responsável pelo aparecimento do romancista paraibano. Como José Lins do Rego contribuiu por vários anos para jornais regionais, resenhou vários livros, participou de vários debates literários, não é de todo certo, como ele próprio afirmou em texto laudatório ao amigo, que anteriormente a Gilberto Freyre não tivesse já sua existência literária.

Foi em meio a essa vida agitada que, tendo seu nome vinculado aos jornais¹⁸ e às discussões políticas locais, o romancista concluiu o curso de Direito, em 1925. Após esse fato, motivos pessoais o levaram para outros espaços. Mesmo assim, não deixou de se corresponder com os amigos. Dedicou-se nesse período ao jornalismo, à crônica e à crítica literária, sendo esta última um traço definidor de sua postura de futuro romancista (regionalista).

Sendo assim, podemos perceber em José Lins uma explicação biográfica que apontaria para certo desinteresse pela sua própria formação de bacharel em Ciências Jurídicas, em favor de uma narrativa mais favorável à atividade literária e intelectual. Se pensarmos as narrativas que descrevem as ações do jovem estudante, sejam de seu próprio punho ou apoiadas em seus escritos, veremos que elas se voltam para as manifestações que iam aparecendo em Recife.

1.4: Os anos 1920 no Recife: Modernismo, Regionalismo e José Lins do Rego

De acordo com os estudos de Neroaldo Pontes de Azevedo (1984), a década de 1920 em Pernambuco foi agitada por duas perspectivas de ideias

¹⁸ Do período que vai de 1920 a 1923, quando fez Direito na Faculdade de Direito do Recife, textos publicados em *Vida Moderna*, no *Jornal do Recife* e no *Dom Casmurro*, jornal editado por ele e Osório Borba e que teve pelo menos 25 números, publicados durante seis meses, e textos publicados na *Revista Era Nova*, já depois de retornar à Paraíba do Norte em 1924. Maiores detalhes conferir: ROCHA, Samuel Rodrigues da. **Engenho utópico e amizades proibidas**: produção de masculinidades em romances de José Lins do Rego (1931-1933). Dissertação de mestrado. 110 f. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2016.

dispostas a alterar a vida cultural do Nordeste. De São Paulo chegavam as propostas do movimento Modernista, tornado público na Semana de Arte Moderna de 1922, ao mesmo tempo em que se intensificavam as discussões em torno do regionalismo.

A leitura da obra e dos depoimentos dos intelectuais que tiveram atuação destacada na década de 1920 em Pernambuco deixa clara a importância daquele momento. Mas também, revela o interesse de cada um em salientar o mérito de sua atuação e de seu grupo, em detrimento dos outros, através de enganos propositais e, sobretudo, de omissões (AZEVEDO, 1984, p. 11).

O que Azevedo sugere é que, em alguns momentos, alguns intelectuais vão tentar se sobressair enquanto membro modernista ou regionalista, tal como Mário de Andrade, Joaquim Inojosa e Gilberto Freyre.

Abriu-se um foco de disputas não apenas por conta dessas polêmicas, mas, também, em detrimento dos conflitos locais protagonizados pelo poder político em Pernambuco (que, de modo geral, refletiam as disputas existentes em toda a zona açucareira nordestina). Sendo assim, o choque entre “futuristas” e “passadistas” revela também os conflitos entre os grupos oligárquicos que desejavam o comando político da região¹⁹.

¹⁹ Importante lembrar que essas disputas e debates são travados, também, nacionalmente a partir da crise do pacto oligárquico, bem como na discussão sobre a centralização política e administrativa do país. O sistema oligárquico foi a base política da Primeira República, já que a Constituição de 1891, mesmo derrotando os ideais centralizadores, não trouxe a estabilização política esperada, pois persistiram as disputas entre os estados e, dentro deles, a luta entre as facções das oligarquias estaduais. Visando atenuar o impacto desses conflitos no plano federal, foi implementada a política dos governadores, que, na prática, caracterizou-se pelo apoio da União à facção mais poderosa em cada estado, ou seja, o governo federal garantia a ampla autonomia aos grupos oligárquicos dominantes de cada estado, e em troca as bancadas estaduais lhe concediam apoio político no Congresso. O resultado desse pacto foi o enfraquecimento das oposições, a imensa probabilidade de fraude eleitoral e a exclusão da maior parte da população de qualquer participação política. Nesse contexto, a ação dos coronéis, grandes proprietários de terras, cujos títulos derivavam de sua participação na Guarda Nacional, visava controlar o eleitorado regional por meio da propaganda dos candidatos oficiais, da fiscalização do voto não secreto e da apuração. Desse modo, a República Velha concretizou a autonomia estadual, concedendo plena expressão aos interesses de cada região. Para Boris Fausto, o coronelismo representou uma variante de uma relação sociopolítica mais geral, qual seja, o clientelismo – relação que resultava da desigualdade social, “da impossibilidade de os cidadãos efetivarem seus direitos, da precariedade ou inexistência de serviços assistenciais do Estado”. FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. SP: EDUSP, 1995. p.263. Ver ainda: LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. SP: Alfa - Omega, 1993.

De acordo com Albuquerque Júnior (2011), a década de 1920 corresponde ao auge do processo de emergência daquilo que podemos chamar de um novo regionalismo, que:

Extrapola as fronteiras dos Estados, que busca o agrupamento em torno de um espaço maior, diante de todas as mudanças que estavam destruindo as espacialidades tradicionais. O convívio tranquilo entre o olho e espaço era profundamente transtornado e transformado pelo crescente advento dos artifícios mecânicos. O espaço perdia cada vez mais sua dimensão natural, geográfica, para se tornar uma dimensão histórica, artificial, construída pelo homem. As cidades em crescimento acelerado, a rapidez dos transportes e das comunicações, o trabalho realizado em meios artificiais acelerava esta “desnaturalização” do espaço (...) os espaços pareciam se partir em mil pedaços, a geografia entrar em ruína. (...) tudo na cidade era novo, era chocante (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 60).

Seguindo a trilha fornecida pelo autor, vemos que o aparecimento de um novo regionalismo e, com ele, uma outra forma de pensar a região, só foi possível por conta da emergência da formação discursiva nacional-popular. Essa formação discursiva “pensava a nação por meio de uma conceituação que a via como homogênea e que buscava a construção de uma identidade, para o Brasil e para os brasileiros, que suprisse as diferenças, que homogeneizasse estas realidades” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 61).

Naquele momento, elementos históricos e culturais locais foram agenciados como elementos identificadores do Nordeste, passando pelo cangaço, messianismo, coronelismo, dentre outros.

A cidade do Recife, como outras capitais brasileiras, passou por mudanças arquitetônicas, culturais, sociais e históricas com o advento da modernidade. No entender de Arrais (2006), uma convicção parece ter invadido o pensamento dos pernambucanos na primeira metade do século XX, especialmente os escritores que tinham relações afetivas com o Recife: “a de que havia um imperioso chamado para que, através do esforço da arte, eles se entregassem à tarefa de recuperação das origens perdidas da cidade” (ARRAIS, 2006, p. 19).

É interessante pensarmos sobre a que origens perdidas Raimundo Arrais se refere. No início da década de 1920, a recém nomeada região

Nordeste passava pelas consequências decorrentes da decadência da economia açucareira, que, durante décadas, era sua matriz econômica. Ao mesmo tempo, estados como Rio de Janeiro e São Paulo se modernizavam, estimulados pela indústria, imigração e pelo apoio econômico dos grandes proprietários. Enquanto o Nordeste estaria clamando por ajuda, Rio de Janeiro e São Paulo se desenvolviam ainda mais.

Particularmente, em Recife, buscou-se alimentar uma reação local para o desenvolvimento que atingia algumas regiões do país e da qual Recife não participava no mesmo ritmo de intensidade. Sobre isso, nesse contexto, a revista *Nossa Terra* publicou o artigo intitulado “O nosso centenário”, fazendo uma convocação para que fosse realizada em Recife uma comemoração do centenário da independência, pois “o Brasil não é nem pode ser simplesmente o Rio de Janeiro e São Paulo” (AZEVEDO, 1984, p. 19).

Deve-se ter em mente, ainda, que o Recife não é uma cidade de construção histórica recente. Antes, possui uma história que:

Atravessava períodos históricos distintos, possuía desenhos urbanos diferenciados, memória solene de tantas lutas e dificuldades. Os seus atores celebravam e recordavam tantos feitos, no seu imaginário a forte presença do passado, passível de múltiplas interpretações. Recife era um cenário privilegiado para se analisar as relações dinâmicas entre o moderno e o tradicional (REZENDE, 1992, p. 14).

É exatamente nessa relação entre o moderno e o tradicional que se pode compreender os processos sociais que movimentaram o Recife nos anos 1920. Não se pode perder de vista o fato de que, apesar da crise açucareira, o Recife também estava envolto em projetos modernizantes, empreendidos pelo governo de Sergio Loreto (1922-1926), tais como as reformas no sistema de saúde e de higiene; a ampliação dos serviços de luz elétrica; a abertura de ruas e avenidas; o aterro dos mangues; a substituição dos mocambos por projetos que incentivavam a construção de casas populares; além da urbanização da praia de Boa Viagem; dentre outros.

Estas reformulações ansiavam pôr ordem na situação de caos em que se encontrava boa parte dos serviços públicos do Recife, enrijecendo uma ação de civilização, marcadamente identificada com o saber científico. E, neste sentido, “[...] falava-se em se eliminar as feições coloniais e tropicais do Recife

e as palavras de ordem eram ‘urbanizar, civilizar e modernizar’ (REZENDE, 1992, p. 15). Podemos confirmar estas mudanças a partir de um estudioso da década de 1920, em Pernambuco:

Não era mais o Recife do açúcar, ele era talvez o Recife do empório comercial [...] da rede ferroviária [...] do novo porto, discutido, mas já terminado [...] Éramos o porto e a praça. Mas éramos também a escola superior e o hospital. A escola, com as Faculdades, a de Direito e a recém inaugurada de Medicina, e a continuação de duas Escolas de Engenharia e uma de Comércio, o Centro Hospitalar, servindo a todos os Estados vizinhos. Éramos ainda a comunicação, através, inclusive, da melhor imprensa, que distribuía seus jornais pela Great Western, com atraso de apenas um dia, em mais três capitais de Estados (SOUSA BARROS, 1972, p. 80).

O Recife estava em transformação, a sua paisagem não era mais aquela dos tempos de outrora, mantida com o recurso gerado pelos canaviais e engenhos e marcada pelos grandes casarões e pelas ainda estreitas ruas coloniais. A década de 1920 foi também marcada pelas discussões acerca das reformas na cidade, particularmente as ruas centenárias que foram perdendo espaço para as novas construções, que “despontam das linhas inteiras de velhos sobrados removidos na empreitada das demolições urbanas, que vão apagando importantes referências espaciais da cidade” (ARRAIS, 2006, p. 9).

Nesse momento, estava também acontecendo uma efervescência nacional das manifestações culturais e intelectuais. Os anos 1920 sediaram o aparecimento público do Movimento Modernista, tendo como “marco oficial” a realização da Semana de Arte Moderna, de São Paulo, em 1922²⁰. Importante ressaltar que, mesmo antes de acontecer a Semana, os intelectuais de Recife já propagavam ideias e escritos voltados para discussões modernistas/regionalistas, principalmente no *Diário de Pernambuco*, no qual enfatizavam aspectos regionais da cultura nordestina.

²⁰ O ano de 1922 tem sido comumente abordado na historiografia como uma data emblemática em decorrência de concentrar uma série de acontecimentos que criticavam o regime oligárquico que vigorava na Primeira República brasileira. Foi em 1922 que se organizaram o Partido Comunista do Brasil, a Reação Republicana, a Semana de Arte Moderna e as primeiras manifestações tenentistas. Foi também o momento de comemoração pelo centenário da Independência. Em se tratando dos acontecimentos políticos, eles serão abordados com mais ênfase no próximo capítulo deste trabalho.

O movimento Modernista foi realizado em São Paulo, tendo por organizadores Mário de Andrade, Oswald de Andrade e seu grupo, com o intuito de expressar uma profunda renovação na arte e na literatura brasileira. O movimento pode ser considerado uma ação regional, no sentido de demonstrar o inconformismo dos paulistas, haja vista eles deterem grande poder econômico e influência política e, mesmo assim, o Rio de Janeiro continuava a ser o centro político e cultural do país.

A figura de Mário de Andrade é, seguramente, a que mais se destacou no Movimento Modernista. Seu papel de moderador e agrupador de diversos subgrupos internos ao modernismo, aliado a sua capacidade intelectual, conferiram-lhe uma enorme visibilidade e uma posição de destaque à frente dos inúmeros modernistas de primeira hora (SALES NETO, 2008, p. 29).

O livro mais importante do movimento modernista é *Paulicéia Desvairada*, que é do próprio Mário de Andrade, escrito por volta de 1921, centralizando as discussões acerca da cidade materna, estabelecendo uma reelaboração do acontecimento regional, sem, contudo, deixá-lo de lado.

Para sintetizar seu objetivo, foi realizada a Semana de Arte Moderna de 1922, que teve como lema a “defesa da destruição do passado para se tentar construir o futuro” (AZEVEDO, 1984, p. 38). A Semana de Arte Moderna de 1922 foi um evento realizado por um grupo de intelectuais e artistas que tinham por ideal a propagação de uma estética ligada aos tempos modernos. Nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro daquele ano foram apresentadas poesias, manifestos, obras de artes plásticas e números musicais que evocavam uma inovação na arte brasileira.

De maneira geral, a bibliografia sobre o Modernismo demonstra que, nos anos seguintes à Semana, entre 1922 e 1924, a atuação dos artistas foi marcada por uma postura panfletária, no sentido de que várias revistas literárias foram criadas para demonstrar e divulgar as ideias do Modernismo, como, por exemplo, a revista *Klaxon*²¹, lançada em 1922.

²¹ Foi uma revista paulista, de periodicidade mensal, que circulou entre os anos de 1922-1923 e que contou com a participação de alguns renomados defensores da arte moderna : Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsília do Amaral, Anita Malfatti, Sergio Buarque de Holanda, entre outros. Mais informações em: <http://hemerotecadigital.bn.br/klaxon-mensario-de-arte-moderna/217417> . Acesso em 27 dez. 2017.

De acordo com Azevedo (1984), no Nordeste, travou-se um campo de disputas entre “futuristas”, adeptos dos ideais da Semana de Arte Moderna, e os “passadistas”, que buscavam reconhecer a originalidade dos valores e dilemas da região. Os “futuristas” do Nordeste tinham como principal meio de divulgação para as suas propostas o *Jornal do Commercio*, que tinha por proprietários os irmãos Pessoa de Queiróz, ligados por laços familiares ao ex-presidente Epitácio Pessoa. Para esse grupo:

A palavra de ordem era imitar São Paulo, especialmente naquele primeiro grito de urgência na destruição do passado. Insistia-se no privilégio do urbano sobre o rural, proclamava-se a necessidade de progresso, tudo vazado em metáforas oriundas de realidades marcadas pela pressa, pela rapidez, pela velocidade (AZEVEDO, 1984, p. 179).

Conquanto se deva matizar essas afirmações, pode-se dizer, de maneira geral, que esse grupo não pontuava declaradamente questões de cunho econômico ou cultural da região: o que se fazia era averiguar as condições de emergência das ideias Modernistas de São Paulo e divulgá-las em um contexto para além de onde foram produzidas. Desta forma, percebe-se que a ideia estética de uma arte nova, propagada pelo grupo, considerada como futurista,

não era acompanhada de sugestões concretas no que pudessem alimentar com um conteúdo novo a nova forma de arte preconizada. Essa ausência de propostas diretas deverá ter sido responsável, entre outras coisas, pela acolhida em geral polêmica, quando não zombeteira, que se deu aos primeiros anúncios do Modernismo em Pernambuco e, a partir daí no Nordeste em geral (AZEVEDO, 1984, p. 52).

O Modernismo teve como propagandista em Recife o estudante de direito e jornalista Joaquim Inojosa, que, em viagem a São Paulo, conheceu os adeptos e as ideias do Modernismo. Em 1922, Joaquim Inojosa era redator-chefe do *Jornal do Commercio*, e viajou juntamente com uma embaixada para o Rio de Janeiro, com vistas a participar do Primeiro Congresso Internacional dos Estudantes, atividade de comemoração do Centenário da Independência do Brasil. Por convite oficial do governador de São Paulo, a embaixada também se dirigiu àquele estado. Na capital paulista, Inojosa visitou redações de jornais locais, tentando conhecer mais sobre a Semana de Arte Moderna, da qual teria ouvido alguns comentários em Pernambuco.

A respeito da visita ao escritório de Guilherme de Almeida, em reunião na rua Lopes Chaves, na residência de Mário de Andrade, Inojosa teceu o seguinte comentário: “onde me sagrariam [...] porta-voz autorizado do movimento modernista lá pelo Nordeste [...]. Recebo luvas para desafio: livros e exemplares de *Klaxon* – a senha da renovação. E parto para regresso a Pernambuco” (INOJOSA, 1969, p. 40). O jovem pernambucano estava entusiasmado com as propostas do Modernismo: “seu comportamento é o de um convertido, logo ungido, apóstolo predestinado a pregar entre os ‘gentios’ a mensagem do ‘credo novo’ (...) importava apenas difundir a nova mensagem (...) na tarefa de destruir o passadismo” (AZEVEDO, 1984, p. 36).

Para divulgar amplamente as ideias dessa arte nova, Inojosa contou com o apoio do poeta, jornalista, acadêmico e seu ex-professor de latim, Faria de Neves Sobrinho. Entretanto, ambos passaram a divergir, quando o ex-professor criticou os “futuristas” em um artigo no *Diário de Pernambuco*, e Joaquim Inojosa saiu em defesa. Foi, então, que deixou a marca de sua ação proselitista registrada pelo artigo intitulado *Que é futurismo?* no qual tornou visível a sua discordância com a ideia de Faria Neves Sobrinho. Para Joaquim Inojosa, as críticas eram fruto da falta de informação do seu ex-professor e de uma compreensão errônea do que seria o futurismo. Ao final do artigo, deixou claro: “todos aqueles que estudam sabem que no Brasil, com exceção de São Paulo, ‘vivemos atrasados em cultura artística’”. Sobre isso, vejamos:

“Que é futurismo?”, título do artigo publicado a 30 de outubro de 1922, no jornal *A Tarde*, de Recife, assinala, pois o início da divulgação do modernismo em Pernambuco, entendido, óbvio, neste momento, como futurismo. Logo fica consignada a oposição entre “passadistas” e “futuristas”, termos que se tornam moda na imprensa, tal a frequência com que serão empregados ao menos até 1924 (AZEVEDO, 1984, p. 38).

Em 1923, Joaquim Inojosa funda a *Revista Mauriceia*, em lembrança ao título da poesia de Mário de Andrade. Nela começaram a ser publicados textos dos adeptos do movimento Modernista, como os poetas Austro-Costa e Joaquim Cardoso.

Ressalte-se que, como articulista do *Jornal do Commercio*, Inojosa era um daqueles que criticavam o Movimento Republicano ou Movimento Autonomista, que reagia à tentativa de intervenção do governo Epitácio Pessoa

no Estado, por ter sido derrotado pela oligarquia chefiada por Manuel Borba. Em contrapartida, José Lins do Rego se apresentava, em seu jornal *Dom Casmurro*, criticando o posicionamento de Inojosa e também a oligarquia Pessoa.

Os anos de 1920 são caracterizados pela propagação do Regionalismo em vários estados do Brasil. Em Pernambuco, por meio de artigos em jornais e contato com pessoas ligadas ao meio intelectual, Gilberto Freyre desenvolveu uma campanha de valorização das tradições regionais que, para o sociólogo, estavam sofrendo ameaças.

Na época, tivemos o movimento Regionalista Tradicionalista, com suas bases ancoradas em Recife, e, no regionalismo provinciano, teve como organizador Gilberto Freyre e seu grupo. O ideal proposto era “a defesa das tradições e dos valores locais, contra o furor imitativo” (AZEVEDO, 1984, p. 135), que, segundo o próprio Freyre, seria característica do movimento Modernista. Sendo assim:

Freyre chama de modernistas todos os intelectuais e as práticas culturais que tendem a transformar o Brasil numa área subeuropeia de cultura e ocidentalizar seus costumes. Fazendo uma distinção entre os termos moderno e modernista, Freyre considera o seu regionalismo moderno, mas não modernista, no sentido de uma reificação de um instante da modernidade. Para ele, o moderno era apenas mudança de forma, embora defendesse a manutenção dos mesmos conteúdos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 104).

A atuação do Movimento Regionalista, na década de 1920, foi fundamentada pela criação, em 1924, do Centro Regionalista do Nordeste, reunindo um considerável número de intelectuais que se propunham a ampliar o sentimento de unidade da região.

Através do Centro Regionalista e das ações por ele desenvolvidas, o regionalismo deixou de querer apenas reagir ao futurismo e iniciou um processo de construção de uma tradição regionalista que servisse de suporte para as ideias desse movimento. Então, o termo “passadista” deu lugar à expressão regionalista – também tradicionalista e nordestino – que implicava em uma maior abrangência de ação em relação ao significado do termo antecessor: os regionalistas deveria, a partir de então, colaborar na construção de um sentimento de brasilidade, ofertando a parcela nordestina de tal sentimento (SALES NETO, 2008, p. 22).

Há uma discussão em torno de quem teria sido o fundador do referido Centro, mas ele está circunscrito às pessoas de Odilon Nestor, Moraes Coutinho e Gilberto Freyre. A principal proposta era a valorização do Nordeste enquanto região. Entretanto, a iniciativa de reunir os intelectuais para tal empreitada foi de Odilon Nestor, sendo a sua casa o local das primeiras reuniões, quando foi aclamado presidente do Centro Regionalista do Nordeste. Ao que tudo indica, o Centro passou por momentos de desânimo por parte de seus participantes, que exerciam poucas atividades:

Não eram apenas uns gentis homens mais ou menos aliteratados, os que formavam o Centro Regionalista presidido por Odilon Nestor: tiveram sua influência na vida da cidade e da região. Contribuíram para restaurar no recifense o gosto pela árvore: principalmente pela árvore regional. O gosto, também, pela cozinha tradicional, pelo móvel antigo, pelo estilo luso-brasileiro de casa e de igreja, pela arte popular, pela etnografia sertaneja. Sob o estímulo do Centro, o Recife viveu por algum tempo uma vida de curiosidade e interesse, não apenas intelectual, como cívico, pelas coisas de seu passado social, pelos valores de sua arquitetura doméstica e de igreja, pelos problemas de sua urbanização e de sua arborização. Alguns dos problemas de urbanização e de planificação regional do maior interesse para o Brasil aí é que foram discutidos pela primeira vez (FREYRE, 1944, p. 227-228).

A grande atribuição do Centro é a organização do Congresso Regionalista do Nordeste, realizado em 1926, no Recife, no qual as discussões foram pautadas pelos temas regionais, seus valores e tradições recifenses. Nessa ótica, as tradições estabelecem uma relação com o passado, mesmo que de maneira artificial, ou seja, levando à repetição de elementos. Para os intelectuais nordestinos, a tradição tinha que ser constantemente propagada e repetida, para não ser esquecida. O passado não podia perder seu espaço e suas características e tradições. Era algo que devia ser trazido constantemente à cena. Para manter as tradições vivas, ou, em conformidade com nossa perspectiva teórica, para inventá-las pelo processo da repetição e reificação, foram organizados eventos em que se discutia a importância de manter os valores caracterizadores da região. Foi com essa proposta que se deu a realização do Primeiro Congresso Regionalista do Nordeste.

De acordo com Azevedo (1984), algumas questões interessantes foram propostas e debatidas. A principal questão que surge é a da leitura do Manifesto lido por Gilberto Freyre no evento, o famoso Manifesto Regionalista:

Os jornais da época não fazem referência ao fato. Nem se encontra qualquer alusão ao Manifesto durante os vinte e cinco anos que se seguiram ao Congresso. Mas, exatamente a 20 de março de 1951, ao comemorar, no então Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em Recife, os 25 anos do Congresso, Gilberto Freyre faz a leitura do texto que, segundo ele, teria lido em 1926, no Congresso. Em 1952, o texto é publicado pela editora Região, de Recife, com o título de Manifesto regionalista de 1926 (AZEVEDO, 1984, p. 151).

O texto do Manifesto foi publicado em 1952, com o título de *Manifesto Regionalista*, e provocou discussões na imprensa da época, pois Wilson Martins disseminou várias dúvidas quanto à data de sua elaboração.

Os pressupostos do *Manifesto Regionalista* consistiam em valorizar características e valores do Nordeste, que estariam sendo desprezadas, como a cozinhas, os doces, o mocambo, as árvores, as plantas, os brinquedos regionais das crianças, a arquitetura, as tradições, dentre outros, no sentido de promover uma articulação regional, fato perceptível para aquele que produziu o Manifesto: “a verdade é que não há região no Brasil que exceda o Nordeste em riqueza de tradições ilustres e em nitidez de caráter” (FREYRE, 1952, p. 19). As palavras de um recifense reforçam esse sentimento:

Nenhum de nós jamais tomou conhecimento do movimento modernista de São Paulo, que Mário de Andrade incumbiu Joaquim Inojosa de difundir ou implantar em Pernambuco. Apreciávamos o grande Mário, mas movimento por correspondência, ler o jornal ou revista (uma Verde, suponho) que se dizia modernista-nunca. O nosso impulso era outro, o passado para nós contava. O velho barroco do Recife fazia parte das nossas preocupações, assim como as coisas típicas, a comida, os folguedos populares, o carnaval. Queríamos, e ainda queremos o velho Recife com a sua expressão própria, o seu caráter (JARDIM *apud* SOUZA BARROS, 1972, p. 161).

Podemos perceber pelas palavras de Luís Jardim que ele se afasta das propostas do movimento Modernista, chegando mesmo a afirmar que suas manifestações vinham a público por meio de jornal ou revista, ou seja, sem um mínimo de contato, e de maneira outra glorifica o Movimento Regionalista, que, após as discussões da revalorização das tradições regionais, passou a ter o

acréscimo do termo tradicionalista, ficando conhecido por Movimento Regionalista e Tradicionalista, enfatizando a cidade do Recife como centro de cultura. Ao tratar do tema, José Lins do Rego assim reflete:

O Congresso Regionalista de Recife foi um movimento que [Gilberto Freyre] organizou com suas ideias, mas para ele convergiam moços e velhos, gente de tendências mais opostas. Chamou padres, juizes, senhores de engenhos, advogados, médicos, presidentes de clube de carnaval, velhas cozinheiras, doceiras, o governador do estado, o arcebispo, o juiz federal, e como uma grande democracia realizou o primeiro Congresso Regionalista no Brasil e talvez das Américas [...] o Congresso do Recife merecia que propagasse para todo o Brasil [...] com um regionalismo desses é que podemos fortalecer mais ainda a unidade brasileira. Porque cultivando o que cada um tem de mais pessoal, de mais próprio, vamos dando mais vida ao grupo político, formando um povo que não será uma massa uniforme sem cor (REGO, 1941, p. 19-20).

Sendo assim, o que aproxima o Movimento Modernista e o Movimento Regionalista e Tradicionalista é a inovação nos aspectos estéticos, apresentando uma produção literária voltada para elementos característicos do Brasil. Dessa maneira:

Em princípio, divididos pelos sinais opostos que separavam a metrópole e a província, a realidade brasileira e a realidade europeia, ambos os grupos integravam uma mesma geração intelectual que combatia, no seu tempo, toda a tradição literária oficial em voga entre as décadas de 1890 e 1920, e que se cristalizara em torno da forma da escrita e do “bem escrever” (HOLLANDA, 2003, p. 77).

Com José Lins do Rego não foi diferente, pois não ficou alheio às particularidades do Movimento Regionalista, a ponto de recusar a credibilidade da Semana de Arte Moderna de 1922. Mas, conforme adianta Chaguri (2007):

Precisamos considerar José Lins um informante bastante parcial quando comenta sobre o impacto das ideias e das sugestões de Gilberto Freyre não apenas sobre ele, mas especialmente, sobre os círculos intelectuais do Recife. Mesmo como fonte quase viciada, não podemos esquecer, contudo, que as crônicas e artigos de José Lins contribuíram, e muito, para a legitimação de Freyre como o sistematizador e polo aglutinador das ideias regionalistas já em voga no Recife (CHAGURI, 2007, p. 35).

José Lins desempenhou na literatura papel semelhante ao de Freyre na sociologia, que era o de afirmar a originalidade do movimento Regionalista Tradicionalista em relação ao movimento Modernista. Para José Lins, o Nordeste tradicional seria o da cana-de-açúcar, da sociedade patriarcal e escravista que se desenvolveu na Zona da Mata, seja no campo, seja nas cidades do litoral, e o que mais lhe causa medo na modernidade é o dilaceramento e o conflito em torno do próprio espaço, tido, até então, como referente natural e eterno.

Nesse sentido, o Regionalismo é compreendido e analisado como uma discussão estética, política e social que data dos anos 20, mas que apenas consegue ganhar expressão nacional na década seguinte em razão, especialmente, das consequências políticas da Revolução de 30 a qual buscou dar visibilidade à diversidade existente no país. Isto é, a partir de então, elites regionais (que não as de São Paulo, nem as de Minas Gerais) se fazem ver e insistirão, principalmente por meio da literatura, na diversidade regional como modo de realizar uma operação pela unidade nacional (e para a compreensão desta) (CHAGURI, 2007, p. 14).

As manifestações literárias, culturais, sociais e políticas dos anos 1920 ocasionaram a revalorização dos elementos regionais, das tradições, daquilo que caracterizava cada região. No Nordeste, a presença de vários intelectuais provocou uma escrita cheia de sentimentos regionais, e em José Lins do Rego foi o medo da perda do seu espaço que contribuiu para que seus romances fossem marcados pela saudade e pelas memórias.

Sendo assim, a vida cultural nos anos 20 pode ser pensada a partir de diversas óticas: primeiro, a centralidade da atuação de Inojosa na propagação da Semana de Arte Moderna de 1922; segundo, o retorno de Gilberto Freyre ao Recife, em 1923, e a força que as suas ideias teriam tido sobre os intelectuais, jornalistas e escritores da cidade, uma conjuntura intelectual que, juntamente com alguns jornais e revistas, desejavam tornar pública a decadência vivida pela região Nordeste.

1.5 Por um minuto de silêncio: a atuação de José Lins do Rego em Maceió

O envolvimento de José Lins do Rego com o tradicionalismo aconteceu quando ele ainda estava em terras paraibanas, por volta de 1924. Após isso, ele seguiu para Manhaçu, cidade do interior de Minas Gerais, na qual passou a exercer a função de promotor público entre os anos de 1925-1926. Esse emprego lhe foi conseguido através de seu sogro, o senador Antônio Massa. Contudo, a vida em terras mineiras não lhe agradava muito. Ter que lidar com o ofício jurídico e o cotidiano de uma cidade do interior lhe estimularam o desejo de retornar para o Nordeste, seja para Pernambuco, seja para a Paraíba.

Em uma carta endereçada ao amigo Gilberto Freyre, José Lins do Rego anunciou sua ida para Maceió. Lá, passou a ocupar o cargo de fiscal de banco, que lhe foi conseguido através da atuação do pai de sua esposa²², um homem que já tinha ajudado José Lins várias vezes, o que nos leva a considerar que Antônio Massa era um homem de bastante influência.

“Em 14 de dezembro de 1926, a bordo do vapor Pará, chegava a Maceió um homem de terno branco, bem vestido, com óculos bengala e costeletas que logo chamaram atenção de muitos” (SANTANA, 1980, p. 39). O homem em questão era José Lins do Rego, que chegava à capital de Alagoas como um desconhecido, mas que iria se tornar um escritor reconhecido nacionalmente a partir de escritos em terras maceioenses. Contudo, aos poucos José Lins passou a exercer funções importantes.

Dr. José Lins do Rego – em visita a parentes e amigos aqui domiciliamos, acha-se entre nós desde hontem o distincto intelectual parahybano dr José Lins do Rego, antigo collborador da imprensa desta cidade, actualmente exercendo a advocacia no vizinho Estado nortista, onde é também proprietário rural. O dr J. Lins do Rego demora-se-á por alguns dias no Recife, devendo representar amanhã, em a nossa Faculdade de Direito, o exmo. Sr. Dr. Costa Rego, governador de Alagoas, nas festas comemorativas do “1º Centenário da Fundação dos Cursos Jurídicos” (Diario de Pernambuco, 10 de agosto de 1927).

²² A informação é fornecida pela filha de José Lins. Ver: REGO, Elizabeth Lins do. José Lins do Rego, meu pai. **Ciência & Trópico**. Recife, V. 10, N.2, p.193-202, Jul./Dez., 1982, p. 194.

Concordamos com o posicionamento do historiador Fernandes Freire (2014) quando este chama a atenção para o fato de o período em que José Lins do Rego passou em Maceió passar despercebido pelos estudiosos de sua produção literária,

Na verdade, o que podemos observar é um certo silenciamento discursivo em torno daquela temporada. Gilberto Freyre, nos seus textos sobre José Lins, quase não aborda a época em que seu amigo esteve em Maceió. Para o ensaísta pernambucano, Maceió não teria sido muito importante, não passaria de um mero capítulo na vida do paraibano, pois teria sido o Recife, grande metrópole regional, que teria contribuído para a obra literária de José Lins (FERNANDES FREIRE, 2014, p. 118).

O tempo que passou em Recife e a sua importância para a formação de José Lins do Rego pode ter contribuído para que seus estudiosos menosprezassem a sua estadia por outras cidades, principalmente, Maceió. Para demonstrar essa postura, temos os estudos de José Aderaldo Castello (1961), Pávula Maria Sales do Nascimento (2009) e Mariana Chaguri (2009), os quais destinaram apenas leves parágrafos aos anos maceioenses de José Lins. Esse fato indica o silêncio de que esse período padeceu, com Gilberto Freyre reforçando a cidade do Recife como a principal na vida e na obra de José Lins. Entretanto, para nós, os anos em que José Lins viveu na capital alagoana foram importantes para a sua produção literária e a sua formação como intelectual.

Em 1926, José Lins se mudou para Maceió e passou a exercer a função de fiscal de banco, permaneceu na capital alagoana até 1935, quando foi para o Rio de Janeiro. Zé Lins, não se tratava de um simples adepto do tradicionalismo freyreano que chegava. Nos anos de 1924-1926, tinha fundido seu tradicionalismo com o regionalismo, assim como aconteceu com o movimento Regionalista de 1924, oriundo do Recife. Tornou-se o correspondente alagoano do jornal pernambucano *A Província*, dirigido por Freyre.

O cenário social e econômico alagoano cooperava ainda mais para essa aversão, pois Alagoas e sua capital ainda eram, naquele período, de intensa base rural. Ao mesmo tempo, como a fortalecer a dualidade dos aspectos identitários, o menor sinal de urbanização presente na cidade era, de certa

maneira, considerada uma ameaça aos aspectos que formavam a identidade cultural alagoana. Buscava-se, então, um estilo de preservação daquilo que chamavam de tradição, que também deveria se dar na literatura.

Enquanto residiu na capital alagoana, José Lins conviveu diretamente com Graciliano Ramos, Jorge de Lima e Rachel de Queiroz, Aurélio Buarque de Holanda, que então residiam naquela cidade. Continuou no mundo jornalístico, escreveu crônica e continuou na crítica literária. Prova da participação e colaboração de José Lins do Rego na sociabilidade intelectual de Maceió, temos *Novidade: Semanário Ilustrado*²³, dirigida por Alberto Passos Guimarães²⁴ e Valdemar Cavalcanti. Circulou entre o ano de 1931 entre os meses de abril e setembro. José Lins publicou dois textos no *Semanário Novidade*, que apresentavam como temáticas: “O último livro do Sr. Plínio Salgado” no nº 6 e “O Brasil precisa de Catholicismo”, no nº 11.

A Igreja é o melhor sanatório do mundo. Em seu seio os doentes não se desesperam e não morrem nunca. É o único médico de cujas mãos sae a saúde eterna. Os homens do Brasil se arredaram della, fugiram de seu conforto. Mas a cabeça á beira dos leitos. A Igreja não falha nas suas promessas. Ha cinquenta annos atrás, um bispo gritava de cima de um púlpito: “O Brasil precisa de catholicismo”. E é de catholicismo que o Brasil continua a precisar (REGO, 1931b, p.3).

Como podemos perceber as críticas às modernidades possibilitadas pela revolução, pelo cientificismo, que segundo ele, muitos males poderiam ser evitados pela prática do catolicismo, dispensando assim, o uso do aparato científico. Postura que reforça a tendência do romancista paraibano ao pensamento católico tradicionalista.

A partir daquele momento se entrelaçaram as inspirações para sua formação enquanto futuro romancista. Acerca disso, vejamos:

(...) Surgiu a mais importante sucursal do Regionalismo Tradicionalista (...). O movimento só foi acolhido em começos de 1927 – um ano após o lançamento do Manifesto

²³ Circulou por meio de 24 números, todos disponíveis no site da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>> Acesso em 10. Dez. 2017.

²⁴ Nascido em Maceió em 16 de abril de 1908 e falecido no Rio de Janeiro em 24 de dezembro de 1993. Autodidata que fez parte da cena intelectual juntamente com autores do Regionalismo Nordeste.

Regionalista e alguns meses depois com a chegada do escritor José Lins do Rego à capital de Alagoas (ROCHA, 1964, p. 13).

No entender de Rocha (1964), portanto, a cidade de Maceió só teria passado a viver a efervescência dos anos 1930 em decorrência do encontro dos intelectuais acima citados, quando travaram discussões sobre o Regionalismo e deram novos rumos e contornos estéticos ao movimento.

Os vários momentos nos quais os homens das letras se socializavam, seja em um bar, praça, salão de evento ou em qualquer outro espaço, constituíram uma “roda literária”, conceito trabalhado por Simone Silva (2008), uma estudiosa que faz uma comparação entre os processos de publicação das obras de estreia de Mário de Andrade e de José Lins do Rego. A autora analisa o sistema de trocas e obrigações no mundo do livro durante as décadas de 1920-30. Através do estudo das primeiras obras que marcam a carreira de ambos os escritores, *Pauliceia Desvairada* (1922) e *Menino de engenho* (1932²⁵), respectivamente, a intenção é demonstrar a dependência do espaço literário nacional em relação aos “grupos de amigos”, que era uma prática comum naquele período.

Uns liam os manuscritos, outros revisavam a prova do livro que era em seguida encaminhada a um editor e, depois de publicada, restavam as tarefas de distribuição e de divulgação, que também estavam a cargo de membros dos grupos. Aos poucos, fui percebendo que todas aquelas pessoas não podiam ser agrupadas em simples divisão de trabalho literário. Tratavam-se de amigos próximos envolvidos indistintamente em diversas atividades. A princípio, pareciam ser simples “grupos de amigos” que se ajudavam em função dos laços afetivos. Contudo, ficou claro, ao longo da pesquisa, que o apoio mútuo existente entre eles, era parte de um sistema coercitivo de obrigações, essencial para o âmbito artístico daquele período (SILVA, 2008, p. 183).

Podemos dizer que no contexto de publicação das referidas obras existiam dois grandes grupos de amigos: os que compunham a “roda de São Paulo” (Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, Menotti del Picchia e Oswald de Andrade) e os que compunham a “roda de Maceió” (José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Jorge de Lima, Aloísio Branco, Valdemar Cavalcanti, Aurélio Buarque de Holanda).

²⁵ Ganhou o Prêmio da Fundação Graça Aranha.

De fato, os grupos de editoras e revistas eram formados a partir das “rodas de amigos”, ou seja, com o ingresso de seus membros em uma dada editora, eles passavam a constituir a sua roda. Por exemplo, os membros da “roda de Maceió”, ao ingressarem na José Olympio, passaram a fazer parte da roda dessa editora. Com isso, é importante perceber que a constituição de muitos grupos de uma mesma roda era importante porque aumentava o número de alianças de seus membros e também expandia o espaço de circulação de suas obras (SILVA, 2008, p. 185).

No tempo em que estava começando a se envolver mais diretamente no mundo dos livros, José Lins do Rego compôs a chamada “roda de Maceió”, formada pelos membros acima destacados. Aos poucos, essa “roda” foi se constituindo em um grupo de amigos que se interessavam pelo mundo dos livros. Como nem todos dispunham das mesmas condições, no que concerne aos contatos editoriais, uniram-se na intenção de trocar experiências e contatos para poderem publicar seus livros.

As “rodas” passaram a ser o meio através do qual os artistas produziam e faziam circular suas obras. No tempo das rodas, eram elas as responsáveis pelo julgamento, pela crítica e pela divulgação do produtor artístico. No caso do mundo do livro, por exemplo, evidencia-se a importância que as “rodas” passaram a ter no processo fundamental de promoção do escritor – a publicação dos livros, que segue um largo trajeto até chegar ao editor por meio de um integrante da “roda” (SILVA, 2008, p. 189).

Durante a sua permanência em Maceió, José Lins retornou para a fase da escrita das crônicas e dos pequenos ensaios críticos, proeminentes na sua carreira²⁶, contemplando durante esses anos as suas definições literárias em prol do movimento regionalista do Recife e em crítica para o movimento modernista de São Paulo.

No prefácio de “Gordos e Magros” (1942), José Lins comenta sua passagem por Maceió: “relembro a fase alagoana de minha vida como tempos fecundos, época de floração de minha carreira. Saía do aprendizado para fazer qualquer coisa com as minhas próprias mãos” (REGO, 1942, p.47).

Foi na fase de Maceió que ele se dedicou a escrever um estudo biográfico e crítico sobre Gilberto Freyre, mas o sociólogo pernambucano teria

²⁶ As crônicas escritas nesse momento de sua vida são os volumes de Gordos e Magros (1942) e Poesia e Vida (1945), quando José Lins residia no Rio de Janeiro.

intervindo para que não fosse publicado. Ao mesmo tempo, foi em Maceió que se deu a elaboração de seus primeiros romances, como aponta Castello: “sua atividade de romancista começou em 1932, com o plano de uma novela em que, no primeiro capítulo, ele se voltaria para a infância, no ambiente dos canaviais” (1961, p. 91). Pela cronologia das obras, fica nítido que estaria se referindo a *Menino de Engenho*, pois menciona o desejo de enaltecer a figura de seu avô:

Em 1929, li as memórias de Mistral e me impressionou o episódio em que o poeta francês evoca o moinho dos seus pais, onde, diante da figura paterna, era descarregado o trigo trazido pelos cavalos. Desse pequeno episódio, nasceu em mim o desejo de evocar meu avô. Primeiramente, pensei em memórias. Depois, resolvi fazer um romance, e aí nasceu *Menino de Engenho*, escrito em dois meses. Eu tinha, então, trinta e um anos – livro foi escrito em 1930 (REGO *apud* MARTINS, 2010, p. 12).

A obra em questão é tida pela crítica literária e pelo próprio José Lins como a primeira obra do conhecido “Ciclo da cana-de-açúcar”. Porém, Bueno (2006) adianta que são muitos os romances que se apresentam na década de 1930. As primeiras edições de *Menino de engenho* e *Doidinho* não fazem qualquer referência a pertencerem a um ciclo literário em andamento. Foi preciso que a crítica identificasse uma continuidade entre os dois livros para assim os definir.

Valdemar Cavalcanti, em comemoração ao quadragésimo aniversário da publicação de *Menino de engenho*, publicou uma crônica no *Jornal do Brasil*,

Foi em Maceió, fins de 1931. Íamos andando pela rua, quando José Lins de repente me pegou pelo braço e confessou: ‘Vou escrever um livro, uma espécie de memórias.’ Seriam, me disse, as suas reminiscências da infância, misturadas com coisas de mentira. E a prova de que estava sob a impressão de lembranças da vida de garoto na casa-grande, senzala e bagaceira do Santa Rosa, no interior da Paraíba, é que já no dia seguinte me apareceu com um caderno de escola, rabiscado o primeiro capítulo da obra. Daí em diante, todas as manhãs, com uma regularidade e um método insuperáveis, José Lins punha no papel os seus garranchos quase indecifráveis – páginas que ele à tarde lia para mim, à sombra de velhas árvores de uma praça tranqüila da cidade, às vezes espantando, pela voz ou pelo gesto, algumas crianças ariscas que ali apareciam. Durante uns vinte e poucos dias, foi essa

uma rotina que aos dois nos dava a maior alegria, sinal de nossa grande amizade. Depois ele passou a ditar o que escrevera para que batesse à máquina a obra. Foram em seguida estabelecidos os entendimentos com a Adersen Editora, fundada então pelos ainda hoje editores Adolfo Aizen e Sebastião Hersen, e que veio a lançar a obra em 1932, numa tiragem de dois mil exemplares (*Jornal do Brasil*, 28 de abril de 1972).

Bueno (2006) nos adianta que, naquele momento, era costume da Editora José Olympio publicar as obras na forma de ciclos. E isso não era partilhado por todo o romance brasileiro de 1930, tendo em vista que grande parte dos casos tem relação com a denominação e publicação comum pela José Olympio Editora. O autor de “Uma história do romance de 30” deixa um alerta para pensarmos se realmente estamos diante de romances cíclicos, e o quanto esse tipo de projeto literário é determinado por um realce na literatura social. Vejamos o que nos adianta acerca de José Lins do Rego:

Autor importantíssimo foi também José Lins do Rego, cujo romance cíclico ficou marcado como um dos mais característicos da década. A importância que esses romances conquistaram em nossa tradição literária deve-se a vários fatores que José Lins conseguiu coordenar em seus escritos. Em primeiro lugar, suas obras mostram meticuloso trabalho de observação aliado à experiência pessoal do autor, o que constituiu o registro mais expressivo da região açucareira. Entrelaçado a esse registro primoroso, há a estética com a qual ele foi realizado: uma expressão que destrói muitas barreiras entre o coloquial e o literário, trazendo à linguagem dos personagens a oralidade que lhes é própria (COELHO, 2010, p. 21).

Assim, nos escritos de José Lins do Rego, temos vários pontos a serem trabalhados, desde pensarmos seu viés enquanto cronista, até seus romances cíclicos. A relevância de José Lins para a tradição literária verifica-se na maneira como ele conseguiu articular sua produção. Inicialmente, ligada à sua experiência pessoal, depois, balanceando o estilo coloquial e o literário, acrescentando aspectos referentes à linguagem dos personagens um tom de oralidade.

É interessante refletir que a formação e a sociabilidade intelectual na qual José Lins do Rego estava inserido, marcaram de maneira profunda a sua forma de escrever sobre o seu Nordeste, aquele que se envolveu cedo no

mundo da imprensa e deixou de lado a musa das letras jurídicas. Tais fatos por si não dizem muito se forem analisados em separado, ou fora do contexto das primeiras décadas do século XX, uma vez que o autor bebeu nas fontes dos escritores regionalistas do Recife. Vivendo no Recife, onde o passado, o presente e o futuro não pareciam em harmonia, a produção de José Lins do Rego foi marcada pelo caráter peculiar de narrar um passado que se perdia – era uma personagem quase sem voz que ele queria trazer para a cena.

Maceió foi o local onde José Lins do Rego teve contato com as rodas literárias e, também, o momento em que vemos efetivamente sua atuação enquanto romancista. Na contramão dessa leitura, alguns estudiosos do tema não valorizam a importância de Maceió na formação do nosso romancista, centrando-a quase unicamente na cidade do Recife, como sendo essa a grande metrópole regional onde teriam ocorrido as principais vivências e experiências formadoras do pensamento e, conseqüentemente, da obra literária de José Lins do Rego. Apesar dessa interpretação, é necessário destacar também as vivências e diálogos ocorridos na cidade de Maceió como influenciadoras para a produção dos romances, pelo convívio e pela oportunidade que teve de interagir com uma gama de literatos, um mundo que propiciava à literatura.

Um cenário marcou as produções de José Lins do Rego, um espaço em decadência, um ambiente em ruínas, tendo como elementos constitutivos o período que antecedeu a década de 1930. É por esse caminho que iremos, no próximo capítulo, refletir sobre os principais acontecimentos que marcaram esse período.

Capítulo II: Conjuntura histórica e social dos anos 1920-1930

José Lins do Rego chamou de “verdes anos” o período que compreende a sua primeira infância. O engenho e o Nordeste açucareiro são transplantados como matéria-prima para a sua prática literária, usando como recorte espacial o processo de transformações sociais ocorrido no período da Primeira República e que leva, segundo o romancista, a uma decadência da sociedade açucareira nordestina, substituída por uma economia de cunho capitalista, tendo como símbolo a usina. “Açúcar só dava mesmo lucro compensador com as vantagens de uma usina. [...] Usineiro era um nome que enchia a boca”. (REGO, 1941, p. 43).

Por conseguinte, trataremos aqui da conjuntura que possibilitou algumas manifestações políticas, sociais e econômicas que serviram de base para o surgimento da ideia de decadência e como essa ideia ganhou notoriedade a partir da literatura, de modo especial, com o aparecimento do “Romance de 1930”. Nos anos que antecederam essas manifestações, o cenário nacional vivenciava ainda uma reordenação dos muitos aspectos da vida política e econômica do Brasil, ocasionado pela crise do poder oligárquico na década de 1920, pela crise da produção cafeeira em 1929 e pela chamada “revolução de 1930”.

O ano de 1922 aglutinou uma sucessão de eventos que alteraram de maneira significativa o cenário político e cultural brasileiro. A Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista Brasileiro, o movimento tenentista, a criação do Centro Dom Vital²⁷, a comemoração do centenário da Independência e a própria sucessão presidencial de 1922 foram elementos

²⁷ Associação civil para estudo, discussão e apostolado, subordinada à Igreja Católica, fundada em maio de 1922 no Rio de Janeiro por Jackson de Figueiredo com a colaboração do então arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, dom Sebastião Leme da Silveira Cintra. Até a criação da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, em 1941, foi considerado o principal centro intelectual do catolicismo brasileiro. Funcionando sob a supervisão das autoridades eclesiais, o Centro Dom Vital era uma associação de caráter elitista, cujos objetivos mais importantes consistiam em atrair para a Igreja elementos da intelectualidade do país e formar uma “nova geração de intelectuais católicos”. Mais detalhes conferir: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CENTRO%20DOM%20VITAL.pdf>.>> Acesso em 19. Dez.2017.

importantes dos novos rumos que estavam se aproximando, apontando para as questões culturais e políticas da Primeira República. Neste momento:

Modifica-se a maneira radical de se pensar o Brasil. A visão da nacionalidade e da arte como força primitiva, espontânea, indomável e marcada, particularmente, pela ideia de inferioridade étnica não se sustentava mais. É clara a tentativa de buscar organizar a nacionalidade a partir do Estado (VELLOSO, 2011, p. 371).

Nesse sentido, alguns intelectuais também se articularam para tentar definir a identidade brasileira. Com esse intuito, foi realizada a Semana de Arte Moderna em 1922, especificamente no Teatro Municipal de São Paulo, entre os dias 11 e 17 de fevereiro. A Semana contou com uma programação de conferências, recitais poéticos, concertos e exposições de artes plásticas. O grupo lutava por uma arte brasileira em conformidade com os padrões das vanguardas europeias. A partir dos apontamentos de Iglésias (1972), os anos 1920 foram marcados por movimentos que contribuíram pelo aparecimento de uma geração heterodoxa putada pela consciência crítica e o descontentamento contra a tradição aristocrata. Mesmo que partilhassem de objetivos particulares, tanto o movimento artístico quanto o político buscavam uma mudança direcionada para os ideais nacionalistas: os artistas propunham a construção de uma arte brasileira e os tenentes defendiam um governo centralizado e nacionalista.

Cansados das tradicionais oligarquias, os movimentos artísticos e políticos caminharam em direção a alterações no governo e saíram em defesa do nacionalismo. Arte e política marcaram a conjuntura dos anos 1920. Só nesse cruzamento dos movimentos culturais com as conjunturas políticas nacionais é que poderemos entender a emergência de um romance com conteúdo de denúncia social e, portanto, o lugar de José Lins do Rego no Romance de 1930.

2.1 O cenário brasileiro: manifestações políticas

De acordo com Boris Fausto (1995), a descrição do processo político que vai da proclamação da República às presidências civis nos possibilita ter uma ideia de como se consolidou um certo tipo de República. Até então, ela tinha sido denominada quase sempre de República Liberal, tendo em vista os pressupostos da Constituição que ela adotou e a ideologia dos setores que predominaram na organização do novo regime. Contudo, a Primeira República recebeu diversas designações. As mais conhecidas são as de “República oligárquica”, “República dos coronéis” e “República do ‘café-com-leite’”.

A expressão “República oligárquica” se vale do termo oligarquia, “que é uma palavra grega que significa governo de poucas pessoas, pertencentes a uma classe ou família” (FAUSTO, 1995 p. 261). De fato, por mais que a aparência de organização do país fosse liberal, em termos práticos, o poder foi controlado por um reduzido número de pessoas.

A denominação “República dos coronéis” faz referência aos coronéis da antiga Guarda Nacional, que eram em sua maioria proprietários rurais com base local de poder. “A expressão poder prestar-se a equívocos porque se, de um lado, o fenômeno do coronelismo se associa à Primeira República, de outro seria errôneo dizer que a República “pertenceu” aos coronéis” (FAUSTO, 1995, p. 263). Não seria de todo certo afirmar que os “coronéis” dominaram exclusivamente o cenário político na Primeira República. Em primeiro lugar, lembremos que outros grupos, que expressavam vários interesses urbanos, desempenharam papéis importantes na conjuntura política. Além disso, mesmo sendo importantes para a manutenção da base do sistema oligárquico, os “coronéis” dependiam de outras esferas administrativas para manterem seu poder.

Dentre essas esferas destacava-se, nos grandes Estados, o governo estadual, que não equivalia a um ajuntamento de “coronéis”. Os “coronéis” forneciam os votos aos chefes políticos do respectivo Estado, porém dependiam deles para proporcionar muitas das benfeitorias que prometiam aos eleitores. Ressalte-se que isso acontecia quando os benefícios eram coletivos, quando se tratava, por exemplo, de arrumar estradas ou instalar alguma escola.

O coronelismo teve marcas distintas, de acordo com a realidade sócio política de cada região do país. Um exemplo extremo de poder dos “coronéis” se encontra em áreas do interior do Nordeste, em torno do Rio São Francisco, onde surgiram verdadeiras “nações de coronéis”, com suas forças militares próprias (FAUSTO, 1995, p. 264).

Há, ainda, a República “café-com-leite”, que exprime a ideia de uma aliança entre São Paulo e Minas Gerais, que comandou a política nacional por meio de um revezamento na cadeira da presidência da República. As articulações em torno da sucessão presidencial de Epitácio Pessoa acabaram por lançar o nome de Artur Bernardes e Urbano Santos, sujeitos que contavam com o apoio de grupos importantes dos estados de Minas Gerais e São Paulo.

O lançamento oficial dessa chapa gerou, no entanto, divergências importantes no interior das oligarquias regionais. Seguindo via contrária das antigas disputas eleitorais, na qual o consenso dos nomes se fazia de maneira amena, vozes discordantes emergiram para contrapor a candidatura oficial. Não contentes com a imposição do candidato da situação, as oligarquias dos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul articularam um movimento que ficou conhecido por Reação Republicana, lançando as candidaturas de Nilo Peçanha e José Joaquim Seabra, respectivamente, à presidência e vice-presidência da República, em convenção realizada no dia 24 de junho de 1921.

Ferreira e Pinto (2011) atentam que, na historiografia, o movimento de Reação Republicana tem sido objeto de diferentes interpretações. Em uma dessas versões, apoiada nos cronistas da época, atribuíam-se tal divergência à disputa pela indicação do candidato à vice-presidência da República. Segundo eles:

O motor da crise, teria sido a impossibilidade de acordo entre Bahia, Pernambuco e secundariamente Rio de Janeiro, que pleiteavam a indicação do vice-presidente e se viram frustrados diante da escolha de um representante do Maranhão. Dessa perspectiva, o conflito não espelharia contradições mais profundas, seria antes o resultado de uma disputa eleitoral mais localizada (FERREIRA; PINTO, 2011, p. 394).

As interpretações apontam que, apesar dos interesses dos grupos oligárquicos dissidentes, a Reação Republicana também estava interessada

em mobilizar as massas urbanas. Para atender a essa finalidade, a campanha se revestiu de forte apelo popular, com o lema “de arrancar a República das mãos de alguns para as mãos de todos” (*Idem, Ibidem*, p. 395). Nesse sentido, Nilo Peçanha afirmava:

O mundo não pode ser mais o domínio egoístico dos ricos, e [...] só teremos paz de verdade, e uma paz de justiça, quando nossas propriedades [...] e nas nossas consciências, sobretudo forem tão legítimos os direitos do trabalho com os do capital. Não é mais possível a nenhum governo brasileiro deixar de respeitar, dentro da ordem, a liberdade, a liberdade operária, o pensamento operário (PEÇANHA, 1922, p. 45)

A ênfase dada à questão da relação capital-trabalho estava ligada à intensa agitação operária que marcou os últimos anos da década de 1910 e colocou em destaque o debate acerca da questão social. Nilo Peçanha pregava a extensão da instrução pública para acabar com o analfabetismo e como via para aumentar a participação política dos menos prestigiados politicamente. Apesar desse discurso, nenhuma proposta mais eficaz que permitisse maior democratização foi apresentada.

Mesmo com uma plataforma restrita, no que diz respeito às propostas específicas aos interesses das populações urbanas, Nilo Peçanha conseguiu obter uma parcela significativa desse contingente eleitoral, particularmente no Distrito Federal. Contudo, não sendo apoiado pelos grupos oligárquicos dominantes, o candidato encontrou resistências no interior fluminense – onde residiam grandes proprietários de terras.

O apoio a Nilo Peçanha por parte das camadas urbanas do Distrito Federal deveu-se às necessidades e anseios dessa camada populacional, que enxergava no discurso nilista uma nova leitura política de cunho social. Em uma sociedade na qual esses segmentos populacionais se achavam marginalizados da participação política, o discurso nilista era bem recebido por considerá-los sujeitos dignos de atenção, tornando-os pertencentes a uma iniciativa de mobilização.

No entanto, enquanto Peçanha apresentava um discurso mais progressista no Distrito Federal e em outras capitais do país, no seu estado natal (Rio de Janeiro), onde habitavam suas bases mais importantes, “seu papel era o do oligarca típico, que promovia perseguições políticas, fraudava

eleições, enfim, lançava mão de todas as práticas características do coronelismo” (FERREIRA; PINTO, *idem*, p. 396). Percebemos divergências entre a figura de Nilo Peçanha e aquilo que pregava a Reação Republicana. Com o decorrer da campanha, visando ampliar as suas possibilidades de vitória e vendo a aproximação do pleito, evidenciavam-se os limites das estratégias e discursos dos reacionários.

As práticas políticas vigentes na Primeira República fundamentadas no coronelismo aludiam para uma postura de reciprocidade em que cada parte tinha algo a oferecer. Neste sentido:

No caso da Reação Republicana, poucos eram os trunfos que podiam ser usados para obter apoio eleitoral dos oligarcas e coronéis do interior, já que a máquina federal não podia ser usada na distribuição de privilégios e favores. Por outro lado, a campanha eleitoral, por mais sucesso que obtivesse, não era capaz de definir o pleito. Ainda que sem abrir mãos dessas iniciativas, tornava-se fundamental contar com alternativas mais eficazes: era preciso encontrar um novo parceiro capaz de antepor-se às oligarquias dominantes. Os militares eram o segmento ideal (FERREIRA; PINTO, *idem*, p. 397).

A falta de entendimento entre os militares e o governo federal já havia assinalado vários momentos da política republicana. As divergências aumentaram quando Epitácio Pessoa tomou posse em 1919 e escolheu civis para ocupar as pastas militares durante seu governo. A volta de Hermes da Fonseca da Europa, em 1920, intensificou as incompatibilidades, uma vez que sua eleição para presidente do Clube Militar, em 1921, ascendeu a possibilidade de seu nome ser indicado para sucessão presidencial – o que não ocorreu. O fato de sua candidatura não ter se efetivado deixou os militares ainda mais insatisfeitos, tornando-os mais próximos das oligarquias dissidentes. A intenção da Reação Republicana era conseguir o apoio dos militares, haja vista a crítica constante que faziam à posição de menor prestígio conferida aos sujeitos que ocupavam os quartéis.

Apesar de a efervescência invadir a disputa presidencial, o pleito foi realizado no período previsto: 1º de março de 1922. Dispondo do poder que as oligarquias regionais dominantes previam e controlando a máquina oficial, a vitória foi de Arthur Bernardes. Demonstrava-se mais uma vez a eficácia do esquema eleitoral vigente na Primeira República para garantir a posição do

candidato oficial. Entretanto, a Reação Republicana não aceitou de bom grado o resultado eleitoral e reivindicou a criação de um Tribunal de Honra que dirigisse a campanha, ansiando manter a mobilização das camadas populares e também acirrar os ânimos dos militares.

Segundo Fausto (1995) no decorrer do primeiro semestre de 1922, particularmente após as eleições, a imprensa que apoiava Nilo Peçanha denunciou constantemente as perseguições aos tenentes antibernadistas. E, além disso, as lideranças da Reação Republicana adotaram posturas radicais, dando margem para a intervenção armada no conflito político.

Foi então que, num clima de euforia política, os militares começaram a interferir em disputas políticas locais em detrimento de seus aliados civis, como foi o caso do estado do Maranhão. Paralelo a isso, começaram a surgir os primeiros sinais de tentativas de levantes no Distrito Federal. As lideranças dos estados de primeira grandeza,²⁸ Minas Gerais e São Paulo, não se deixaram intimidar pelas ameaças de revolta militar. Os componentes da Câmara Federal que eram dissidentes dos aliados de Arthur Bernardes foram postos para fora, ocasionando, assim, uma radicalização das correntes oposicionistas.

Com todos estes acontecimentos não tardou a eclodir a primeira revolta “tenentista²⁹”, em julho de 1922. De acordo com Ferreira e Sarmiento (2002), o tenentismo foi um conjunto de movimentos organizados por jovens oficiais das forças armadas denominados de tenentes, que tinha por principais bandeiras o fortalecimento da instituição militar, a moralização das atitudes políticas e a construção de um Estado centralizado que pudesse tornar o país mais moderno.

De acordo com Carone (1978), vários acontecimentos marcaram os anos 1920 porém, alguns deles tem sua base na década anterior. Como foi o caso da criação do Partido Comunista. Para entendê-la, é interessante

²⁸ Na Primeira República havia a classificação dos estados por ordem de importância, e neste sentido, os estados de primeira grandeza eram aqueles que detinham o domínio nas disputas eleitorais, no caso, Minas Gerais e São Paulo.

²⁹ Durante toda a década de 1920, o movimento não tinha essa designação, no qual os termos utilizados eram militares, revolucionários, revoltosos, rebeldes, militares da Coluna Prestes. As expressões tenentes e tenentismo surgiram somente em 1931 em contexto de acirrada disputa pelo poder com a oligarquia paulista. Maiores informações conferir em Viviane (2009) em Fausto (1995).

voltarmos um pouco nos anos, especialmente ao período de 1917 e 1919, pois foi nesse momento que

O proletariado toma consciência que pode açambarcar o poder; o que lhe falta é a organização partidária (...) objetivamente, as demonstrações destes anos representam a falência das ideias anarquistas e o sinal da necessidade de uma nova teoria política organizatória (CARONE, 1978, p. 229).

Em 1919, um grupo autodenominado comunista, sob vertente anarquista, instituiu o Partido Comunista do Brasil. No entanto, sob inspiração russa, o Partido Comunista só foi fundado em 1922, pois os militares acreditavam que somente a unidade de todos os trabalhadores poderia dar um fim à pressão política e econômica do país. A criação do PCB, em 1922, significou um marco na rearticulação ideológica do movimento operário no Brasil, no qual houve a transição de alguns setores, capitaneados por Astrojildo Pereira.

Todavia, segundo Viviane (2009), o PCB seria muito mais um reflexo direto e decisivo da conjuntura internacional do que propriamente um amadurecimento ideológico e organizativo do movimento operário brasileiro. De qualquer forma, a criação do PCB representou uma situação de crise no cenário brasileiro na medida em que as classes populares se articularam politicamente e passaram a atuar com maior pressão diante das camadas elitistas, consequência do movimento internacional e das condições nacionais de precariedade que a dominação das oligarquias lhes havia negado.

Nessa conjuntura, em 1922, a leitura política do Brasil passava pelo olhar da instituição militar em relação à situação do regime oligárquico. Embora tenham saltado de uma conjuntura social perturbada, os militares que subverteram o Forte de Copacabana tinham como pretensão a defesa corporativa, em represália a Artur Bernardes, utilizando-se de um confronto direto com a oligarquia dominante.

Segundo Viviane (2009, p. 13), em 1924, os “tenentes” já buscavam uma relação com outras questões que mediavam, principalmente a estrutura projetada pela Primeira República. Segundo os “tenentes”, “a obra republicana de política de favores, restrita a alguns setores elitistas, conduziu o povo brasileiro a uma situação de inércia e ignorância”. Para os tenentes, era

necessário romper com esta forma de dominação das oligarquias, alertar a população brasileira acerca do quanto camadas privilegiadas da sociedade continuavam com suas regalias políticas em detrimento de uma maioria populacional política, econômica e socialmente excluída.

De acordo com Mario Cleber Martins Lanna Júnior (2011), o tenentismo despontou para a história como marco relevante para explicar a crise da Primeira República, a Revolução de 30 e as Forças Armadas, em particular a participação do Exército na política. Sendo assim,

O significado do tenentismo foi forjado na proporção de suas ações, que ocorreram entre 1922 e 1934. Nesse período, existiu como movimento de conspiração contra o governo. De 1930 a 1934, período marcado pela participação no governo e pela formação do Clube 3 de Outubro, o tenentismo teria vivido a sua fase final e menos original (LANNA JÚNIOR, 2011, p. 315).

Uma das marcas do tenentismo foi a Marcha dos Dezoito do Forte, que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1922. Ela fez parte dos primeiros movimentos tenentistas, teria sido a ação mais grandiosa dos seus momentos iniciais. Como nos adianta um estudioso do assunto,

Correspondeu ao desfecho do levante no Forte de Copacabana, o epicentro de uma série de outros movimentos ocorridos no Distrito Federal – na Vila Militar, na Escola Militar do Realengo, no Forte Vigia e no 1º Batalhão de Engenharia – em Niterói e no Mato Grosso. Do Forte de Copacabana, os militares revoltosos deram início ao que chamaram de “revolução” e dispararam contra alvos estratégicos: a ilha de Cotunduba, o Forte do Vigia, o Quartel-general, a ilha das Cobras, o Depósito Naval e o Túnel Novo. Contra atacado, o grupo rebelde exigiu, como condição de rendição a suspensão das hostilidades, a fim de que pudesse receber ordens do marechal Hermes, único a quem obedecia. Essas exigências não foram aceitas pelo governo, que ordenou o pronto bombardeio do Forte de Copacabana pela Fortaleza de Santa Cruz (LANNA JÚNIOR, 2011, p. 317).

A Marcha dos Dezoito do Forte deu início a constantes choques entre revoltosos e o governo, que não acatou as exigências dos soldados e passou a atacar constantemente o Forte de Copacabana. Por não contar com o apoio das oligarquias dissidentes, que tanto haviam cooperado para o acirramento dos ânimos, a Marcha não obteve apoio de frações militares específicas.

Epitácio Pessoa mandou decretar o estado de sítio no Rio de Janeiro e no Distrito Federal, e boa parte dos deputados dissidentes do Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco votaram a favor da medida, dando margem para o recuo das oligarquias e a fragmentação completa da Reação Republicana. O que aconteceu nos meses seguintes foi o fortalecimento do governo de Epitácio Pessoa, que acabou por ordenar prisões e processos. Meses após a deflagração da Marcha, em novembro de 1922, Artur Bernardes tomou posse. Angariando conseguir a estabilidade de seu governo, o novo presidente decretou estado de sítio no Rio de Janeiro, aumentando o movimento de repressão.

Como uma forma de não esquecer o movimento de 1922, dois anos depois, especificamente em 5 de julho de 1924, aconteceu um movimento, desta vez mais preparado, para derrubar o governo de Artur Bernardes, considerado pelos tenentes como o mártir das oligarquias dominantes.

A atuação do grupo teve início com a tomada de alguns quartéis. Embora os tenentes tenham conseguido se instalar na capital de São Paulo, as ações de repressão do governo os fizeram sair e ir em direção ao interior do estado, onde também surgiram revoltas. Estabelecendo-se no estado do Paraná, as tropas que vinham de São Paulo encararam os legalistas à espera dos tenentes que vinham do Rio Grande do Sul, onde as revoltas tiveram por lideranças João Alberto e Luís Carlos Prestes, mesmo contando com oposição gaúcha do Partido Republicano Rio-grandense, PRR. Em abril de 1925 as duas forças se uniram, dando origem à Coluna Costa-Luís Carlos Prestes. Para Ferreira e Pinto (2011):

Momento culminante das revoltas tenentistas e episódio mais importante da saga dos tenentes, a coluna, organizada sem que um plano tivesse sido previamente traçado, com seus 1.500 homens, percorreu cerca de 25 mil quilômetros, atravessando 13 estados brasileiros, propagando a revolução e o levante da população contra as oligarquias, até que seus remanescentes dirigiram-se para a Bolívia e para o Paraguai. Com o fim da Coluna Miguel Costa-Luís Prestes, estava eliminado o último foco de contestação ao regime (FERREIRA; PINTO, *idem*, p. 401).

Vimos que os focos de dissidência contra o governo iam aos poucos sendo desarticulados. Mas alterações políticas importantes estavam por vir.

Como já dito anteriormente, os estados de São Paulo e Minas Gerais se revezavam na cadeira da presidência, e esse momento ficou conhecido na historiografia por “Política do café com leite”.

Algo estava para mudar, quando, em 1929, teve início um novo processo de sucessão presidencial. Tudo sugeria que as regras de organização da política até então existentes seriam mais uma vez cumpridas: as forças da situação, na pessoa do presidente da República, indicariam um candidato oficial, que deveria ser apoiado por todos os grupos dominantes. Entretanto, o então presidente, o paulista Washington Luís, resolveu interromper com esta alternância e indicou para seu sucessor Júlio Prestes, começando uma cisão dentro do próprio grupo dominante e rompendo o acordo com Minas Gerais, que, pela lógica da alternância, seria o próximo estado a ter um representante na cadeira da presidência.

A discordância entre Minas Gerais e São Paulo acabou por gerar outros focos de divergências. Nessa conjuntura, tendo o apoio de Minas Gerais, foi lançada a candidatura de Getúlio Vargas, ex-ministro da Fazenda de Washington Luís e atual governador do Rio Grande do Sul, tendo por vice de chapa o governador da Paraíba, João Pessoa. Estava formada a Aliança Nacional, uma coligação que reunia forças políticas e partidários a favor de Vargas. A sua base era o situacionismo de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, juntamente com um grupo descontente com o governo federal.

Para agravar ainda mais a situação, ocorreu uma crise econômica mundial, ocasionada pela quebra, em outubro de 1929, da bolsa de valores de Nova York. No final do ano já havia centenas de fábricas falidas no Rio de Janeiro e em São Paulo e inúmeras pessoas sem emprego em todo o Brasil. A crise também chegou ao setor agrícola, particularmente a cafeicultura paulista, causando uma drástica redução dos preços do café e arrasando com as propostas de plano do governo que vinham sendo implementadas.

Mesmo assim, as eleições se realizaram em março de 1930, cabendo a Júlio Prestes cerca de um milhão de votos, contra 737 mil dados a Getúlio Vargas. Descontente com o resultado das eleições, a Aliança Liberal buscou aproximações com lideranças do movimento tenentista, que ainda continuava sendo uma força de prestígio e experiência militar.

Um fato acelerou a conspiração revolucionária, em 26 de julho de 1930: o candidato à vice da Aliança Liberal, João Pessoa, foi assassinado em Recife. Apesar de as razões do crime não terem sido políticas, ele foi transformado no estopim para o movimento revolucionário, que culminou com Getúlio Vargas no comando da República. Esse movimento ficou conhecido na historiografia por “Revolução de 30” e tem sido tratado por várias perspectivas. Dentre elas, a de que a revolução se:

Transforma numa espécie de evento matriz que serve de catalisador para se captar a cultura política, o comportamento, as aspirações e demandas dos diferentes segmentos integrantes do sistema político brasileiro (...). O resultado da Revolução de 30, mais do que as propostas do movimento em si, é que transformou 1930 em um marco histórico importante (FERREIRA; PINTO, 2011, p. 411).

Enquanto os estados do Sul ocupavam os lugares mais altos em questão de produção econômica no Brasil, vários discursos de decadência dos setores afligidos pelas mudanças na Primeira República começaram a ser elaborados, particularmente por parte dos sujeitos que viviam no Nordeste. Os indivíduos que participaram dessa construção da ideia de decadência são aqueles que foram atingidos diretamente pelas alterações políticas, pelos arranjos que mudaram; são políticos e romancistas da decadência, que encontraram espaços para fazer ouvir a sua voz.

2.2 A institucionalização da ideia de decadência

No final do século XIX, a economia nortista, conservadora e agro açucareira, sofreu um abalo econômico provocado pela emergência de novas formas organizacionais das forças produtivas do país.

A transição em busca do capitalismo industrial provocou, nas esferas agrária e tradicional dessa sociedade, um ideal de valorização do campo e da vida rural, bem como de manifestações de repúdio à ordem urbano-industrial. Essa ordem foi responsável pelos deslocamentos que estavam ocorrendo na

vida política e econômica do país. Estava se fortalecendo um discurso pautado na ideia de que o processo modernizador estava alterando a sociedade brasileira, já que incrementava com novos elementos a economia agrícola do país e, assim, ajudava a redefinir valores socioculturais para o Brasil.

Oliveira (1997) adianta que a Primeira República presenciou o surgimento do discurso regionalista-tradicionista que afirmava que o Norte açucareiro passou por uma decadência econômica, política e social, de modo especial, os senhores de engenho que tinham de lidar com dois campos de disputa: no cenário nacional, os senhores de engenho se tornaram personagens de segundo plano, pois os plantadores de café do Centro-Sul do Brasil pressionavam cada vez mais o governo em busca de investimentos para a sua lavoura. No cenário regional, duas classes surgiram: os usineiros e os plantadores de algodão, e todos buscavam serem os holofotes para os investimentos governamentais.

As ideias do Regionalismo Tradicionista demonstravam que a industrialização, acompanhada dos processos de modernização e de urbanização, introduziu novas maneiras de comportamento, uma nova sociabilidade, que era ameaçadora. O espaço tradicional do Nordeste, de modo específico, o mundo rural visto como um ambiente puro passou a ser ameaçado pelo capitalismo que se expandia cada vez mais e introduzia valores vistos como artificiais e que não faziam sentido para aqueles senhores donos de engenhos, que viviam na casa-grande, no mundo do engenho. Entretanto, no momento em que se viram perdendo seu poderio, essas elites começaram a aumentar o tom da sua voz, pois, afinal, eles permaneceram como a base da economia brasileira durante séculos. “O Nordeste dos regionalistas e tradicionalistas é uma região formada por imagens depressivas e decadentes, como as presentes nas obras de José Lins do Rego” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 94).

Na Primeira República, os impasses econômicos, políticos e sociais, e conflitos inter-regionais fizeram surgir uma escrita literária preocupada em refletir sobre o futuro e, muito mais do que isso, em repensar o passado regional, em defender a região no momento em que a Primeira República ameaçava os poderes dos estados nordestinos e privilegiava os estados do centro-sul. Nesse sentido, surgiu o discurso da memória, em que os autores,

como José Américo de Almeida, Irineo Joffily, José Lins do Rego, Gilberto Freyre, Horácio de Almeida elaboraram um conjunto de lembranças sobre um espaço – o engenho, o sertão, o Nordeste. No dizer de Iranilson Buriti de Oliveira (1977),

Esses autores textualizaram a “decadência” dos senhores de engenho sem contudo procurarem saber o porquê que só nesse momento histórico há uma inflexão de discursos mostrando o “declínio” da sociedade patriarcal e de seus valores. Esses autores que escreveram ou nasceram durante a República Velha nunca questionaram ou explicaram convincentemente as causas dessa “decadência” por eles afirmada (OLIVEIRA, 1997, p. 89).

Eram escritos que representavam uma sociedade que passou séculos “mandando” e “desmandando”, dominando as esferas sócio-políticas do Brasil, dominando o cenário regional, tornava-se difícil adaptar-se à nova conjuntura, à nova realidade econômica pela qual passava. Essa classe olhava para o passado com os olhos cheios de saudade, onde o engenho tinha várias funções, de convento, de delegacia, de arena política e via um futuro nada promissor se aproximar. A sociedade tradicional patriarcal não se conformava com tais mudanças.

Nos “romances de açúcar” de José Lins podemos perceber as representações da decadência moral da sociedade. O Nordeste, ao perder seus antigos princípios éticos, morais e tradicionais, andava para a desordem, para a ruína. Nesse momento, salvar o passado era salvar o próprio presente e futuro. A decadência econômica e moral da sociedade eram facilmente representadas pela ausência de homens com as mesmas características morais do tempo do coronel Zé Paulino, do engenho Santa Rosa, um homem que não se deixava subjugar pela modernidade. Carlos de Melo não cansava de elogiar a figura do avô, “olhava eu o meu avô como se fosse ele o engenho. A grandeza da terra era a sua grandeza. Fixava-se em mim a certeza de que o mundo inteiro estava ali dentro” (REGO, 1956, p. 55).

Via a sua caminhada para a morte, sentindo que todo o Santa Rosa desaparecia com ele [...] Começava a sentir a decadência do meu avô [...] Nos outros tempos, o velho José

Paulino não parava, a gritar para todos os cantos [...]. Quando passava pela porta do meu quarto, eu sentia que com ele se ia todo o velho Zé Paulino [...]. Um dia ou outro cairia (REGO, 1933, p. 7, 8 e 10).

As ideias do Regionalismo Tradicionalista implicam a valorização e a releitura dos antigos valores do presente da sociedade patriarcal nordestina e a construção de uma região, de um Nordeste. Ao mesmo tempo, os autores vão criar as suas representações acerca da região e, a exemplo de José Lins do Rego,

A queda do Nordeste faz desaparecer o 'paraíso infantil' destes autores, a região do latifúndio patriarcal, ainda não maculada por usinas, fordes, vácuos e turbinas americanas. Nordeste do avô, 'onde ninguém vadiava, mas ninguém passava fome, onde valsas embalavam as senzalas, onde as negras falavam da África e as donzelas loandas meio nuas naquela escuridão de pele abriam sexos vermelhos e mornos'. Sociedade patriarcal que 'fizera a grandeza do Brasil', expressão 'do poder e da autenticidade brasileira', onde negros e senhores conviviam 'harmoniosamente', onde coronéis e seus jagunços se respeitavam e se amavam como 'pais e filhos' (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, P.140).

A produção discursiva no período da Primeira República estava ancorada em um pequeno grupo de oligarcas, ou próxima a eles, consolidando uma definição para o momento nos termos de uma "decadência social": a decadência do famoso e longo sistema patriarcal. Desta maneira:

A invenção, ou a revalorização das tradições, aparecem num momento onde os setores dominantes tradicionais, ligados à agricultura do açúcar, estão claramente em decadência. Momento em que seu poder político é questionado [...] Nunca antes da década de [19]30 os setores dominantes agrários tiveram tão grande ideólogo! (BASTOS, 1986, p.71).

Portanto, a ideia de decadência está vinculada a um entrelaçamento de fios de diferentes interesses por parte de banqueiros e usineiros. A interrupção nos meios que movimentavam o engenho, seus costumes, as ações de seus senhores, tudo isso era vinculado à noção de decadência regional, espacial ou familiar. O medo do "moderno" incentivou os industriais do açúcar a promoverem vários congressos e encontros regionais agrícolas, com

a finalidade de discutir o futuro do açúcar e das pessoas reunidas em torno dele, visando se refortalecerem regionalmente.

A noção de decadência passou por uma institucionalização³⁰ de vários sujeitos da sociedade, e que os discursos por eles lançados se fortaleciam de tamanha maneira que não importava por quantas crises e abalos passasse a sociedade – quanto mais se tornasse conhecida, mais recursos os proprietários agrícolas receberiam.

Entretanto, a decadência não se deu apenas na esfera econômica, mas passou pela política e pela cultural. No caos, perante os órgãos competentes, tratava-se de implorar maiores benesses para a “agricultura brasileira”, muito embora se sabendo que as novas tecnologias e os projetos de modernização ocasionassem poucas alterações na estrutura industrial desse produto.

Como era um momento em que a literatura ganhava cada vez mais espaço e gosto do público, as representações da decadência na escrita elaboraram, tanto no Nordeste quanto no Sul, representações acerca da elite dos engenhos, representações carregadas de intencionalidade. Os acontecimentos, portanto, foram dando margem para que aparecesse outra face da história econômica e político-social do Brasil, assim como também outra maneira de se fazer literatura, de se elaborar discursos literários. Como mudou a situação dos grupos que outrora estavam com as rédeas política e econômica do país, alteraram-se os modelos literários e as formas de expressão da realidade, ascendendo o regionalismo tradicionalista. O que rodeia esta discussão pode ser compreendido no seguinte dizer de Oliveira:

Cabe verificar através de que práticas institucionais e aparelhos de conhecimento as crises econômicas e político-social dos senhores de engenho do Norte [Nordeste] foram objetivadas enquanto decadência dessa elite rural, passando a fixar-se como uma verdade e se constituindo como um objeto a ser trabalhado e manipulado pela literatura do período, a ponto de tornar-se evidente que essa situação era, absolutamente, o ‘fim’ de um ‘reinado’ secular (OLIVEIRA, 1997, p. 8).

³⁰ A ideia de institucionalização foi pensada, de acordo com Oliveira (1997), quando nos propõem refletir como se deu a construção da ideia de decadência como institucionalização na Primeira República a partir dos sujeitos políticos, documentos oficiais e da literatura regionalista, especificamente o Romance de 1930. Maiores detalhes conferir em Oliveira (1997).

Importante percebermos que a conjuntura política dos anos 1920 possibilitou que os sujeitos da decadência anunciassem, através da sua escrita literária, as representações de um mundo que se fazia ver e ouvir como decadente. Era uma ideia que tornava interessante para os “autores da decadência”. E José Lins do Rego se insere nessa decadência com tom de saudade e, ao mesmo tempo, como um herdeiro que escreveu para elogiar o mundo ao qual pertencia, enfatizando um mundo em ruínas, romancista da literatura de 1930.

A literatura de 30 emerge pensando a perda de status da elite açucareira no cenário nacional, afirmando a decadência desta, legitimando esse declínio, instituindo, no plano discursivo, as crises e acontecimentos que se verificavam no extra discursivo, mostrando as causas que levaram essa elite a produzir-se decadente. Essa literatura não toma a ideia de decadência como um objeto já construído, já elaborado, mas participa da sua construção, da sua instituição (OLIVEIRA, 1997, p. 113).

É interessante frisar que o discurso da decadência surgiu justamente num período de instabilidade econômica para o açúcar, cujas perspectivas eram pouco promissoras no mercado internacional, e também por causa da instabilidade política da fase republicana que ora se iniciava e das constantes alterações de presidente e de reformulações no poder central. Essa construção da decadência surgiu, sobretudo, em uma conjuntura de instabilidade social, como consequência da introdução de novos modos de comportamento vindos de fora e não vistos com bons olhos pela sociedade tradicional.

2.3 O Romance de 1930

As agitações na política brasileira possibilitaram outras formas de “ver e dizer” o Brasil. Os intelectuais marcaram presença no cenário político, postulando o direito de interferirem no processo de organização e a capacidade de falarem por aqueles que não tinham a consciência e o discernimento para se manifestar: “sentindo-se consciência privilegiada do ‘nacional’, ele [o intelectual] constantemente reivindicou para si o papel de guia, condutor e arauto” (VELLOSO, 2011b, p. 147).

Partindo dos pressupostos de Nicolau Sevcenko (1999) a intelectualidade ficava à margem por parte do Estado, principalmente àqueles que se colocavam numa via mais crítica em relação à sociedade, nomes como o de Euclides da Cunha e Lima Barreto. Para estes intelectuais que se opunham a ver a Literatura como o “sorriso da sociedade”, entendendo-a como uma missão, uma ferramenta de transformação social, os caminhos não seriam fáceis.

Na década de 1920, quando se fazem sentir as consequências do pós-guerra, com a queda do mito cientificista, o ideário cosmopolita de desenvolvimento deu lugar para o credo nacionalista. Foi com a busca de nossas raízes que a proposta da brasilidade passou a se constituir como o alvo das inquietações intelectuais. E, assim:

Agrupados no movimento modernista, os intelectuais se julgam indivíduos mais capacitados para conhecer o Brasil. E é através da arte que eles pretendem atingir a realidade brasileira, apresentando alternativas para o desenvolvimento da nação [...] imbuídos de vocação messiânica, senso de missão ou de dever social, os intelectuais se autoelegeram sucessivamente consciência iluminada do nacional (VELOSO, 2011b, p. 148).

Nessa conjuntura se deu o Romance de 1930, como uma forma de expressão e de denúncia, os intelectuais desse período narraram os acontecimentos da sua região de maneira a enfatizar os seus aspectos característicos. No Nordeste, tivemos a instituição dos “temas regionais”: a decadência da sociedade açucareira; o beatismo contraposto ao cangaço; o coronelismo com seu complemento: o jagunço e a seca com a epopeia da retirada. “Esses temas [...] foram agenciados por essa produção literária, tomando-os como manifestações que revelariam a essência regional” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, p. 137).

Segundo Bueno (2006), não se pode esquecer a influência que o Movimento Modernista desempenhou na década de 1930, apesar de termos um afastamento ideológico considerável entre a geração que fez a Semana de Arte Moderna e a que escreveu o Romance de 30. É neste sentido que uma estudiosa do assunto afirma:

Não, sem a revolução paulista, esse grupo, composto em boa parte de nortistas, não teria encontrado tão franca e fácil acolhida; ao contrário, provocaria escândalo, precisaria lutar para ser aceito. Isso no caso de se ter no mesmo sentido encaminhado. Sem entrar no mistério da criação, das relações íntimas entre o artista e a obra, é-nos lícito perguntar se, não fora o modernismo, teriam esses escritores abordado exatamente os mesmos temas, e da mesma maneira. Não nos esqueçamos de que o cunho experimental, de busca da realidade próxima, de valorização do homem comum, do negro, do caboclo, assim como o emprego da linguagem coloquial – tudo isso já estava traçado, indicado esquematicamente, à espera de que, sem o embaraço causado nos promotores do movimento de 1922 pela atitude crítica, possuísse a disponibilidade indispensável para fundir todos esses elementos, para fazê-los passar do plano cerebral ao humanamente criador (PEREIRA, 1952, P. 178).

Com essas afirmações percebemos que os escritores da década de 1920 prepararam uma ambientação literária que permitiu o aparecimento do Romance de 30. Característico pelo tom de denúncia social, o Romance de 30 destacou as figuras marginais, e, principalmente no Nordeste, os escritores:

Vão tentar construir o Nordeste pela rememoração de suas infâncias, em que predominavam formas de relações sociais agora ameaçadas. Eles resgatam a própria narrativa como manifestação cultural tradicional e popular, ameaçada pelo mundo moderno, e a tomam expressão regional. (...) como numa épica, estes romances querem garantir a continuidade do que foi narrado, querem garantir a reprodução, por meio de gerações deste mundo desentranhado e suspenso na memória: o mundo “regional” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 95).

Assim sendo, um grupo de escritores nordestinos entraram em cena com os olhos voltados para abordar, em seus romances, a temática regional e, juntamente com ela, a problemática político-social de seus estados de origem. Agregado a esse conjunto de escritores, estão José Américo de Almeida e José Lins do Rego (Paraíba), Jorge de Lima e Graciliano Ramos (Alagoas), Rachel de Queiroz (Ceará); Jorge Amado (Bahia) e Amando Fontes (Sergipe).

Nos romances batizados como “*romances de 30 do Nordeste*”, ganham lugar privilegiado os cenários da seca, das retiradas e dos canaviais. A feição interna dos personagens nordestinos, a situação de um “Brasil” que escapava entre os coronéis de engenhos e os flagelados da seca, entre as águas puras

dos rios e os percursos de pedras tostadas do sertão, achava o seu lugar social e estético nas páginas desses romances, feitos num tom memorialístico e semiurbano.

Os escritos literários de 1930 emergem pensando a perda de espaços da elite açucareira no âmbito nacional, apontando para esse declínio, e instituindo, no plano discursivo, os abalos e acontecimentos que se tornavam dizíveis e visíveis acerca desse processo, bem como apresentando os motivos que levaram essa elite a produzir-se decadente.

Essa literatura não vê a ideia de decadência como um artefato já construído, mas toma parte da sua construção, da sua instituição. Com a emergência de novas formas de pensar o Nordeste, de apresentar seu espaço e sua elite: “Emerge um novo pensar que é expresso através de indivíduos e que participa da construção desse quadro imagético-discursivo que reforça a decadência” (OLIVEIRA, 1997, p. 113).

As produções nordestinas são marcadas pelo tom de decadência, e os seus autores transformam as suas angústias diante da reordenação social em voz para narrar a permanência desse espaço em decadência. São autores que, ao passo que buscaram conter esse movimento de declínio por meio da escrita, contribuíram para instituir uma decadência nordestina como a invenção da decadência de sua elite.

O conjunto de romances que integram esse elenco discursivo da década de 1930 difere de outros romances brasileiros produzidos nesse mesmo período, por apresentar as características regionais. Cada romancista tinha as suas particularidades, o seu jeito de apresentar a região. São romances que participam da construção da nordestinidade e que elaboram uma região. No dizer de Albuquerque Júnior (2011):

Eles inventam um Nordeste tradicional, o que não significa que partam do nada. Significa que eles escolhem entre lembranças, experiências e imagens, enunciados, fatos, aqueles que consideram essenciais e característicos desta região, de um tipo regional. Na verdade selecionam imagens e enunciados, formas e materiais de expressão que se coadunam com uma dada visibilidade e dizibilidade do Nordeste, as do Nordeste como lugar de conservação de uma identidade ameaçada de se perder. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 126).

Tido como marco iniciador do romance de 1930, *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida, publicado em 1928, foi tomando uma vasta dimensão na época de sua publicação:

Com a publicação de *A Bagaceira*, em 1928 instala-se o núcleo que será central ao desenvolvimento da temática e da posição perante a realidade do que depois será chamado de o ciclo do romance nordestino. Dentre deste, o papel do romancista e homem público paraibano foi ordem mais histórica que propriamente estética; ele foi um desbravador do caminho, cujo domínio deixaria para outros. Com efeito, passados mais de trinta anos de sua estreia, necessita-se de um severo esforço mental de reconstituição do momento histórico para que nos capacitemos a entender o entusiasmo com que o saudou Tristão de Athayde (LIMA *apud* BUENO, 2006, p. 85).

A obra em questão não apresentou vastas novidades quanto ao aspecto estético, mas se destacou pela relevância que teve na história da literatura brasileira ao iniciar a temática da seca, explorando a realidade brasileira de maneira crítica.

Foram surgindo produções literárias que elaboraram imagens e representações na escrita, não apenas acerca de um Nordeste, pois havia também o Nordeste do açúcar e do algodão, o Nordeste do litoral e do sertão. Havia obras que se dedicavam a buscar uma unidade regional, como *Senhora de Engenho*, de Mário Sette, e os romances do “Ciclo da cana-de-açúcar”, de José Lins do Rego, que dão ênfase aos aspectos culturais da zona açucareira. Por outro lado, outras obras, como *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida, e *O Quinze*, de Rachel de Queiróz, assinalam para as características marcantes do homem sertanejo enquanto princípios fundamentais para a constituição do caráter brasileiro. No dizer de Iranilson Buriti de Oliveira:

É um discurso que se propõe transmitir os valores que personalizam o engenho e a família patriarcal, mas às vezes se mostra favorável à modernização, tal é o caso de José Américo em “*A Paraíba e seus Problemas*” e em “*A Bagaceira*”. Estas obras, segundo Gilberto Freyre, estão inseridas no processo técnico de modernização, por isso são deslocadas das influências da formação discursiva Regionalista-tradicionalista que enxergava a técnica como triunfo do mundo urbano-burguês sobre o rural-patriarcal, e o discurso social de “*A Bagaceira*” traz as marcas do progresso técnico em sua narrativa (OLIVEIRA, 1997, p. 87).

Alguns dos ficcionistas nordestinos, entre os quais José Américo, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz e Jorge Amado, receberam do Congresso Regionalista contribuições teóricas³¹. Desta forma, os romancistas foram, por meio de seus escritos, buscando desmistificar o preconceito com que era visto o Nordeste. Para um estudioso sobre a invenção do Nordeste:

O final da década de vinte e, principalmente, a década de trinta marcaram a transformação da literatura regionalista em “literatura nacional”. A emergência da análise sociológica do homem brasileiro, como uma necessidade urgente, colocada pela formação discursiva nacional-popular, dá ao romance nordestino o estatuto de uma literatura preocupada com a nação e com seu povo, mestiço, pobre, inculto e primitivo em suas manifestações sociais. A literatura passa a ser vista como destinada a oferecer sentido às várias realidades do país; a desvendar a essência do real (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p. 123).

Desta forma, podemos inferir que as décadas de 1920 e 1930 marcaram profundamente a literatura, ultrapassando os limites regionalistas e alcançando o âmbito nacional. Passou a haver inquietações quanto à forma de se compreender sociologicamente o homem brasileiro, algo que com a formação discursiva nacional-popular confere ao romance nordestino a ênfase em produções literárias com os olhos voltados para a nação, e, com ela, para seu povo.

O romance seria, então, a forma de os escritores se expressarem, pela denúncia de uma sociedade e dos problemas da sua região. No Nordeste destacaram-se os romancistas José Américo de Almeida, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos e José Lins do Rego, ressaltando-se que, por fazerem parte da elite agrária, não passaram por muitos problemas econômicos graves. José Lins do Rego, ao se destacar como o romancista que mais profundamente enfatizou a decadência dos engenhos nordestinos no século XX, teve-se de recursos como as recordações da infância e da adolescência.

O Romance de 1930, pois, aborda várias realidades do Nordeste, mas, como aponta Albuquerque Júnior:

³¹ Essas influências são as ideias contidas no Manifesto Regionalista, que só veio a ser publicado em 1952. Entretanto, sua tese passou a ser conhecida a partir de 1926, através da realização do Congresso Regionalista de Recife.

O 'romance de trinta' tem como tema central a decadência da sociedade patriarcal e sua substituição pela sociedade urbano-industrial. Seus autores procuram se engajar na luta entre os vários projetos que surgem para a nação neste momento de transição, desde propostas conservadoras até revolucionárias. Para isso eles tentam se 'aproximar' do povo, adotando temas e formas de expressão de origem popular como forma de denunciar as condições sociais em que vivia. Sendo em sua maioria descendentes de famílias tradicionais e decadentes, vivendo um processo de marginalização, estes intelectuais de classe média não estão mais comprometidos diretamente com os grupos dominantes [...] identificando-se com o sofrimento do povo, muitos terão a pretensão de ser seus porta-vozes numa nítida postura populista, oscilando entre denúncia das condições de vida dos setores populares e o elogio da dominação paternalista (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 127).

Os contatos com o Movimento Regionalista e Tradicionalista são fatores importantes para a formação do romancista, ao escrever os romances que compõem o chamado "Ciclo da cana-de-açúcar". Estas obras "são romances que se passam na zona açucareira do Nordeste no momento em que sua estrutura tradicional está se decompondo por causa de uma nova força econômica, a usina e o capitalismo moderno" (CORDEIRO, 2010, p. 34).

Vários enunciados foram elaborados para sensibilizar que a geografia do engenho começava a entrar em ruínas. Neste rol, temos os escritos literários de José Lins do Rego, que, valendo-se de elementos memorialísticos e regionalistas, ansiou rerepresentar em sua narrativa aspectos da sua vivência nos engenhos nordestinos. Em concordância com o ideário de decadência, José Lins do Rego produziu as obras do "Ciclo da cana-de-açúcar", obras que têm como traço essencial a narrativa, que relaciona, em uma ordem cronológica, as situações pelas quais passava a população nordestina, narrativas transplantadas das memórias de um homem que se via a percorrer seu passado e constituir suas lembranças.

O que poderia explicar os seus romances cíclicos estaria na existência de um profundo apego a sua região de origem, ao representar a condição humana dos problemas que ela exprime e, ao mesmo, expressar uma crescente exaltação de sua região e de suas origens. Para Albuquerque Júnior (2011), a utopia de José Lins do Rego "seria a volta ao passado que era indisfarçável nostalgia de uma sociedade hierarquicamente dividida entre senhores e escravos" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 131). A organização

de sua obra, com a ausência de diálogo, torna o espaço que descreve como sendo visto por uma só direção e falado em uma única voz: a do narrador.

Ao mesmo tempo em que José Lins do Rego representava o seu Nordeste memorialista, tradicionalista e decadente, vemos que os seus escritos não se propõem a contribuir para a essa decadência, mas contê-la, mesmo que em um campo simbólico, através da escrita dos romances.

Valendo-se de recordações da juventude, com um tom nostálgico, é que se situam seus escritos. Na paisagem rural do engenho, destaca-se o homem como eixo norteador da sua narrativa, por vezes citando aspectos notadamente particulares, como parentes e trabalhadores, sem deixar de enaltecer a figura de seu avô. “Não fora o engenho que fizera grande o meu avô. Ele é que fizera o engenho grande” (REGO,1933, p. 14).

De maneira geral, a conjuntura política, econômica e social dos anos 1920 e 1930 foi abalada e permitiu que uma sociedade se definisse como decadente. Uma decadência que ganhou mais notoriedade a partir do momento em que alguns sujeitos, e dentre eles os romancistas de 1930, emergiram como aqueles que buscavam paralisar o tempo no papel.

Albuquerque Júnior (2011) frisa que o sucesso dos romancistas de 1930, pode ser explicado também, a partir de uma significativa extensão do mercado editorial do Brasil e da comercialização de livros.

Bueno (2006) nos adianta a impressão de que, neste momento, era costume da Editora José Olympio publicar as obras na forma de ciclos. E isso não era partilhado por todo o romance brasileiro de 1930, tendo em vista que grande parte dos casos tem relação com a denominação e publicação comum pela José Olympio Editora. O autor de “Uma história do romance de 30” nos deixa sob alerta para pensarmos se realmente estamos diante de romances cíclicos, e o quanto este tipo de projeto literário é determinado por um realce na literatura social.

Vale salientar que, o conjunto de textos que recebe essa alcunha alcança não se restringe, contudo, a década de 1930. Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, ou Lins do Rego continuaram, nas décadas seguintes, a produzir obras sob inspiração de alguns dos valores e ideais que os estrearam na produção literária. A exemplo disso, temos *Fogo Morto*, escrita na década de 1940, fechando com chave de ouro o ciclo que teve início com *Menino de*

Engenho. O Romance de 1930 é, pois, uma expressão que nos possibilita inferir que um vasto conjunto de textos cuja produção não se finda nesse período, assunto que não cabe no interim desse trabalho.

Capítulo III: Um novo romance ao som dos engenhos

3.1 Fortuna crítica

A cidade do Rio de Janeiro, capital da República, foi o espaço privilegiado e atrativo para intelectuais advindos de várias regiões do Brasil. Foi o caso de José Lins do Rego, que desde a publicação de *Menino de engenho* já demonstrava interesse em se transferir para a cidade carioca. Nos anos de 1933 e 1934, o escritor paraibano começou a se consolidar como romancista nos ambientes intelectuais e literário do Rio e de São Paulo.

Por uma questão própria do funcionalismo público brasileiro, José Lins do Rego precisou mudar de cargo e passou a ser um fiscal de imposto. Contudo, para ocupar sua nova função, precisou mudar-se para a capital da República. Nesse período de sua vida, começou o processo de estabilização de sua carreira literária, mesmo que não estivesse em seus planos viver das letras, mas já estava a ganhar quantias consideráveis com as publicações de *Menino de engenho*, *Banguê* e *Doidinho*. Ele tinha uma família, uma esposa e filhas³², de modo que precisava dos seus ganhos como funcionário público, sua fonte de renda fixa.

O sociólogo de Apipucos, em carta não datada a José Lins, se manifestou da seguinte maneira com a notícia da partida de seu colega nordestino:

Meu querido Lins: recebi sua carta com a notícia de que V. vae mesmo embora para o Rio. Deu-me uma grande tristeza – aliás, sem razão, porque V. em Alagoas é que V. no Rio – e em certo sentido, ainda mais distante e separado. Infelizmente não se pode realizar o desejo, mas meu do que seu de, chegarmos amarar no mesmo Recife, como naqueles dois ou três annos que passaram tão depressa, deixando saudade. A vida é assim, como diz a cantiga carioca³³.

³² Nesse momento, José Lins do Rego era casado com Filomena Massa, mulher com quem teve três filhas: Maria Elizabeth, Maria da Glória e Maria Cristina.

³³ Carta de Gilberto Freyre a José Lins do Rego, sem datação. Para critérios de localização, trata-se de um manuscrito de três paginas, no qual Freyre, além de lastimar a partida do amigo paraibano, diz também que está com problemas de saúde e pede que José Lins comunique a José Olympio. Segundo os estudos de Diego Freire (2014), Gilberto Freyre confundiu a duração de seu contato pessoal com José Lins no Recife, pois eles tiveram uma convivência de quase um ano, em 1923. Maiores detalhes, conferir em: Diego Fernandes Freire (2014).

De acordo com a sua primeira filha, Elizabeth Rego, seu pai teria embarcado sozinho para o Rio de Janeiro, sem a família, e morado em uma pensão. Após alguns dias, é que sua família chegou a bordo do navio Ita, o que nos possibilita afirmar que o início da vida na capital da República não teria sido muito complicada, posto que se tratasse de alguém que já tinha visitado a cidade, que possuía um cargo público e era envolvido com a sociabilidade intelectual e literária do Rio de Janeiro.

De certa forma, José Lins, por meio de seus livros e artigos jornalísticos, já circulava no meio carioca, pelo menos no universo letrado. Não era de forma alguma, um desconhecido que aportava no Rio de Janeiro, nem muito menos um literato nordestino carente de reconhecimento, que chegava no primeiro semestre de 1935 na capital da República. Não podemos esquecer que o autor de Banguê, em algumas ocasiões, circulou pessoalmente entre os intelectuais cariocas, como naquela tarde de autógrafos, na recém inaugurada loja da José Olympio Livraria (FERNANDES FREIRE, 2014, p. 247).

Zé Lins se deparou com uma cidade bem diferente de Maceió, como era de se esperar, tanto em termos populacionais, como em possibilidades de empregos, consumos e diversão. Desde meados do século XX, com a reforma Pereira Passos³⁴, que pregava uma imagem de cidade moderna conhecida centro da civilização brasileira, imagem essa que só se alastrou ao longo dos anos. Na qualidade de polo administrativo, o Rio de Janeiro era também um centro intelectual, uma cidade que chamava atenção por suas atividades culturais e artísticas.

A exemplo dos vários membros das *rodas literárias* de Maceió que se mudaram para o Rio de Janeiro, a partir dos anos 1930, José Lins do Rego era mais um intelectual nordestino a fazer um percurso comum ao de outros literatos. No Rio, por volta dos anos 1930, havia instituições intelectuais reconhecidas internacionalmente, como a Academia Brasileira de Letras, a Biblioteca Nacional, a Escola Nacional de Belas Artes, a Associação dos

³⁴Trata-se de uma reforma urbana concebida e levada a cabo pelo prefeito Francisco Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro no intervalo de tempo entre 1903 e 1906. Conferir: AZEVEDO, André N. A Reforma Passos: uma tentativa de integração urbana. Rio de Janeiro: **Revista Rio de Janeiro**, n. 10, 2003.

Artistas Brasileiros, o Ministério da Educação, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre outros órgãos, que transfiguravam a urbe em uma espécie de centro intelectual do Brasil. Cabe dizer que mais um elemento pode caracterizar ainda mais o Rio de Janeiro como uma “cidade intelectual”: a Universidade do Distrito Federal (UDF). Tais instituições, todas, de alguma forma, imbricadas com o mundo das Letras, existiam unicamente na cidade do Rio de Janeiro (com exceção de São Paulo, que naquele período contava com uma universidade), ainda que houvesse em outras capitais brasileiras modelos parecidos.

A partir das prerrogativas de Ângela de Castro Gomes (1999), em suas reflexões acerca da intelectualidade carioca nas primeiras décadas do século XX, os órgãos mencionados anteriormente funcionavam como “referências impossíveis de serem ignoradas pelos intelectuais de todo o país, por reunirem as pessoas e os paradigmas de maior prestígio em inícios do século” (GOMES, 1999, p. 29). Certamente, o Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX deslumbrava muitos homens de letras do país. José Lins, provavelmente, se encantou pela cidade, incorporando-se rapidamente ao meio letrado da urbe.

Pelo ritmo anual de sua produção, bem como pela recepção da crítica e da afirmação em vendas, José Lins firma-se, já em 1935, como o autor de uma editora, a José Olympio³⁵, que lançou seus romances na forma de uma coleção intitulada *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, composta pelos livros: *Menino de engenho* (1932), *Doidinho* (1933); *Bangüê* (1934); *O moleque Ricardo* (1935) e *Usina* (1936) e *Fogo Morto* (1943).

No Rio de Janeiro, José Lins participou de eventos e atividades literárias, colaborou em jornais e revistas, escreveu romances e conviveu com vários intelectuais que viviam na capital carioca. Foi nesse espaço, última cidade em que morou, que escreveu em 1943 o seu décimo romance, considerado pela sua fortuna crítica como a obra maior de sua larga produção literária: *Fogo Morto*, dedicado ao intelectual carioca João Condé Filho³⁶ e

³⁵ Uma das casas editoriais de maior prestígio na época, cobiçada por aqueles em início de carreira e aqueles com uma trajetória já bem consolidada.

³⁶ Foi um procurador federal, nascido em Caruaru (1912), mas que viveu boa parte de sua vida no Rio de Janeiro, onde conviveu com vários literatos. Tornou-se relativamente famoso por ter

prefaciado por Otto Maria Carpeaux³⁷, ilustre crítico literário austríaco, residente desde 1939 no Brasil.

A troca de cartas era comum entre o romancista e Gilberto Freyre. Em carta de 1943, Zé Lins comunica a conclusão de um livro, no qual parece ter consciência de ter produzido uma obra-mestra, e não apenas mais um romance:

Ontem acabei o meu novo romance. Nada lhe posso dizer. Fiz de herói do livro um (trecho ilegível) de engenho, o Capitão Vitorino Carneiro da Cunha, vulgo Papa Rabo. Não sei se consegui vencer as dificuldades mas procurei dar ao meu velho Papa Rabo, um relevo de Quixote dos canaviais. É um tipo que diz tudo o que sente e que de nada tem medo. Tudo se passa no Engenho de Seu Lula, aquele (trecho ilegível) de que falo em “Bangüê” e “Menino de Engenho”. O livro se chama “Fogo morto”. A sugestão do engenho parado me deu o título (REGO, 1943).

Ao que tudo indica, Zé Lins não seguiu os conselhos do sociólogo, que em correspondência anterior manifestava ao amigo:

Já lhe devo ter dado minha impressão de Pedra bonita que acho bom, mas não dos seus romances mais fortes – acima de Moleque Ricardo, por certo, mas não no nível de Bangüê – para falar no mais romance dos outros. Si eu fosse V. não me deixaria levar por essa história de fecundidade e me concentraria para a produção mais demorada de um romance onde não houvesse repetição (FREYRE, 1938).

Fogo Morto traz um aspecto muito apontado e pouco abordado pela sua fortuna crítica: o retorno ao cenário da cana-de-açúcar. De 1936 até 1943, Zé Lins se distanciou da paisagem que lhe consagrou como romancista. Seu romance, *Usina*, livro publicado em 1936, foi sua última obra a se passar inteiramente na zona canavieira. “Com *Pureza* (1937), *Pedra Bonita* (1938), *Riacho Doce* (1939) e *Água Mãe* (1941) observamos uma incursão literária em outras paisagens, a composição de outros cenários, como a vila litorânea, o

organizado um arquivo formado por cartas e livros de vários escritores, o que lhe valeu o título de —o gari da literaturall. Ver: GRIECO, Agripino. Op. Cit., 1972, p. 301.

³⁷ OTTO Maria Carpeaux, ensaísta e jornalista, nasceu em Viena, (1900) e faleceu no Rio de Janeiro (1978). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa11008/otto-maria-carpeaux>>. Acesso em: 15 de Jan. 2018. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

sertão nordestino e a cidade do Rio de Janeiro” (FREIRE, 2014, p. 253). Uma possível explicação para essa ruptura de cenário pode ser o fato de o romancista querer expandir e diversificar sua obra literária, muito afeiçoada ao ambiente dos banguês. Ao tecer romances em outros espaços, era como se Zé Lins tentasse repelir as críticas de que era um escritor reduzido ao mundo dos engenhos. “O defeito da repetição tem sido o mais acentuado do estilo de Lins do Rego [...] E enfim, repetindo o processo construtivo de todos os seus livros” [...]. (ANDRADE *apud* REGO, 2010, p. 22).

A fortuna crítica sobre José Lins do Rego, profusa, sobretudo entre as décadas de 30 e 70 do século XX, parece mesmo ter estabelecido padrões para a recepção das obras do romancista, o que, inclusive, influencia e de certa forma condiciona essa recepção das obras por parte dos leitores contemporâneos, que, normalmente, já têm algumas representações antes mesmo da leitura de alguma de suas obras. Vejamos o comentário de Manuel Bandeira acerca de *Fogo Morto*,

Com “Fogo Morto” volta o menino de engenho aos seus banguês da Paraíba. Volta Zé Lins ao Nordeste, donde nunca deveria ter saído, porque só ali é que está em casa. Não quero dizer com isso que “Água Mãe” seja um mau romance. Não tivesse o romancista escrito mais nada, e o livro por si só lhe daria um lugar de destaque entre os nossos ficcionistas. [...] O engenho de Zé Lins não está de fogo morto como odo coronel Lua de Holanda. A nova “botada” foi magnífica. (A Manhã, 11 de dezembro de 1943).

“Fogo Morto” foi publicado em 1943, quando José Lins do Rego o já havia dado por encerrado, com *Usina* (1936), que ele mesmo denominou “*Ciclo da cana-de-açúcar*”. Num primeiro momento, podemos afirmar que aparece, assim, como obra síntese desse ciclo. O livro, consideravelmente bem aceito pela crítica e pelos leitores, teve sua primeira edição esgotada em pouco tempo, conforme anunciado no diário *A Manhã*: “(...) quatro mil exemplares vendidos em dois meses. Dentro de dias, porém, o editor José Olímpio lançará a segunda edição. *Fogo Morto* está sendo traduzido para o espanhol e será publicado, na Argentina, pela Nova Editora” (*A Manhã*, 22 de abril de 1944).

Ao nos debruçarmos sobre o jornal carioca *A Manhã*, notamos que a recepção de *Fogo Morto* foi bastante calorosa, a ponto de receber homenagens:

Os amigos e admiradores de José Lins do Rego, vosso ilustre colaborador, vão oferecer-lhe, ainda esse mês, um almoço pelo aparecimento do seu décimo romance “Fogo Morto”, e pelo lançamento simultâneo de reedições de seus livros anteriores. [...] “Fogo Morto” tem uma significativa edição especial no conjunto da obra de José Lins do Rego. O escritor brasileiro retomou o fio das histórias da área rural do Nordeste, realizando um romance que a crítica do país já consagrou, colocando-o entre as melhores obras de ficção dos últimos tempos. As listas de adesão para o almoço de homenagem a José Lins do Rego podem ser encontradas nas Livrarias José Olimpio e Civilização Brasileira e na Casa do Estudante do Brasil (*A Manhã*, 12 de janeiro de 1944).

A propriedade açucareira despedaçada foi o fulcro para a feitura de *Fogo Morto*. Sendo assim, desvelamos nas páginas desse romance, pela perspectiva ficcional, as práticas culturais de um engenho decadente, a forma como as pessoas viviam em um cenário, cujo esfacelamento conta de tudo e de todos. É perceptível a transição histórica entre dois estratos sociais, que ajudam a entender a própria decadência do engenho e dos sujeitos envolvidos na trama: o Mestre Amaro, o Capitão Vitorino Carneiro da Cunha e o Coronel Lula de Holanda. Notamos uma multiplicidade de visões, o que significa a própria fragmentação do mundo tradicional. “Embora todos se reportem ao mesmo problema, veem-nos de forma diferenciadas, conflitantes. Homens que agora pareciam perdidos entre dois mundos, entre o mundo patriarcal e o mundo burguês” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 196).

Deixando de lado seus antigos personagens, ou então colocando-os em segundo plano no decorrer da obra, o autor volta a sua atenção para o cenário dos engenhos: José Lins se volta para o engenho Santa Rosa. Contudo, o contexto natural do ciclo da cana-de-açúcar se mantém, permitindo que a trama se passe na região conhecida como zona da mata, às margens do rio Paraíba (também conhecida como várzea do Paraíba) e nas adjacências das cidades paraibanas de João Pessoa e Itabaiana. Iniciando-se em 1848, com a chegada do capitão Tomás Cabral de Melo e a posterior fundação do engenho Santa Fé, a narrativa ligeiramente se desenvolve nos primeiros dias de 1888, com a abolição da escravatura, e se sustenta nos primeiros anos do século XX.

Trataremos a seguir, sobre as categorias de análise adotadas para esta pesquisa: representações do coronelismo, práticas culturais, religião e poder.

Elementos imprescindíveis para compreendermos a sociedade representada por José Lins do Rego.

3.2. Representações de coronelismo

Em *Fogo Morto*, entra em cena o esfacelamento do engenho como uma tragédia coletiva, um processo que marcaria todos os grupos sociais, sem distinção. Zé Lins deu uma nova representação, com um ar mais refinado, ao tema do fim do patriarcado. Para representar a vida e morte do Santa Fé, o romancista optou pela divisão da narrativa em três partes, cada uma enfatizando personagens diferentes. A primeira parte, a mais longa do livro, *O mestre José Amaro*, versa sobre o seleiro de beira de estrada, morador do engenho Santa Fé. A próxima parte, a menos extensa, *O engenho de seu Lula*, dedicou ao senhor de engenho, o coronel Lula de Holanda Chacon. A derradeira parte, *O capitão Vitorino*, enveredou pelos caminhos do personagem principal do romance, o capitão Vitorino Carneiro da Cunha. Essa divisão não se deu de modo independente – são partes que conversam uma com a outra.

Seus três personagens principais vivem uma época de decadência invencível, pois “as safras do Santa Fé não davam cem pães. Diziam que o velho [Lula de Holanda] todo ano ia ao Recife trocar as moedas de ouro que o capitão Tomás deixara para a filha” (REGO, 2010, p. 64). O Santa Fé foi representado como um engenho de pouca produtividade, fato que acabou por comprometer a vida nesse ambiente, que em muito dependia do açúcar. Todavia, antes de decair, o engenho tinha sido próspero, sob o comando do capitão Tomás Cabral de Melo, que “chegara ao Pilar para ser senhor de engenho” [...] *levantou engenho, comprou moenda, vasilhame, e dois anos após a sua chegada ao Santa Fé, tirara a sua primeira safra* (REGO, 2010, p. 193-194).

A primeira safra pegara muito bom preço do açúcar, e ele mesmo saía com seus comboios, com a sua burrama para a cidade, levando a mercadoria para vender. Aquilo foi de um escândalo por toda a parte. Era mesmo um camumbembe.

Como era que um senhor de engenho se dava a uma posição daquela, sair acompanhando os cargueiros, como se fosse um feitor, um qualquer? E foi assim que o capitão Tomás conseguiu tirar do seu engenho o que ninguém podia imaginar. (REGO, 2010, p. 194).

O Santa Fé viveu dias de prosperidade, moagem a todo vapor, mas seu dono caiu em doença. Seu genro, o Lula de Holanda Chacon, não era homem para assumir a tarefa de senhor de engenho, então D. Mariquinha resolveu dar as ordens no seu engenho:

Custara-lhe muito tomar aquela decisão. Era urgente. Ela bem vira que no decorrer da safra que o genro não acudia às necessidades do engenho [...] E assim, tudo começou a depender das ordens de d. Mariquinha. Era a senhora de engenho [...] O Santa Fé não seria aquele da saúde do capitão Tomás mas ia andando com a energia da mulher de expediente de homem. Aquilo dera o que falar. Com um genro dentro de casa, a velha Mariquinha queria ser o homem da família (REGO, 2010, p. 220).

D. Mariquinha estava rompendo com o discurso naturalista de que a mulher era destinada aos afazeres domésticos e aos cuidados com as crianças. Era uma prática cultural estabelecida e transmitida pela própria educação que era dada pelas famílias aos seus filhos. A família tinha como autoridade máxima a figura do pai, pessoa que deveria ter o poder e o respeito. Quando a mulher se torna a senhora de engenho, um padrão de sociabilidade é alterado, uma afronta para o genro, que deveria assumir tal postura. “A mulher-macho era aí uma exigência da natureza hostil e da sociedade marcada pela necessidade de coragem e destemor constante” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 224).

O engenho Santa Fé passou pouco tempo sob a administração de d. Mariquinha. Os desentendimentos com o genro eram constantes, e após a morte do capitão Tomás, Lula de Holanda reivindicou o comando do engenho, mas o juiz concedeu os direitos à senhora de engenho, fato que tornou a convivência entre ambos muito amarga. Com o nascimento de Neném, a sua única neta, as coisas poderiam melhorar, contudo, o genro inconformado continuou a destratar a sogra. Em um trecho do romance, essa hostilidade fica bem clara. A menina estava doente, e a avó, sem se conter, foi acalentá-la. O genro chegou e [...] *gritou para a sogra como se fosse para uma negra: – Velha*

doida. D. Mariquinha fora de si [disse]: - Ponha-se daqui para fora desta casa. – Aqui mando eu também, dizia seu Lula. Aqui mando eu também” (REGO, 2010, p. 228). Não tardou, “todo o Santa Fé entristeceu com a morte da senhora [...] todos a ouviam, todos a amavam [...] Seu Lula seria dono de tudo [...] Seu Lula agora era o capitão Lula de Holanda. Os negros do Santa Fé mingravam (REGO, 2010, p. 228-229). As práticas seriam outras.

Dias depois da morte de d. Mariquinha, seu Lula, todo de luto reuniu os negros no pátio da casa-grande e falou para eles. A voz não era mais aquela mansa de outros tempos. Agora seu Lula era dono de tudo. O feitor, o negro Deodato, recebera as suas instruções aos gritos. Seu Lula não queria vadiação naquele engenho. Agora, todas as tardes, os negros teriam que rezar as ave-marias. Negro não podia andar de reza para são Cosme e Damião. Aquilo era feitiçaria. (REGO, 2010, p. 229).

A imagem que todos tinham do coronel Lula de Holanda era a de um homem sem postura para comandar as rédeas do engenho e que passou a tomar medidas drásticas para ser respeitado. A patente de coronel por si só já carregava as marcas da tessitura do tempo: “o coronel recebe seu nome da Guarda Nacional, cujo chefe do regimento municipal investia-se daquele posto, devendo a nomeação recair sobre pessoa qualificada, em regra detentora de riqueza, à medida que se acentua teor de classe da sociedade” (FAORO, 1979, p. 622). Um homem que levava a vida a ler jornais, balançando-se numa rede nos alpendres da casa-grande, alheio à vida que o cercava.

Seu Lula deitado na rede, brincava com a filha, no ponto de engatinhar. Os cabelos louros da menina, de riso doce, os olhinhos azuis amansavam as fúrias do novo senhor. À tarde, o feitor chegava para dar conta dos serviços. Era como se falasse com um estranho. Seu Lula não saía para olhar os trabalhos. Dentro de casa, na rede do alpendre, ficava o dia inteiro lendo jornais [...] E foram-se assim os anos (REGO, 2010, p. 229).

De forma gradual, as safras foram diminuindo, mas isso não era motivo aparente para o capitão Lula demonstrar a decadência. Continuava indo com a família para a igreja do Pilar, aos domingos. Quando passava pelas estradas que cobriam a sua propriedade, ostentava a grandeza que não mais tinha:

Então, muito de longe, começavam a soar as campainhas de um cabriolé. O mestre José Amaro se pós de pé. Vinha passando pela sua porta a carruagem do senhor de suas terras, do dono de sua casa. Era o coronel Luís César de Holanda Chacon, senhor de engenho do Santa Fé, que passava com a família. Tirou o chapéu para o Mestre Amaro. As senhoras do carro olharam para ele [...] Era o cabriolé do coronel Lula enchendo de grandeza a pobre estrada que dava para o Pilar (REGO, 2010, p. 43).

A relação do coronel Lula de Holanda com o seleiro Mestre Amaro não era das mais amistosas. Eles viviam em constante processo de conflito, que se acentuou com os comentários do capitão Vitorino Carneiro da Cunha, que foi até o engenho Santa Fé, vangloriando-se que o seleiro iria votar no seu candidato nas próximas eleições, situação que deixou o mestre Amaro numa situação delicada com o seu senhor.

- O capitão Vitorino anda dizendo que o mestre vai votar contra o coronel José Paulino e o meu padrinho mandou falar com o senhor para tomar cuidado.

[...] - Seu Floripes pode dizer ao coronel que o mestre José Amaro não é escravo de homem nenhum. Eu voto em quem quero. O meu compadre Vitorino me falou neste negócio de eleição, e eu nem mesmo sei o que é que ele quer (REGO, 2010, p. 65).

Esse é um dos temas que ganha força na narrativa de José Lins: a questão das lutas pelo poder, ou, por assim dizer, “lutas de representação”, tal como expressava Chartier (1990). Um caso particular é o conflito em torno da expulsão do mestre Zé Amaro, que gerou impasse e que se resolveu apenas com a intervenção do cangaceiro Antônio Silvino e seu bando, que se colocaram a favor do mestre. Eis que o mestre começou a ser o centro dos boatos espalhados pelo personagem Floripes, que era afilhado do coronel Lula de Holanda e morador agregado da casa-grande do engenho Santa Fé. Segundo o rapaz, o mestre Zé Amaro se transformava em lobisomem durante as noites, passando a vagar pelo Santa Fé e pelos engenhos vizinhos. O boato se espalhou rapidamente, ficando cada vez mais complicado desmentir Floripes, pois, de fato, o mestre tinha a prática de sair para caminhar durante as noites escuras quando algo estava a lhe perturbar.

Floripes começa a insinuar para o padrinho que o mesmo deveria expulsar José Amaro de sua propriedade, já que o mestre poderia ter alguma relação com as forças mágicas, e isso era algo muito temido pelo coronel, que era muito ligado à fé católica. Logo a notícia de que o coronel vai retomar a terra ocupada pelo mestre também se espalha, o que acaba por gerar uma situação muito difícil para o mestre e sua família.

O coronel mandou chamar o mestre para uma conversa na casa-grande:

- Muito boa tarde, coronel Lula.

O velho baixou os olhos vidrados para cima dele, procurando reconhecê-lo.

- Hein, é o senhor José Amaro, hein?

- Sim, sinhô, coronel, sou eu mesmo.

Sem saber o que fazer ficou o mestre, um instante, parado, com o velho a olhar para ele fixamente. Depois, a voz do homem explodiu como uma fúria:

- Hein? Não disse que não vinha aqui, hein, seu José Amaro?

- Não disse tal, coronel.

- Ó Floripes, ó Floripes - gritou o velho.

[...]

O mestre sentiu o sangue ferver-lhe nas veias. Estava estarecido, com uma vontade desesperada de falar.

- Ó Floripes!

- O coronel está mal-informado. Eu não disse a ninguém que não vinha aqui.

Apareceu Floripes, e quando viu o mestre recuou. Os olhos amarelos do seleiro gravaram-se nele, como duas verrugas.

- Não foi, Floripes, o sr. José Amaro não lhe disse, hein, que não vinha ao meu chamado?

O negro não falou.

- Não lhe disse, hein?

- Disse, meu padrinho!

- É mentira desse negro safado. Floripes correu para dentro de casa gritando:

- Ele me mata, meu padrinho.

O velho Lula olhou para o mestre José Amaro. A cara gorda, enorme, do seleiro estava ali a dois passos dele.

- Quem é que manda neste engenho, hein, mestre José Amaro? De quem é esta terra, hein, mestre José Amaro?

- O senhor sabe melhor do que eu, coronel,

[...]

- Hein, mestre José Amaro, eu mandei chamá-lo para saber de coisas que o senhor anda dizendo, hein?

Coronel, eu não sei de nada. Vivo na minha casa, do meu trabalho.

Quem manda nesta terra, hein, mestre José Amaro?

- Quem manda é o senhor do engenho.

- Mando eu, hein, mestre José Amaro? (REGO, 2010, p.174).

Percebemos que uma das questões centrais está na discussão acerca de quem possui ou não direitos numa propriedade dominada por senhores de engenho, que, comumente, transformam as vilas num espaço de continuidade do engenho, nas “bagaceiras de engenho”. A representação da autoridade no engenho é centrada na importância simbólica e cultural exercida pelo coronel, com o seu poder de abrigar e obrigar os seus moradores às suas vontades.

Com o tempo, o engenho Santa Fé já não dava as safras necessárias para a sobrevivência da família do coronel.

[...] José Paulino passava no Santa Fé para oferecer ao vizinho a patente de tenente-coronel do batalhão da guarda nacional que o governo pedira para ele organizar no Pilar. O tenente-coronel Lula de Holanda não deu importância à patente. Era mais uma proteção de seu vizinho que ele recebia como esmola (REGO, 2010, 247).

O agora, tenente-coronel Lula de Holanda já era um homem de idade, doente, desgostoso com a vida, não havia casado a sua única filha, vivia a rezar no quarto dos santos: “ninguém gostava do velho Lula de Holanda, mas ao vê-lo, com barbas até o peito, todo preto de olhar duro e fala rompante, todos o respeitavam. Era um homem sério” (REGO, 2010, p. 261). O coronel José Paulino foi lhe pedir para lançar a sua candidatura à Presidência da Câmara.

Queria ter um Luís César de Holanda Chacon como paumandado. Era o prefeito, era o mandão, e desejava um homem como ele, para presidir o Conselho Municipal, para fazer figura perto dos outros senhores de engenho. Tinha o Lula do Santa Fé, homem de bem, de boa família, de gente grande de Pernambuco, como presidente da Câmara. Estava muito enganado. Só aos pés de deus era que ele se sentia pequeno, um nada, um pecador. O coronel José Paulino que fosse procurar outro para fazer figura (REGO, 2010, p. 265).

Aqui podemos perceber que não se tratava de um pedido simples, mas de um homem importante, que no tempo interno da narrativa estava com o engenho Santa Rosa moendo a todo vapor, sem eventuais sinais de crise. O Lula de Holanda não exerce as funções esperadas para um senhor de engenho em comparação com aqueles que estão fora de sua dominação territorial, mas,

que de alguma forma, possuem alguma relação de dependência em relação ao senhor de engenho. Ou seja, o coronel Lula de Holanda não alterava a vida no Pilar, não era homem envolvido nos assuntos da Igreja, do Partido, não ampliava suas áreas de mando, não criava vínculos de dependência com quem fosse para manter a sua dominação. Apenas vivia isolado no seu engenho.

E assim, o Santa Fé foi se tornando o “engenho sinistro da várzea”, com os negros morrendo com os maus tratos e os senhores reclusos. Com o passar dos anos, as safras do Santa Fé reduziam, o coronel Lula envelhecia e o mato tomava conta da paisagem:

[...] não devia, não tomava dinheiro emprestado. Todas as aparências de senhor de engenho eram mantidas com dignidade (...) A casa-grande só tinha uma negra para cozinhar. E enquanto na várzea não haviam mais engenhos de bestas, o Santa Fé continuava com as suas almajarras. Não botava máquina a vapor (REGO, 2010, p. 260).

Dessa forma, a casa-grande do Santa Fé se escondia dos olhos dos seus vizinhos, fossem eles ricos ou pobres. Embora a produção fosse mínima, o Santa Fé ainda continuava respirando. Escapando ao conhecimento do marido, era D. Amélia quem continuava sustentando o engenho, fosse pedindo ajuda ao coronel José Paulino, usando seu dinheiro reservado para o conserto das peças do engenho, ou com a venda de ovos, tudo isso feito em segredo, pois se temia o que “a canalha” iria dizer se soubesse que “um senhor de engenho [era] sustentado pelo trabalho de sua mulher!” (REGO, 2010, p. 268).

Aquilo era muito bonito quando não havia necessidade dentro de casa, quando a senhora do engenho trabalhava como brinquedo como aquela d. Emília do Oiteiro, que ganhou um dinheirão vendendo cocada para os cassacos da estrada de ferro. Todos achavam muito bonito o seu esforço, era muito louvada pela sua vontade. Mas, se soubessem que a senhora do Santa Fé vendia ovos para sustentar a casa-grande, fariam mangação (REGO, 2010, p. 268).

Um dos principais pontos do texto que corrobora para a representação da decadência do coronel Lula de Holanda foi a passagem do capitão Antônio Silvino pelo seu engenho. Tratava-se de uma conversa, e o capitão queria que

o coronel atendesse ao seu pedido, de não mandar embora o seu protegido, o mestre Amaro.

- Como foi, Amélia, hein, o que ele quer?

-Tenho nome, coronel, tenho nome. Estou aqui para fazer boa paz.

[...] – Coronel, como eu disse, estou em boa paz. Não ando matando e esfolando como os mata cachorros. Agora quero também que me ajude. Eu mandei uma carta ao senhor para lhe pedir proteção para um morador seu. Vejo que o senhor deixou o homem onde estava! Nele não se bole. Homem que merece a minha proteção eu protejo mesmo. Protejo na ponta do punhal, na boca do rifle. Isto infelizmente, o coronel sabe.

[...] – Coronel, eu sei que o senhor tem muito dinheiro.

- Capitão, não há ouro nenhum.

- O velho sabe onde tem a botija.

- Como ?

-Como o que?

Os cangaceiros se riram.

[...] – Minha senhora, mulher velha eu sempre respeito. Minha mãe sempre me dizia: “toma cuidado com mulher velha”. Eu estou falando com o coronel. E ele parece que não me dá ouvido.

Seu Lula, abatido, olhava para o capitão como se quisesse dizer alguma coisa e não atinasse:

- Capitão, nada tenho.

[...] O velho Lula continuava parado indiferente à arrogância do homem. D. Amélia avaliava o perigo que corriam.

[...] O capitão, então, gritou:

-Meninos, o povo desta casa está mesmo nos escondendo o leite. Aqui tem coisa e tem que sair a força. Godói, pega o velho.

D. Amélia correu para os pés do capitão:

- pela Santa Virgem, não faça uma coisa desta.

[...] Levaram seu Lula que começou a tremer, os olhos vidrados.

[...] Mas quando ia mais adiantada a destruição das grandezas do Santa Fé, parou um cavaleiro na porta. Os cangaceiros pegaram os rifle. Era o coronel José Paulino, do Santa Rosa.

[...] Soube que o senhor estava aqui e aqui estou para receber as suas ordens. Se é dinheiro que quer, eu tenho pouco, mas posso servir.

[...] Vitorino, quase que se arrastando, chegou-se para o chefe e lhe disse:

- Capitão Antônio Silvino, o senhor sempre foi da estima do povo. Mas desse jeito se desgraça. Atacar um engenho como este do coronel Lula, é o mesmo que dar surra em cego. (REGO, 2010, p. 339- 344).

O engenho santa Fé recebeu a visita de todos os outros senhores de engenho da várzea paraibana, e a notícia se espalhou. Esse momento assinala o início da decadência completa da propriedade de seu Lula. Zé Lins, ao representar a decadência do engenho a partir de um senhor de engenho que não combinava com tal tarefa trouxe à tona, novamente, o problema da herança patriarcal. Afinal, o que ocasionou o desaparecimento do banguê foi a ausência de homens fortes, que sabiam dar ordens, gritos e faziam ser temidos. O fato de não ter encontrado herdeiros acabou por ser contundente para o esfacelamento dos engenhos.

Lula de Holanda foi representado diversas vezes com essa marca de tradição despedaçada, em detrimento de um novo tempo, uma nova sociedade, que não se encaixava nos moldes do mundo patriarcal. Uma das explicações para a decadência do engenho se sustenta na falta de homens como Tomás Cabral e José Paulino, sujeitos que cedo estavam de pé a corrigir a sua propriedade e que não baixavam a voz para os cabras do eito.

3.3 Práticas culturais, religião e poder

Nem só de mandos e desmandos viviam os personagens de Zé Lins, pois eles tinham as suas práticas culturais: o Lula de Holanda, por exemplo, ia à missa com a família aos domingos, pois lá “os senhores ficavam mais perto de Deus. Eles é que podiam ter aquele luxo, aquela intimidade de mais perto com o Todo-Poderoso, com o grande céu” (REGO, 2010, p. 248). Tocamos aqui no aspecto religioso do coronel, pois “seu Lula rezava [...] agora era assim, o amor de Deus o absorvia inteiramente, naqueles instantes. Quando o cônego Frederico elevava ao Senhor o cálice de ouro e as campainhas tocavam na igreja, ele sentia-se uma vítima dos homens” (REGO, 2010, p. 249).

“A febre de rezar, de orações intermináveis o tomava por completo. A família o acompanhava nas novenas, nos terços, na leitura estafante do livro de orações que ele lia, devagar, com a voz pastosa, como se quisesse comer as palavras” (REGO, 2010, p. 253). Zé Lins atribui alguns sistemas de significação ao coronel Lula de Holanda, tal como a representação de homem que tinha “uma fé de Deus para ele viver” (REGO, 2010, p. 271). Contudo, para a credence do povo, a figura de seu Lula continuava sendo a “de um homem marcado pelo demônio” (REGO, 2010, p. 271).

Viam a piedade, a cara de tristeza, a cabeça baixa de senhor de engenho, quando se levantava para a mesa da comunhão. Tudo não passava de artimanha, de solércia, de hipocrisia. Lá dentro de seu coração estava a peçonha venenosa, o ódio contra todos os homens. Por isso o Santa Fé ficara um engenho de maldição [...] Por toda a parte corria das rezas que seu Lula fazia em casa como de marmota de feitiçaria. Ele dera para beato para iludir o povo (REGO, 2010, p. 272).

Com tantos boatos acerca de seu Lula, não tardou para que o padre fosse averiguar de perto. Ao visitar o engenho Santa Fé, foi recebido cerimoniosamente pelo coronel:

Levou-o para o quarto dos santos e o padre Severino pôde ver a beleza do santuário de Jacarandá, o Cristo de marfim, a imagem de são Severino dos Ramos no seu caixão, fardado, de espada de lado, com aquela bondade imensa. A lâmpada de prata iluminava o sombrio do quarto, e as estampas pelas

paredes, nas molduras de pau-preto, a grande cruz de madeira, no quarto, tudo era da mais severa religiosidade (REGO, 2010, p. 272).

Outro personagem foi alvo das crendices do povo: o mestre Amaro. Como a sua casa ficava na beira da estrada, era costume as pessoas cumprimentarem o seleiro. Um dia, o negro Manuel de Úrsula passou por ali, ofereceu um animal, fruto das suas noites de caçada pela várzea, que não agradou ao mestre:

O capim ficou melado de sangue. Aquele sangue escuro fazia mal ao seleiro. Teve náusea; não podia ver sangue de bicho. E com terra molhada cobriu as manchas de sangue. [...] Não teve coragem de botar aquele bicho fora. [...] o seleiro estava possuído de paz, de terna tristeza; ia ver a lua [...] foi andando de estrada a fora, queria estra só, viver só, sentir tudo só. A noite convidava-o para andar. Era o que nunca fazia. [...] e foi andando [...] Vinha vindo um vulto de branco. Esperou que ele passasse. Era um portador do Santa Rosa, o negro José Guedes.

- Boa noite, mestre Zé; procurando alguma coisa?

-Andando, estirando as pernas.

[...] Quis andar para mais longe [...] e deparou com a negra Margarida, que ia pescar.

- Que fez por aqui, mestre José Amaro?

Deu uma desculpa qualquer e voltou para o outro lado [...] No outro dia corria por toda a parte que o mestre José Amaro estava virando lobisomem. Fora encontrado pelo mato, na espreita da hora do diabo; tinham visto sangue de gente na porta dele (REGO, 2010, p. 61).

A dicotomia que envolvia os aspectos religiosos é um elemento de destaque na própria arquitetura dos romances regionalistas, e em *Fogo Morto* é representada como uma prática cultural que revelaria a essência regional. A “crendice do povo” como diz Zé Lins tinha o poder de criar uma significação para os personagens: seu Lula, o “feiticeiro”, mestre Amaro, o “lobisomem”, capitão Vitorino, o “papa-rabo”.

No dia da abolição, os negros do Santa Fé fizeram festa e foram para a frente do engenho, radiantes de alegria, pois, antes desse acontecimento, as atividades festivas precisavam da autorização do senhor de engenho,

[...] Os negros cantavam no pátio, com fogueira acesa. Ninguém dormiu naquela noite. [...] A cantoria era de coco, era de reza, e ao mesmo tempo parecia um bendito de igreja [...] Os negros dançavam de alegria, na festa da liberdade. Os negros de seu engenho, os que foram de seu pai, estavam no coco fazendo o que bem quisesse (REGO, 2010, p. 235-237).

Ter acesso ao mundo das letras era um privilégio, uma prática possível apenas aos filhos dos senhores de engenho. Seu Lula de Holanda investiu na educação da sua filha, com as moedas de ouro deixadas pelo capitão Tomás para a educação de Neném. Mandou a filha para colégio de Recife e de lá *“viera do primeiro ano do colégio das freiras, cheia de devoção, com modos de moça [...] seria a sua filha a moça mais bem-educada da várzea”* (REGO, 2010, p. 232-233). Os cuidados com a filha eram demasiados. Ele tinha uma filha que sabia das letras, e não era qualquer um que poderia casar com ela. Na verdade, *“não havia nenhum, todos seriam da mesma laia, sem educação, sem finura para marido da moça que era da mais fina, da mais rara formação. Não casaria sua filha com bagaceira de engenho”* (REGO, 2010, p. 240). Em uma das festas do coronel José Paulino, a família do seu Lula foi ao Santa Rosa, *“as danças iam até tarde e, não havia rapaz que tivesse coragem de tirar a moça do Santa Fé para dançar. Ficava ela de lado indiferente à alegria das quadrilhas, como um fantasma, branca de olhos fundos, de cabelos penteados como velha”* (REGO, 2010, p. 261).

Escapando às amarras e diálogos entre os personagens, Zé Lins lança mão de algumas cantorias pela voz de José Passarinho, um cachaceiro que vivia pelas terras do Santa Fé:

*Quem matou meu passarinho
É judeu, não é cristão,
Meu passarinho tão manso
Que comia em minha mão*

*Quando eu vim da minha terra
Muita gente me chorou
E a danada de uma velha
Muita praga me rogou* (REGO, 2010, p. 105).

José Passarinho não tinha família, *“tinha os olhos vermelhos, um trapo imundo como roupa, os pés comidos de frieira”* (REGO, 2010, p.89), era solto

no mundo, mas “*pode ser até mais feliz que muita gente*” (REGO, 2010, p. 105). As suas cantorias eram mais tristes quando não bebia:

*Filho que fiz isto ao pai
Bem merece ser queimado,
Por sete carros de lenha
E por mim bem atiçados.*

*Filho que fez isto ao pai
Bem merece ser degolado,
Por sete folhas de navalhas
E por mim bem afiados (REGO, 2010, p. 2015).*

As cantorias do negro Passarinho doíam no mestre José Amaro, que se via representado pela história de dom Carlos e d. Branca, a filha do rei. Passarinho sabia de tudo. Vai d. Branca ser enfocada. Mas o namorado salva a coitada da fúria do pai. Vestido de frade, dom Carlos de Monteval arrebatou d. Branca para os seus palácios:

*Tende mão, minha justiça
Minha justiça real:
Esta princesa que vedes
Meus palácios vai gozar. (REGO, 2010, p. 109).*

José Passarinho ganhara esse apelido porque, quando estava sóbrio, vivia a cantar com a voz triste as histórias que ouvira desde pequeno, umas sobre mágoas de amor, outras sobre os versos em cordel das sagas medievais que se espelharam pelo Nordeste. Passarinho vagava pelos cantos sem destino certo, informando sobre os acontecidos no Pilar, e as aventuras do capitão Vitorino sempre lhe rendiam muitas histórias.

-Mestre Zé, a coisa no Pilar está pegando fogo. Seu Vitorino já andou ontem por lá, com um parça atrás dele como ordenança. Esta dizendo que o doutro juiz quer botar o major Quinca Napoleão na cadeia por causa que deram na cabeça do velho. Ô velho doido. Ele estava dizendo na porta da cadeia que coisa gente na faca. Está de punhal, mostrando a todo mundo (REGO, 2010, p. 89).

Quando se falava no capitão Vitorino Carneiro da Cunha, logo percebemos alguns fios que remetem ao tempo interno da narrativa, publicada em 1943, que é anterior ao da narrativa de *Menino de engenho* (1932). Esse novo quadro temporal interno das narrativas, consideradas como um todo,

pode nos ajudar a elucidar o silêncio em relação às usinas em *Fogo Morto*: o tempo interno do romance, equivalente ao tempo externo, abarca desde o ano 1848 até o ano de 1911, período do mandato do Marechal Hermes da Fonseca: “surgiu a candidatura do Coronel do Exército Rego Barros, ao Governo do Estado, que agitou os elementos descontentes com a situação dominante” (LEAL, 1989, p. 224).

Essa candidatura é defendida na obra pelo personagem Vitorino Carneiro da Cunha, como uma forma de salvar a Paraíba das oligarquias que a dominam. Essas oligarquias são formadas, em grande medida, pelos coronéis, de modo especial, os senhores de engenho, que ainda contam com poderes, apesar do vagaroso processo de decadência em que estão inseridos. “*Vem aí o coronel Rego Barros, é militar, é homem de dar razão a quem tem. Vai ser governador. Ladrão com ele é na cadeia*” (REGO, 2010, p. 56). Essa é a postura adotada pelo capitão durante toda a obra: “*eu quero é ver aqui, quando o coronel começar as asas dos grandes. E ele tem que tomar conta, nem que corra sangue [...] voto no coronel para dar ensinamento nesta cambada*” (REGO, 2010, p. 165).

O Capitão Vitorino é apresentado como um personagem que desconsidera a divisão hierárquica da sociedade, e, para ele, o fato de ser branco lhe confere autoridade: “*sou tão branco quanto você, seu coronel. Sou homem para tudo*” (REGO, 2010, p. 300). Ligado ao coronel José Paulino por laços de parentesco, é, entretanto, um homem pobre, fato que lhe possibilita transitar com facilidade entre todas as esferas sociais, identificando-se ora com os homens ricos, ora com os homens pobres, de acordo com a situação que lhe fosse favorável, mas nunca se considerava um homem decadente. Zé Lins teceu alguns comentários que nos ajudam a compreender um pouco a essência do seu capitão Vitorino:

De fato, Manuel Bandeira tinha razão? Quando comecei o *Fogo Morto* era como se tivesse retornado ao lar paterno. Tema e povo confraternizam com o escritor desterrado. Escrevi este livro num ímpeto, personagens me dominaram, mulheres e homens em sofreguidão queriam me dar tudo o que tinham, alma, corpo, dores e alegrias. Foi aí que me apareceu, como um milagre que tivesse sobrepujado a minha memória, o grande capitão Vitorino Carneiro da Cunha, velho que atormentei na infância e que conheci como bobo de Engenho,

com a sua cara raspada de palhaço com e os seus gestos intempestivos e desabusados (*Diário de Pernambuco*, 30 de janeiro de 1944).

O capitão Vitorino era determinado, e quando soube que o coronel Lula havia dado três dias para que o mestre José Amaro saísse da sua propriedade, foi logo falar com o coronel. Acreditava que poderia defender o seu compadre. A conversa não saiu como o esperado;

[...] o diabo do Lula quis gritar para mim e se arrependeu. Tomei a causa do compadre José Amaro. Da propriedade ele não sai assim como o velho quer. Comigo não se brinca. Sou homem da lei, mas se querem na ponta do punhal é comigo. Se não fosse a prima Amélia eu dava um ensinamento no malcriado do marido. Vitorino Carneiro da Cunha não leva grito para casa.

De acordo com a fala do capitão Vitorino, o seu poder é capaz de se contrapor ao poder do coronel, mesmo quando é apedrejado pelos moleques, ou na ocasião em que foi preso e apanhou, por conta do seu modo de se expressar. O capitão Vitorino Carneiro da Cunha virou notícia no jornal, que o colocava como um “*cidadão pacatíssimo, homem de convicções firmes, que punha os interesses de sua terra acima de sua conveniência de família [...] com isto Vitorino encheu-se de mais importância [...] ninguém como ele conhecia de política*” (REGO, 2010, p. 318-319). Contudo, uma notícia mudou alguns rumos políticos do capitão: seu filho Luís veio visitar a família, e, embora não fosse formado como seu Juca do Santa Rosa, tinha patente, tinha comando. Todo mundo sabia que o seu filho era da Armada.

Vitorino saía com o filho, de engenho em engenho, exibindo-o com orgulho desmedido. Calava-se para ouvir o rapaz na conversa. Parecia outro homem. Os moleques, os meninos dos engenhos, não gritavam mais para ele. Lá vinha ele na burra velha, e todos olhavam para o filho, de farda de casimira, e se pasmavam de vê-la, na elegância, no porte, na maneira enérgica de falar. Era o filho do velho que tanto aperreavam (REGO, 2010, p. 321).

Podemos notar que as representações dos personagens são ambíguas, dão margem para outras interpretações, outras leituras. O coronel Lula de Holanda, ao mesmo tempo em que é representado como um homem

reservado, autoritário, mas que não teve coragem suficiente para expulsar Antônio Silvino do Santa Fé, tornou-se um homem doente, decadente. O mestre José Amaro não suportou as amarguras que a vida lhe impôs: uma filha doente, uma esposa que o culpava por isso, expulso do lugar em que criou raízes, preso sob acusação de ajudar o cangaço, tudo isso fez com que tirasse a própria vida. O capitão Vitorino Carneiro da Cunha, destemido, tradicional, seria uma típica representação de um homem que buscava o poder. “*E o Santa Fé quando bota, Passarinho? – Capitão, não bota mais, está de fogo morto*” (REGO, 2010, p. 382). Não era só o engenho que estava de fogo morto; aqueles homens estavam perdidos entre dois extratos de tempo.

Considerações Finais

Acompanhamos alguns traços que possibilitam inferir que a História não perde fôlego ao se aproximar de outras manifestações do saber. Vimos que José Lins do Rego teve a sua trajetória marcada por um forte relacionamento com o mundo dos engenhos, com o Nordeste tradicionalista. No interim de sua formação, estabeleceu algumas trocas intelectuais nas diversas cidades em que residiu.

A cidade do Recife era considerada, na época, um dos principais meios intelectuais do Brasil. Zé Lins não poderia estar alheio às manifestações que ali se desenvolveram, pois as pessoas com as quais se relacionava também partilhavam da mesma ideia de pertencimento cultural. Os primeiros escritos para os jornais serviram de sustentáculo para que, posteriormente, ele tomasse impulso, e também pelas influências intelectuais da época para que escrevesse seus romances. O curso de Direito serviu como um trampolim para outras concepções de sua intelectualidade. A boemia, o jornalismo e a vida política chamaram mais a sua atenção.

Das “rodas literárias”, ou seja, dos encontros que a sociabilidade intelectual partilhava em Maceió, José Lins do Rego não esteve ausente. Pelo contrário, pudemos perceber que o romancista paraibano participou das manifestações culturais ligadas às rodas literárias maceioenses.

Apresentamos alguns marcos históricos que balizam o contexto de escrita do romance regionalista de Zé Lins. Manifestações políticas e culturais se entrelaçaram no processo de institucionalização da ideia de decadência. Uma noção que não foi construída inocentemente, pois houve diversas lutas de representação envolvidas nessa questão, que passou pelos mais diversos campos de atuação.

Quando o romancista foi para o Rio de Janeiro, a sua produção literária estava em crescimento. Já tinha publicado grande parte dos romances do “ciclo da cana-de-açúcar” e, em paralelo, colaborou para a imprensa, escrevendo outros romances e crônicas que não tomavam por cenário o engenho. Mesmo assim, em 1943, publica *Fogo Morto*, livro que é considerado pela crítica como a sua obra-prima. *Fogo Morto* pode ser entendido como uma síntese do que foi a retomada do ciclo provisoriamente deixado de lado por Zé Lins, mas,

também, nessa ótica, como ponto de partida, pois em várias passagens do texto, notamos cenários que antecedem a narrativa das outras obras do “ciclo da cana-de-açúcar”.

Podemos depreender que a literatura regionalista de Zé Lins anuncia o fim daqueles homens grandiosos, heróis de uma sociedade tradicional, cuja cultura é notadamente masculina, com homens que só continuam vivos como literatura. O romance de Zé Lins, ao mesmo tempo em que busca evitar que essa memória saudosista se perca, parece representar o próprio reconhecimento de que “não se fazem mais homens como antigamente”, de que esses homens épicos só vivem nas páginas de seu romance.

Contudo, podemos notar que as práticas culturais não passaram despercebidas à imaginação de Zé Lins. A sociedade patriarcal nordestina pode ser representada de outras maneiras que não só à luz da ideia de decadência. Consequentemente, é uma tarefa árdua tentar se desvencilhar dela, mas pudemos constatar que as personagens frequentavam outros espaços que não só o mundo dos engenhos. O coronel Lula de Holanda, ao mandar a sua única filha para um colégio de freiras na capital pernambucana, garantiu que, ao retornar para casa, tinha adquirido modos de moça, que a tornavam distinta e ainda mais resguardada pelo pai. Aos domingos, o cabriolé de seu Lula de Holanda atravessava a várzea com a sua família. Ir à missa naquele dia era destino certo, mesmo que fosse para impor um estilo de vida que já não podiam mais sustentar, já tinha se esfacelado. Contudo, nem só de decadência viviam as personagens, pois havia José Passarinho, que cantarolava fatos que não faziam parte da cultura do açúcar, o que surpreendia o mestre Amaro, admirado com os conhecimentos do cantador.

A narrativa de José Lins do Rego é marcada pelo status de um descendente do patriarcado açucareiro que resolveu narrar acontecimentos importantes da sua juventude, mas que não deixa de demonstrar a sua saudade, a sua memória, o seu elogio e o seu interesse para que aquele mundo não se perca, que as tradições e a forma de poder vigente não sejam esquecidas. O que podemos destacar é que, aos olhos de um literato, também é possível perceber como as relações sociais acabam por se tornar questões de ordem cultural. A relação entre História e Literatura demonstra ser uma via de acesso possível para compreendermos o mundo como representação.

Referencial Bibliográfico

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana; São Paulo: Cortez. 2011.

_____. De amadores à Desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente. **Trajetos**, Fortaleza, v. 03, n. 06. p. 43-66, 2005.

_____. História e Literatura. In: _____. **História a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007. p.19-97.

_____. **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008.

_____. **Nordestino: uma invenção do “falo” - uma história do gênero masculino (1920-1940)**. 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALVES, Ricardo Luiz Pedrosa. **O engenho e a arte: a visualização do engenho de cana-de-açúcar em José Lins do Rego**. 2010. 168f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Letras, Curitiba, 2010.

ANDRADE, Carlos Drummond de. José Lins. In: REGO, José Lins do. **Menino de engenho**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002, p. 19-27.

ARRAIS, Raimundo. **A capital da saudade: destruição e reconstrução de Recife em Freyre, Bandeira, Cardoso e Austregésilo**. Recife: Bagaço, 2006.

ARAÚJO, Nelton. **Imprensa e Poder nos anos 1930: uma análise historiográfica**. Disponível em: www.ufrgs.br/.../Imprensa%20e%20Poder%20nos%20anos%201930.pdf. Acesso em 20 jul. 2013.

ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 191-228.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Modernismo e regionalismo no Brasil: entre inovação e tradição. **Tempo soc**. São Paulo, v. 23, n. 2, p. 191-212, Nov. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01030702011000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08. abr. 2016.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e regionalismo: os anos 20 em Pernambuco**. 2. ed. João Pessoa: Ed. da UFPB, 1984.

AZEVEDO, André N. A Reforma Passos: uma tentativa de integração urbana. Rio de Janeiro: **Revista Rio de Janeiro**, n. 10, 2003.

BARBOSA, Francisco de Assis. Foi a velha Totônia que me ensinou a contar história. In: CONTUTINHO, Eduardo F.; CASTRO, Ângela B. (Orgs.). **Fortuna crítica**: José Lins do Rego. Rio de Janeiro/João Pessoa: 1991.

BARROS, Souza. **A década 20 em Pernambuco**: uma interpretação. Rio de Janeiro: Graf. Ed. Acadêmica, 1972.

BORDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 181-191.

BORDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia do campo científico. São Paulo: UNESP, 2014.

BUENO, Luís. **Uma história do Romance de 30**. São Paulo: Editora da USP; Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.

CABRAL, Maria Wellitana de Oliveira. **A construção do coletivo em Fogo Morto de José Lins do Rego**. 2009. 123f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 7. ed. São Paulo, Editora Nacional, 1985, 2002.

CARONE, Edgar. **A república velha (instituição e classes sociais)**. São Paulo: Difel, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: Uma discussão conceitual. In: **Dados**, Rio de Janeiro, v 40, nº 2, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-2581997000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08. mar. 2015.

CASTELLO, José Aderaldo. **José Lins do Rego**: modernismo e regionalismo. São Paulo: Edart, 1961.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In:____. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 65-109.

CHAGURI, Mariana Miggiolaro. **Do Recife nos anos 20 ao Rio de Janeiro nos anos 30**: José Lins do Rego, regionalismo e tradicionalismo. 2007. 211f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1990.

_____. **As escritas do lugar**. Regiões e regionalismos em José Lins do Rego e Érico Veríssimo. 2012. 394f. Tese (Doutorado em Sociologia). - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2012.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietações**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

_____. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

COELHO, Elisa Domingues. **O romance secundário no decênio de 30**. 2010. 62f. Monografia. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2010.

CORDEIRO, Maria de Fátima. **Pelos olhos do menino de engenho: os personagens negros na obra de José Lins do Rego**. 2010. 129f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2010.

D'ANDREA, Moema. **A Tradição Re(des)coberta. Campinas – SP: Ed. da Unicamp, 1992.**

DECCA, Edgar Salvadori de. **1930: o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 7. ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação de Desenvolvimento da Educação, 1995.

FERREIRA, Antônio Celso. Literatura a fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 61-91.

FERREIRA, Marieta de Moraes. PINTO, Surama Conde de Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 387-416.

FERREIRA, Marieta de Moraes; SARMENTO, Carlos Eduardo. A República brasileira: pactos e rupturas. In: GOMES, Ângela de Castro; PALDOLF, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

FIGUEIREDO JÚNIOR, Nestor Pinto. **Onde nasceu José Lins do Rego, afinal?** João Pessoa: Ideia, 2000.

FORTUNATO, Maria Lucinete. **Coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local**. 2000. 227f. Tese (Doutorado em História social) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 2000.

FREIRE, Diego José Fernandes. **Contando o passado, tecendo a saudade:** a construção simbólica do engenho açucareiro em José Lins do Rego (1919-1943). 2014. 316f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2014.

FREYRE, Gilberto. **O manifesto regionalista.** Recife: INPJN, 1976.

_____. **Perfil de Euclides e outros perfis.** Rio de Janeiro, José Olympio, 1944.

_____. **Nordeste:** aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7.ed. São Paulo: Global, 2004.

FREYRE, Gilberto, “José Lins do Rego e eu: qual dos dois influenciou sobre o outro?”, in **Alhos e Bugalhos**, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1978.

GOMES, Ângela de Castro. **Essa gente do Rio...:** modernismo e nacionalismo. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de um prólogo. In:____ (Org.). **Escrita de si, escrita da História.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004. p. 7-23.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). **Intelectuais Mediadores:** Práticas culturais e Ação Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric; TERENCE, Ranger (Orgs.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 9-23.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque. **O descobrimento do futebol:** modernismo, regionalismo e paixão esportiva em José Lins do Rego. 2003. 218f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Pontifícia Universitária Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo:** história, teoria, ficção. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

IGLESIAS, Francisco. Modernismo, uma reavaliação da inteligência nacional. In: ÁVILA, Affonso (org.). **Modernismo.** São Paulo: Perspectiva, 1972.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano:** o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 313-349.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto.** SP: Alfa - Omega, 1993.

LEAL, José. **Itinerário Histórico da Paraíba.** 2 ed. João Pessoa: FUNCEP & A União Editora, 1989.

MICELI, Sérgio. **Poder, sexo e letras na República Velha**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

_____. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco**. Recife: Imprensa Ed. Universitária, 1967. v. 3.

NASCIMENTO, Pávula Maria Sales. **Espelhos de mim Entre as utopias e heterotopias da memória em José Lins do Rego e José Américo de Almeida**. Dissertação (Mestrado em História) 2009. 118f - Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2009.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **Gritos de vida e de morte: A construção da ideia de decadência do patriarcado rural nos discursos da primeira República**. Dissertação (Mestrado em História) 1997. 155f – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 1997.

PEÇANHA, Nilo. Política, economia e finanças – **Campanha Presidencial de 1921-1922**.

PEREIRA, Lúcia Miguel. Tendências e repercussões literárias do Modernismo. In: **Cultura**, dez, 1952.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & Literatura: uma velha-nova história. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, (Online) Debates, Paris, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/1560>>. Acesso em: 20. jan. 2016.

_____. **História e História Cultural**. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

REGO, José Lins do. **Fogo Morto**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

_____. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

_____. Prefácio a **Região e Tradição**, de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

_____. **Bangüê**. 15ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

_____. **Usina**. 13ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

_____. **Poesia e vida**. Rio de Janeiro: Editora Universal, 1945.

_____. **Meus verdes anos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

_____. **Menino de Engenho**. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

_____. **O moleque Ricardo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

_____. **Pureza**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

_____. **Doidinho**. Rio de Janeiro: Ariel LTDA, 1933.

REGO, Elizabeth Lins do. José Lins do Rego, meu pai. **Ciência & Trópico**. Recife, V. 10, N.2, p.193-202, Jul./Dez., 1982, p. 194.

REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)Encantos Modernos**: Histórias da Cidade do Recife na Década de 20. 1992. Tese (Doutorado em História Social). USP, São Paulo.

RIBEIRO, Marília Andrés. O modernismo brasileiro: arte e política. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 115-125, jan./jun. 2007.

ROCHA, Tadeu. **Modernismo e Regionalismo**. Maceió: Imprensa Oficial de Alagoas, 1964.

ROCHA, Samuel Rodrigues da. **Engenho utópico e amizades proibidas**: produção de masculinidades em romances de José Lins do Rego (1931-1933). Dissertação de mestrado. 110 f. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2016.

SALES NETO, Francisco Firmino. **Palavras que silenciam**: Câmara Cascudo e o regionalismo tradicionalista nordestino. 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

SAMARA. Eny de Mesquita, TUPY, Ismênia Spínola Silveira. **História & documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

SANTANA, Moacir. **História do modernismo alagoano**. Maceió: EDUFAL, 1980.

SANTOS, Gladson de Oliveira. **José Lins do Rego e a modernização da economia açucareira nordestina**. 2010. 115f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de Ciências Sociais, Natal, 2010.

SVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SOARES, Valter Guimarães. **História & literatura**: é possível sambar? Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_II/valter_guimaraes_soares.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2013.

SOUSA, Elri Bandeira. **Fogo Morto**: uma tragédia em três atos. 2010. 171f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Letras, Campina Grande, 2010.

SILVA, Simone. A “roda de Maceió” e o projeto regionalista: uma perspectiva etnográfica das disputas corridas no mundo do livro dos anos 1930. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 42, n. 2, jul./dez, 2011, p. 91 – 107.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da

República à Revolução de 1930. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a. p. 351-385.

_____. Os intelectuais e a política do Estado Novo. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b. p. 147-177.

VIVIANE, Fabrícia Carla. **A trajetória política tenentista enquanto processo: do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922-1932)**. 2009. 202f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, São Paulo, 2009.

Periódicos:

Recife

Diário de Pernambuco: 1923-1926, 1953, 1957.

Rio de Janeiro:

A Manhã: 1935-1943

Websites:

<http://www.fundaj.gov.br/>

www.hemerotecadigital.bn.br

<http://cpdoc.fgv.br>